

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

REBECA DE SOUZA ESCUDEIRO

O LUGAR DO ANALISTA NA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS:
CONTRIBUIÇÕES DE MAUD MANNONI

FORTALEZA
2013

REBECA DE SOUZA ESCUDEIRO

O LUGAR DO ANALISTA NA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS:
CONTRIBUIÇÕES DE MAUD MANNONI

Dissertação submetida à banca de avaliação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Psicanálise, práticas clínicas e epistemologia das psicologias

Orientadora: Profa. Dra. Laéria Bezerra Fontenele

FORTALEZA
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- E731 Escudeiro, Rebeca de Souza.
O lugar do analista na psicanálise com crianças : contribuições de Maud Mannoni / Rebeca de Souza Escudeiro. – 2013.
101 f. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Fortaleza, 2013.
Área de Concentração: Psicanálise, práticas clínicas e epistemologia das psicologias.
Orientação: Profa. Dra. Laéria Bezerra Fontenele.
- 1.Mannoni,Maud,1923- – Crítica e interpretação. 2.Psicanálise infantil. I. Título.

REBECA DE SOUZA ESCUDEIRO

O LUGAR DO ANALISTA NA PSICANÁLISE COM CRIANÇAS:
CONTRIBUIÇÕES DE MAUD MANNONI

Dissertação submetida à banca de avaliação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Linha de Pesquisa: Psicanálise, práticas clínicas e epistemologia das psicologias

Aprovada em 21/11/2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Laéria Bezerra Fontenele (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Leonardo José Barreira Danziato
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Prof^ª. Dr^ª. Caciana Linhares Pereira
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Tyrone... meu amor, pela felicidade de
poder dividir contigo a minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Laéria, pela oportunidade, confiança e prontidão. Pelo aprendizado que me proporcionou. Por me transmitir à psicanálise. Por ser uma referência para mim. Meu carinho e grande admiração.

A Caciana, pelos compartilhamentos da vida... por sua generosidade em tantos e decisivos momentos. Pelas contribuições proferidas no exame de qualificação. Por também me transmitir à psicanálise. Meu carinho e gratidão.

Ao Leonardo, pelos primeiros ensinamentos da psicanálise, ainda em meu tempo de graduação. Por ter sustentado, sempre gentilmente, o saber psicanalítico e, ainda, as angústias e interrogações diante de minhas primeiras experiências de escuta clínica. Meu reconhecimento e sinceros agradecimentos.

Aos meus pais, Aroldo e Aldenora, pelo amor e cuidados de uma vida... pelo incentivo sempre...

Ao Tyrone, pela imensurável ajuda e pelo grande companheirismo, sem os quais eu não teria conseguido realizar essa dissertação. Meu amor, minha gratidão.

A Victória e Valentina (minha Pequena grande e minha Pequena pequena) pela alegria de recebê-las em minha vida...

A Maria, por cuidar de nós e de nossa casa. Obrigada.

Aos meus irmãos Daniel, Raquel e Sarah, por existirem...por poder contar com vocês...

A Lucas e Pedro, por todos os sorrisos que me proporcionaram...

A tia Lúcia, vovó Leonilda, Isabel e Cecília, por também comporem essa “grande família”.

A Regina, com quem pude, tantas vezes, compartilhar meus fracassos... pela seriedade e acolhimento com os quais conduz minhas supervisões clínicas. Por seu inestimável apoio. Meu enorme carinho.

A Tânia, por me ceder sua escuta... por ter me mostrado o verdadeiro lugar da psicanálise...

A Francirene, Júnior, Ilana, João, Estênio e Robinson, pela amizade... pelo feliz encontro.

A tia São, pelo amor... pelas aventuras...

A Kelly, pela presença e colaborações com a dissertação. Meu agradecimento.

A Vanessa e Lorena, pelo carinho e prontidão.

A Débora, Diana e Carol, por ainda e sempre estarem aqui...

A Irvina e Carol Martins, pelo carinho e apoio... por fazerem parte do meu caminho. Muito obrigada.

A Danielle, por mais essa empreitada que vivenciamos juntas.

A Caroline, pela parceria nessa travessia do mestrado. Meus sinceros agradecimentos.

Aos colegas do Corpo Freudiano, por partilharem comigo à busca pela verdade do saber psicanalítico.

Aos meus pacientes/analisandos, por me ensinarem a psicanálise...

Ao Helder, muito obrigada, por todas as ajudas nesse período do mestrado.

A CAPES, pelo financiamento e incentivo à pesquisa.

RESUMO

Esta pesquisa busca através das contribuições da psicanalista Maud Mannoni refletir acerca do lugar do analista na clínica com crianças. Para tanto, abordamos algumas obras que acompanham a trajetória desta autora que privilegia a escuta do sujeito e de sua palavra, propondo questões que indicam uma direção ética no atendimento clínico com crianças. Optamos, metodologicamente, por seguir uma estrutura de capítulos desenvolvidos a partir de rupturas que encontramos presentes na obra de Maud Mannoni e que funcionaram como chave de leitura para apreendermos suas contribuições. Conformaram-se, assim, diante da leitura de seus trabalhos, três eixos temáticos que se configuram importantes para se pensar o lugar do analista na clínica com crianças, quais sejam: as críticas empreendidas por esta psicanalista às demandas pedagogizantes da prática analítica com crianças, as polêmicas nas quais se inseriu em relação às instituições psiquiátricas em seu caráter de isolamento diante da loucura e, por fim, os questionamentos às concepções de formação do analista de sua época, face ao formalismo burocrático, as distorções teóricas e os excessos de teorização. Encontramos no conjunto da obra de Maud Mannoni uma compreensão que eleva a experiência clínica e a escuta do sujeito à condição primordial necessária à prática do psicanalista e, assim, ao trabalho clínico com crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Psicanálise. Criança. Maud Mannoni

RESUMÉ

Cette recherche cherche, à travers des contributions de La psychanalyste Maud Mannoni, réfléchir à place de l'analyste dans la clinique avec les enfants. Pour ça, nous avons abordé quelques oeuvres qui accompagnent la trajectoire de cet auteur qui privilégie l'écoute du sujet et de sa parole, en proposant des questions qui indiquent une direction éthique dans l'accueil clinique des enfants. Nous avons choisi comme méthode suivre une structure de chapitres développés à travers des ruptures que nous trouvons chez Maud Mannoni et qui ont fonctionné comme clé de lecture pour saisir ses contributions. Conformément à la lecture de ses travaux, donc, on a trouvé trois axes thématiques qui sont importants pour penser la place de l'analyste dans la clinique des enfants. Ils sont: les critiques entreprises par cette psychanalyste à des demandes pédagogiques de la pratique analytique des enfants; des polémiques dans lesquelles elle s'est insérée à rapport des institutions psychiatriques dans son caractère de l'isolement face à la folie et, finalement, des questions sur les conceptions de la formation de l'analyste de son époque face au formalisme bureaucratique, des déformations et des excès théoriques. On a trouvé dans l'ensemble chez Maud Mannoni une compréhension qui élève l'expérience clinique et l'écoute du sujet au statut principal nécessaire pour la pratique de la psychanalyse et, ainsi, au travail clinique avec des enfants.

MOTS-CLÉS: Psychanalyse. Enfant. Maud Mannoni.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	DOS CAMINHOS DE UMA PRÁTICA AO ENCONTRO COM A PALAVRA	19
1.1	Da questão da pedagogia ao conceito de objeto	24
1.2	Do “retorno a Freud” à ética do desejo	33
2	O LOUCO, A CRIANÇA E O ANALISTA	49
2.1	Uma trajetória institucional e a antipsiquiatria	52
2.2	A loucura e a criança	57
2.3	As instituições e o lugar do analista	64
3	A FORMAÇÃO DO ANALISTA E O SABER QUE NÃO SE SABE	73
3.1	IPA: rompimento institucional e a formação do analista	76
3.2	Sobre a Psicologia do Ego: uma “maquinaria” teórica	82
3.3	Lacanismo: uma nova ortodoxia	89
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

Os analistas ou escrevem tratados professorais ou tentam esquivar-se. O que eles têm a dizer foi porém construído com as alegrias e sofrimentos, os seus próprios e os de seus pacientes. Se a escrita serve às vezes para sublinhar a importância que eles atribuem a sua pessoa, ela pode também evocar uma dimensão de verdade que surge através do fracasso (ao qual nunca nos resignamos quando a vida de um paciente está em jogo) e o sucesso (sempre carregado de uma angústia de morte). O analista tomado pelo desejo de escrever busca testemunhar. Sente-se despedaçado entre o desejo de continuar mascarado na linguagem acadêmica, a que conviria aos seus colegas, e uma vontade de desvelamento, em que está à procura de um contato com o outro, através da tentativa – frequentemente ilusória – de restituir uma palavra viva com seus efeitos de verdade (mas quem assim se expõe aceita que uma parte de verdade lhe escape...) (...) Preocupado com uma pesquisa, elaborando um testemunho a propagar, o analista rouba as suas noites ou ao seu lazer o tempo de escrever. Essa produção não interfere no trabalho do divã, mas torna-se então seu prolongamento. Maneira de pensar e de ser que faz o analista reencontrar a permanência do inconsciente.

Maud Mannoni

INTRODUÇÃO

A partir de nossa prática clínica com crianças, bem como a partir das reflexões acerca da formação do analista, percebemos a necessidade de discutir o lugar que o analista ocupa nessa clínica. Isso porque, além da demanda crescente a atendimentos clínicos com crianças e do que se vincula a esse pedido, muitos impasses parecem ainda se produzir em torno dos desenvolvimentos teóricos e das questões que envolvem a posição do analista no atendimento com crianças. Essa necessidade se justifica devido ao fato de que tal prática ao longo de sua história foi marcada por grandes controvérsias envolvendo ora uma confusão, ora uma disjunção, entre o papel terapêutico e o papel pedagógico de uma análise, situações que parecem persistir nos dias atuais.

Observamos em nossa prática o quão significativa é a quantidade de crianças que tem chegado aos consultórios para atendimento trazidas pelos pais a partir de uma demanda das instituições educacionais ou de saúde. Em qualquer dos casos, é corrente demandar do analista uma intervenção de colorido pedagógico, no sentido de “resolver os problemas” de aprendizagem ou de sociabilidade. Assim, consideramos importante salientar que “o analista, quando consultado pelos pais a respeito de uma criança, deve manter uma escuta *analítica* que tenha como condição a perda de todo referente que possa esconder a verdade do inconsciente.”¹ Nesse sentido, se faz necessário repensar sobre os elementos que norteiam a prática do analista no atendimento clínico com crianças, considerando a ética que referencia essa escuta, ressaltando que esta deve se dirigir às proposições analíticas, na direção das edificações teóricas fundamentais da psicanálise.

Freud já advertia que a posição do psicanalista, justamente por sua consideração pelo inconsciente, diverge da posição eminentemente sugestiva do psicoterapeuta e nos diz que considera a ambição pedagógica tão inapropriada aos propósitos analíticos quanto à terapêutica.² A clínica com crianças parece, a nosso ver, correr maiores riscos nesse sentido, escorregando para um trabalho muitas vezes pedagógico ou por vezes terapêutico sugestivo, por apresentar a especificidade de ter incluída em sua prática a demanda dos pais ou das instituições pelas quais a criança chega ao psicanalista. Podemos destacar, ainda, o fato de a criança, por estar em desenvolvimento maturacional, poder levar o analista a um certo deslize

¹ SIQUIER, M. L. e SALZBERG, B. A difícil articulação entre pais e filhos na psicanálise com Crianças. In. _____. *O lugar dos pais na análise com crianças*. São Paulo: Editora Escuta, 1994, p. 66. Grifos meus.

² FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência (1912). In. _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XII.

que se relaciona com a adequação, educação e correção da criança em prol da “formação” de um adulto para a sociedade. Nessa direção, consideramos relevante para a clínica com crianças a reflexão e a formalização teórica dos elementos que norteiam a prática do analista, para que este não incorra nesses equívocos e possa sustentar uma escuta que leve em conta a verdade do sujeito e do seu desejo.

Assim, pensamos ser necessário, enquanto analista, adotar uma posição cautelosa diante das demandas sociais que são, não raro, direcionadas às crianças de uma forma generalista sem que seja levada em consideração a singularidade de cada uma delas. O apelo à satisfação imediata tem confrontado pais e filhos, escola e alunos, médicos e pacientes, com situações e problemas que se apresentam enigmáticos e que, por isso, parecem aos seus olhos insolúveis, sobretudo por remeterem a destituições narcísicas cada vez menos suportáveis em nossos dias.

Nesta pesquisa temos, então, como proposta para o desdobramento das questões que envolvem o lugar do analista na clínica com crianças, o trabalho com a obra da autora Maud Mannoni. Isto se deve ao fato de esta psicanalista nos parecer, em nossos dias, de grande importância ser retomada, sobretudo por uma atividade crítica fundamental desenvolvida por ela em sua prática, crítica esta que sempre retornou ao seu próprio fazer psicanalítico e, com isso, possibilitou aberturas que permitiram avançar teoricamente em relação aos trabalhos com crianças, ao mesmo tempo em que sustentam o rigor da escuta analítica.

O trabalho clínico de Maud Mannoni ressalta a importância da experiência da escuta do sintoma e do seu sentido, privilegiando o sujeito e não sua doença ou “desordem”. Na sua trajetória de vida e no conjunto de sua obra escrita podemos encontrar diversos aspectos que apontam nesse sentido. Frente às instituições hospitalares e psiquiátricas, por exemplo, Mannoni desenvolveu uma discussão em torno da loucura e da reforma psiquiátrica onde procurou retirar os pacientes psicóticos da condição de objeto a que eram assujeitados nas instituições asilares. De forma semelhante, buscava afastar do trabalho da psicanálise a tradição pedagógica e de mestria presente desde os primórdios da psicanálise com crianças, propondo uma postura ética diante da verdade e da posição da criança como sujeito de desejo.

Coerente com essas preocupações, ao tratar da formação dos analistas de sua época, esta autora procurava ressaltar a ação analítica como uma experiência continuamente renovada e não como um *savoir-faire* adquirido. Para ela, os analistas não deveriam seguir o modelo de um ideal ao quais se adequassem. Nesse sentido, voltava-se contra certo conservadorismo que enxergava presente nas escolas de psicanálise, o que a levava a ter um

papel ativo no movimento psicanalítico, participando de dissidências, escolhas e posições marcantes em sua geração.

A “subversão” representada pelas idéias de Maud Mannoni está exatamente em sua proposta de estender o conceito psicanalítico de *sujeito* às crianças e “loucos”, para que as condições de surgimento do sujeito – sua antecipação por parte de um outro desejante – encontrem-se presentes. Cada ser humano pertence a uma família, na qual recebe um lugar e passa a fazer parte de uma história, tendo direito a apropriar-se desses elementos simbólicos. Esse é um ponto essencial considerado por ela, quer se trate de uma criança que tem um curso de desenvolvimento considerado normal, quer tenha recebido um diagnóstico de deficiência, lesão cerebral, psicose, delinquência ou neurose.

Maud Mannoni, ao questionar a educação em geral, a psiquiatria, os serviços de saúde mental, a sociedade como um todo, a partir da psicanálise, aponta a ausência de lugar para os sujeitos, nesses dispositivos que foram criados justamente para recebê-los. Esta autora utiliza o conceito lacaniano de sujeito concebido como *sujeito* do inconsciente, lugar a partir do qual um ser humano se posiciona no mundo de modo singular: como falante, desejante, partícipe de uma história familiar.

Consideramos que as contribuições de Maud Mannoni – caracterizadas por uma posição questionadora, crítica e provocante da psicanálise – viabilizam discussões importantes e necessárias à clínica, discussões estas que envolvem também a formação do analista e as instituições psicanalíticas, já que, para pensar o lugar do analista na clínica com crianças, é necessário pensar sobre em qual discurso se sustenta a direção ética que envolve a formação de um analista e a formalização do saber sobre a verdade do inconsciente.

O analista deve estar atento, na condução do tratamento, a não responder nem às demandas dos pais e nem às demandas institucionais, pois tal atitude inviabiliza a escuta da criança como ser de desejo, determinante de suas vontades, de seus atos e de seu próprio destino, correspondendo, dessa forma, não aos propósitos analíticos e sim aos ideais de adequação da criança às necessidades dos adultos ou à moral social. Caso contrário, tira-se da criança a sua possibilidade de dizer-se e de, através da sua palavra, permitir o espaço de produção e de afirmação de uma ética do desejo, essencial ao trabalho analítico. É nessa direção, a partir do trabalho desenvolvido por esta autora e que apresentaremos nesta pesquisa, que consideramos a relevância de Maud Mannoni para estudarmos acerca dos fundamentos que regem a prática do analista com crianças e quais as suas incidências no lugar que o analista vem a ocupar na direção do tratamento.

É importante, no entanto, salientar que esta pesquisa não se propõe a desenvolver um trabalho de especialista, o que seria, por exemplo, uma dissertação com especialidade em psicanálise com crianças, até porque, a psicanálise não trabalha com especialidades, mas sim com sujeitos do inconsciente. A clínica com crianças é a temática eixo da pesquisa, que se direciona, no entanto, à psicanálise. Ou seja, a ideia é que as discussões que circularão ao longo desse trabalho não se limitem apenas àqueles que atendem crianças, mas aos que, de um modo geral, se interessam pela psicanálise e por suas questões.

“A psicanálise de crianças é a psicanálise”, assim inicia Maud Mannoni seu livro *A criança, sua “doença” e os outros*.³ Tal afirmativa nos indica que em toda análise existe a consideração pelo infantil, uma vez que o inconsciente representa o modo mais arcaico do nosso proceder psíquico. Além disso, cabe salientar que devemos considerar que há um trabalho ético específico em qualquer tratamento que se intitule analítico, independente do sujeito a quem se dirige, e, ainda, que devemos buscar no cerne das proposições freudianas a verdade que sustenta esse saber. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido na psicanálise com crianças deve se amparar nas bases que edificam a psicanálise, ao mesmo tempo em que avançar em sua formalização.

A obra de Maud Mannoni se presta bem ao estudo disso que aqui está sendo dito. Por ter tido uma produção bibliográfica bastante vasta, tendo escrito livros de temáticas bem variadas e também por se encontrar em cada uma de suas obras uma gama abrangente de assuntos, não seria possível no âmbito de uma pesquisa de mestrado empreender uma análise por demais aprofundada dessa autora. No entanto, se elegemos como meta dessa dissertação constituir uma primeira e parcial aproximação da obra de uma importante referência para o campo da psicanálise, sugerindo uma leitura que não se pretenda sistemática ou demais abrangente, podemos terminar por executar um trabalho de investigação válido para uma psicanalista e pesquisadora iniciante.

Nos escritos de Maud Mannoni não se encontra uma teorização sistemática da psicanálise. Eminentemente dialogal, seus livros parecem ter sido produzidos com a direta intenção de interferir em debates travados no seio do movimento psicanalítico, sempre definindo posições, enfatizando princípios ou combatendo deturpações. Os aspectos teóricos de sua obra são, assim, derivações de problemas de ordem prática que Mannoni avaliava como importantes desde um ponto de vista ético. A polêmica ocupou, nesse sentido, um lugar

³ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 9.

de destaque em seu pensamento. Em minha leitura sobre sua obra, procuro resguardar essa característica, trazendo sempre que possível as circunstâncias nas quais figuram suas ideias.

O elemento da ruptura parece, nesse sentido, ser de grande importância para uma interpretação da produção de Maud Mannoni. Defensora do princípio de que a psicanálise é um saber negativo, um “saber que não se sabe” – como mostra a feliz expressão que intitula um de seus principais livros –, Mannoni valoriza a verdade que nasce antes da dialética que de postulados instituídos. A disposição de aprender com os erros, combinada à postura desafiadora dos argumentos de autoridade, a impelia a questionamentos que, não raro, resultavam em cisões com modelos institucionais esclerosados, esterilizadores da causa psicanalítica.

No que toca o entendimento das contribuições de Maud Mannoni para se pensar o papel do analista na clínica com crianças, optamos então por estruturar esta dissertação em capítulos que buscam tornar compreensíveis as rupturas dessa psicanalista relativamente a assuntos que nos parecem mais pertinentes por estarem, ao mesmo tempo, em destaque na escrita da autora e figurarem relevantes ao tema selecionado nesse trabalho. É dessa forma que no primeiro capítulo abordamos as considerações de Mannoni acerca das demandas pedagogizantes da psicanálise de crianças. Retomando as ideias das primeiras psicanalistas de crianças, buscamos ali situar as objeções que Mannoni teceu ante certo papel de mestria assumido por analistas ao lidarem com crianças que chegavam ao atendimento psicanalítico a partir de demandas institucionais e parentais várias. O que se observa é a preocupação premente da autora em frisar, contra a pedagogização da psicanálise, uma ética do desejo que leva o analista a valorizar a palavra da criança como sujeito. Nessa ruptura contra a pedagogização do trabalho analítico, vemos Mannoni se aproximar do projeto lacaniano de “retorno a Freud”.

A ruptura contra as instituições asilares e o saber psiquiátrico é o assunto do segundo capítulo que aborda as polêmicas assumidas por Maud Mannoni diante da “medicalização” da psicanálise. Quanto a isso, esta psicanalista via-se impelida a denunciar os aspectos adaptativos, moralizadores e mesmo coercitivos da psiquiatria como contrários aos princípios da psicanálise que, longe de buscar isolar pacientes, pretende preservar o direito à fala como único meio que os sujeitos envolvidos pela loucura têm de acessar o inconsciente. Assim como as crianças, os “loucos” chegam ao atendimento psicanalítico através de um desejo outro, de uma demanda de um terceiro que enxerga no analista alguém que possa oferecer soluções aos problemas apresentados por esses “loucos” (ou por essas crianças, dependendo do caso). Na busca por uma escuta analítica da loucura almejada Mannoni,

procuramos estender pontes com os desafios colocados pela ética do desejo norteadora da psicanálise de crianças.

No terceiro e último capítulo, enfim, escolhemos trabalhar com um assunto que esteve presente em boa parte dos trabalhos de Maud Mannoni, em particular nos seus últimos livros: as questões relacionadas à formação do analista. Uma vez mais podemos constatar a escrita dessa autora ser conduzida na direção de uma polêmica em cujo sentido encontra-se a ética do desejo e a luta pela preservação da escuta do analista na direção da abertura do inconsciente. Ao se defrontar com as concepções e instituições formadoras dos analistas, Mannoni denunciou os excessos de formalização do ensino do saber psicanalítico, questionando a própria possibilidade de um tal ensino separado da operação de análise. A radicalidade de seu pensamento se mostra nesse capítulo de modo particularmente claro quando a autora se depara operando rupturas no seio do próprio campo lacaniano, com o qual sempre se viu identificada, mas no qual tardiamente se veria emergir uma nova ortodoxia (o lacanismo) nefasta a uma clínica aberta aos elementos não previsíveis do inconsciente que emergem no trabalho de análise.

Diversas (e prazerosas) foram as descobertas que tivemos oportunidade de experimentar ao longo do trabalho de escrita (nem sempre fácil) dessa dissertação. Se devemos adiantar algo do que isso significou, diríamos que, com a leitura da obra de Maud Mannoni, aprendemos a manter um alerta enquanto analista (particularmente quando no atendimento de crianças) quanto ao assumimento de um papel que muitas vezes confundimos como o de algum ideal de saber que, definitivamente, não devemos ter. Sobre as outras descobertas, procuramos expô-las nos capítulos que seguem.

1 DOS CAMINHOS DE UMA PRÁTICA AO ENCONTRO COM A PALAVRA

A psicanálise com crianças tem como marco um caso clínico publicado por Freud e intitulado: *A análise de uma fobia em um menino de cinco anos “O Pequeno Hans”*.⁴ Este caso tem como particularidade o fato de o tratamento ter sido empreendido pelo pai do menino sob supervisão de Freud, que nessa ocasião queria comprovar suas descobertas sobre a sexualidade infantil a partir do que havia desenvolvido em seus *Três ensaios sobre a teoria*

⁴ FREUD, Sigmund. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos (1909). In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. X.

da sexualidade.⁵ A princípio, Freud não acreditava na possibilidade de análise com crianças, o que se modificou após a experiência com Hans.

Neste atendimento, diante do estudo sobre a fobia de cavalos do menino, Freud comprovou sua teoria sobre o desenvolvimento da sexualidade infantil que, até então, se apresentava a partir das construções na análise de adultos. Nesse trabalho, ao relacionar as teorias sexuais infantis e o complexo de Édipo, Freud percebe que, ao se tratar de angústia, fantasia e desejo, a realidade psíquica da criança é correspondente à do adulto. Assim, diante das respostas dadas por Hans às interpretações realizadas por seu pai, Freud aventou a possibilidade do atendimento clínico com crianças.

Esse caso tem, então, uma importância fundamental, pois Freud consegue distinguir que a fobia surgida em Hans era uma resposta a posição que o menino ocupava no desejo de seus pais. A preocupação de Freud não foi com o medo, mas com aquilo que ele tinha por missão ocultar. Hans desenvolve uma fobia onde exprime, através dela, sua angústia. Diante das questões dos pais que incidem sobre a criança Hans torna-se o representante dos conflitos e dificuldades que os pais não puderam enfrentar entre eles. Não se tratava, assim, de se ater ao sintoma medo de cavalos, mas do que isso representava: o fato do menino ter que enfrentar uma ordem de dificuldades não resolvidas em seus pais. O sintoma de Hans pode ser visto como uma linguagem codificada, cujo sentido se esclarece a partir da estrutura familiar. Sobre isso destaca Maud Mannoni:

O que é notável na análise de Hans é ver a que ponto pela sua só presença a criança põe em jogo não tanto a relação de cada um dos pais com a sua pessoa como a relação de cada um dos pais com a sua própria problemática pessoal e isso a ponto de que o casal se vê impossibilitado em face de sua própria sexualidade⁶.

Apesar das limitações encontradas e indicadas inicialmente por Freud em relação ao atendimento psicanalítico com crianças é possível identificar que, através desse caso, Freud deu acesso à escuta da criança, do sintoma que, pela via da linguagem, se desvela no sujeito. Junto ao que há de mais rigoroso e leal à prática e teoria analíticas – que é a verdade do saber inconsciente – Maud Mannoni, na direção das proposições freudianas, desenvolveu

⁵ Cf. FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. VII.

⁶ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros: o sintoma e a palavra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 15.

em sua clínica um trabalho de escuta da criança, do sujeito do inconsciente e de sua relação com a verdade de um saber que não se sabe.

Discutiremos neste capítulo a problemática do que representou a aproximação da clínica psicanalítica com crianças ao campo de saber da pedagogia e os desdobramentos do conceito de objeto na psicanálise por parte de algumas teorias analíticas. Esta questão central conduzirá nossas reflexões acerca das implicações de tal aproximação pedagógica na clínica e dos desvios teóricos em relação à noção de objeto na psicanálise e, nesse sentido, dos efeitos que ambos geraram em relação ao lugar do analista no atendimento de crianças.

Estes elementos se dirigem ao que propomos como uma das grandes rupturas que irão funcionar como chave de leitura da obra de Maud Mannoni. Nossa interpretação, portanto, segue a direção do rompimento anunciado pela autora nos seus textos em relação às influências da dimensão pedagógica no atendimento psicanalítico de crianças. Delimitaremos os aspectos a serem investigados neste capítulo, a partir dos apontamentos primeiros de Freud, por meio do quadro inicial no qual se insere a psicanálise com crianças, e retomando a proposta de “retorno a Freud” realizado por Lacan, que coloca em discussão os equívocos das leituras e distorções pós-freudianas. Além disso, essa referência da leitura lacaniana da obra de Freud é o que subsidia os elementos que comportam as críticas e o rompimento que esta psicanalista faz com uma certa tradição pedagógica e de mestria presente na psicanálise com crianças.

Mannoni nos diz que o analista opera com o campo da linguagem e que no atendimento com crianças existe um discurso coletivo que se constitui em torno do sintoma, que envolve nesta clínica os pais, o analista e a criança. O discurso que se processa na psicanálise, assim na criança como no adulto, remete não tanto a uma realidade, porém muito mais a um mundo de desejos e sonhos. Revela que esta verdade foi perdida de vista desde 1918 com a primeira analista a ocupar-se de crianças e que esta clínica se desenvolveu em duas direções opostas: uma em que as descobertas de Freud foram mantidas (complexo de Édipo e transferência) e outra onde tais descobertas foram abandonadas para modificar uma realidade que consistiria na criança tornar-se “o suporte das boas intenções que os adultos nutrem a respeito dela”⁷.

⁷ Idem, p.10

É interessante demarcar um ponto que a autora traz em relação a Freud ao destacar a atenção como clínico que ele dá ao que se expressa pelo sintoma, posto que só esta via do sintoma tornaria possível uma atitude analítica diante de uma neurose e, em particular, de uma neurose infantil. A análise que Freud empreendeu com os histéricos o fez descobrir que a infância percorrida não é sempre uma infância real, mas que se revela numa ficção. Desse modo, descobre que a palavra, mesmo falsa, apresenta a verdade do sujeito e que sua formulação deve ser, então, integrada no discurso do inconsciente⁸. O importante disso nos leva a que tais descobertas não conduzem, na prática clínica, nem a uma infância real, nem tampouco ao desenvolvimento da criança, mas ao que surge na linguagem do inconsciente. No entanto, as noções freudianas foram, por vezes, conduzidas à ideia de maturação da criança. Nesse sentido, escreve Mannoni:

Os analistas levaram tempo para compreender onde se situava a importância da contribuição freudiana em psicanálise infantil. Parecia-lhes que a criança escapava a uma verdadeira investigação analítica, pois, nos adultos, tinha esta por objeto a pesquisa de lembranças infantis, ao menos assim se acreditava; foi então à realidade da criança que se entregavam, através das perspectivas médico-pedagógicas diversas⁹.

Novamente, a respeito do pequeno Hans, Mannoni nos aponta que esta história é sobre uma criança em confronto com o mito do adulto, onde é a palavra deste que vai marcar a criança e determinar suas modificações futuras. O trabalho analítico apresentar-se-ia como o desdobramento de uma história mítica, onde se tornaria possível reencontrar a palavra que “permanece como uma marca de que o discurso do indivíduo conserva um indício”¹⁰.

O sintoma apareceria, então, como um véu que possui a função de esconder o texto original ou acontecimento perturbador. Para Mannoni, enquanto o sujeito permanece alienado em seu fantasma¹¹, a desordem é sentida pelo via do imaginário, o que seria para Hans a sua fobia de cavalos. O sintoma, destaca em Freud a autora, inclui sempre o indivíduo e o Outro. Diz respeito, para ela, a uma situação em que o sujeito busca ser ouvido através de

⁸ Cf. FREUD, Sigmund. Estudos sobre a histeria (1893-1895). In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. II.

⁹ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros*. Op. cit., p. 15.

¹⁰ Idem, p. 38.

¹¹ Utilizaremos os termos fantasia e fantasma em equivalência, preservando a denominação de acordo com as traduções, obras e autores. No entanto, é necessário ressaltar que em ambos preservamos a noção de fantasia desenvolvida a partir de Freud e retomada por Lacan.

um fantasma de castração, diante de como está situado frente ao desejo do Outro, em direção à pergunta: “Que deseja ele?”¹²

Com Lacan, e sua leitura do inconsciente estruturado como uma linguagem, temos acesso ao que havia proposto Freud em sua psicanálise. Lacan se esforça em dar à sua incidência na estrutura do sujeito um estatuto lógico e de interrogar seu lugar na psicanálise com criança. Assim, podemos pensar que a psicanálise atende a criança, porém, apontando para o sujeito e que este não tem idade, mas tempos de um sujeito da estrutura R.S.I. (Real, simbólico e imaginário)¹³. É o que aponta também Mannoni:

Distinguindo o real do imaginário e do simbólico, Lacan permitiu evitar o contra-senso no processo clínico – fazendo girar a cura em torno da maneira como o sujeito se situa em face do desejo do Outro; permite tomar conhecimento, num plano teórico, do que se passa e que é estranho a toda relação à realidade ou ao ambiente, porque se trata “da relação do indivíduo à dimensão da linguagem como tal, do fato de que tem de situar-se como indivíduo no discurso, de se manifestar nele como ser (Lacan 1959)”. Nesta perspectiva, o sintoma aparece como uma palavra pela qual o indivíduo designa (sob uma forma enigmática) a maneira como se situa em face de toda relação de desejo ¹⁴.

A análise, define a autora, não é uma relação a dois. O que importa não diz respeito a uma situação relacional, mas ao que se passa no discurso, de que lugar o sujeito fala, a quem se dirige e para quem. Assim, a interpretação só é formulada quando se leva em conta o registro onde se encontram analista e analisando, pois, “faltando isto, expomo-nos ao contra-senso”¹⁵. Os temas fantasmáticos seriam para as crianças tentativas de simbolização, onde, por vezes, a história mítica traria a solução. Seria necessário permitir que os temas aparecessem (enquanto significantes) e não que se tornassem fixos tomando um caráter de produção literária, pois aqui perder-se-ia a oportunidade de, no sujeito, fazer do não-senso surgir a sua verdade.

Ainda um aspecto interessante a sublinhar seria que “a abordagem da psicanálise de crianças não é coisa fácil”. Há um número grande de controvérsias sobre pontos de técnica e que sua utilização estaria na “proporção da perplexidade dos terapeutas”, ou seja, que o que

¹² Idem, p. 39.

¹³ FLESLER, Alba. *A psicanálise de crianças e o lugar dos pais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

¹⁴ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros*. Op.cit., p. 50.

¹⁵ Idem, p. 57.

fazia questão ou mesmo causava incômodo na ordem do que era esperado de uma criança pelo analista acabava por conduzir o tratamento empreendido. As questões apareceriam muito mais numa ordem moral do que propriamente numa dimensão ética em uma análise. Em outras palavras: “A criança e sua família propõem a um analista um problema: através da cura empreendida, sente-se ele próprio julgado”¹⁶. E a resposta a esse julgamento, por parte dos analistas que se vêem engodados nesse tipo de demanda, acaba por ser tomada como referência para a direção do tratamento.

Assim, devemos percorrer teoricamente o caminho que constitui os primórdios da psicanálise com crianças, através do encontro com suas principais autoras e representantes, de forma a elucidarmos um pouco das marcas trazidas para a clínica com crianças e que, de uma maneira ou de outra, acabam por ainda persistir, em muitos dos seus equívocos, nos dias atuais. Afinal, nos lembra Maud Mannoni, “os analistas levaram tempo para compreender onde se situava a importância da contribuição freudiana em psicanálise infantil”¹⁷.

1.1 Da questão da pedagogia ao conceito de objeto

Apesar das considerações promissoras do caso do pequeno Hans e das proposições já desenvolvidas anteriormente por Freud sobre a sexualidade infantil e o brincar¹⁸, apenas a partir de 1920 é que, com as primeiras analistas de crianças, essa clínica se desenvolveu, buscando uma sistematização do conhecimento por meio de relatos clínicos e recomendações técnicas. Na história da psicanálise, afirma Roudinesco e Plon, coube às mulheres o papel de analisar crianças. Nessa época, vale ressaltar, não lhes era permitido a entrada na universidade e, portanto, uma formação médica – atribuição então restrita aos homens. Tinha-se destinada às mulheres a carreira de professora primária nas escolas, definindo-se assim uma estreita relação entre a mulher e a profissão de educadora. O papel de

¹⁶ Idem, p. 58.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Freud desenvolve em seu artigo *Escritores criativos e devaneio* que a criança tem no brincar uma aproximação com a produção artística do escritor no que se refere às expressões das suas fantasias. FREUD, Sigmund. *Escritores criativos e devaneio* (1908 [1907]). In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. IX.

analisar crianças, por ser confinado a mulheres, tinha, dessa forma, uma função eminentemente “educativa”¹⁹.

Para nos aproximarmos dos primórdios da psicanálise com crianças percorreremos em seguida os aspectos gerais das atuações e reflexões de psicanalistas que elegemos como referências, inclusive em sua oposição teórica e clínica, para esta psicanálise. Isso se deve tanto ao contexto histórico representado por cada uma delas como às direções do atendimento e as marcas empreendidas por suas respectivas propostas de trabalho com as crianças. Outro aspecto que podemos destacar concerne na diferente posição que se encontram estas analistas em relação a Maud Mannoni e suas proposições. Assim, de um lado temos Anna Freud e sua mestra Hermine von Hug-Hellmuth e do outro Melanie Klein.

Hermine von Hug-Hellmuth, inicialmente professora primária, foi a primeira analista de crianças. Freud a confiou uma coluna sobre psicanálise de crianças na revista *Imago*, o que a tornou, desse modo, a primeira profissional nessa área²⁰. Em seu trabalho com as crianças desenvolvia atividades de jogos e desenhos, afirmando que as crianças elaboravam através desse material as situações traumáticas. No método que utilizava, nos fala Teresinha Costa, “a interpretação do material inconsciente combinava-se com a influência pedagógica”.²¹

Hermine von Hug-Hellmuth acreditava ver na teoria dos estágios de Freud e Abraham as bases de uma pedagogia e de uma psicanálise (concebida essencialmente como educativa) e praticava a análise sem contemplar o conteúdo recalcado, portanto, “sem tocar no problema edípico”²². Vemos aí, a presença forte da pedagogia no trabalho da psicanálise com crianças que se encontrava muito afastada das condições de análise realizadas com adultos, ou seja, da consideração pelo inconsciente.

Anna Freud que, apesar do interesse, não pôde ingressar na universidade de medicina, tornou-se também professora primária e, da mesma forma que Hug-Hellmuth, propagava a ideia de um papel pedagógico ativo no trabalho analítico com crianças. Dentre

¹⁹ Cf. verbete “Psicanálise de crianças” em ROUDINESCO, Elisabeth & PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 608-611.

²⁰ ROUDINESCO, Elisabeth. As primeiras mulheres psicanalistas. In _____. *Em defesa da psicanálise: ensaios e entrevistas*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2009, p. 86-97.

²¹ COSTA, Teresinha. *Psicanálise com crianças*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010, p. 21.

²² MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros*. Op. cit., p. 13.

suas atividades, observava os brinquedos que as crianças mais utilizavam nas diferentes etapas do desenvolvimento e aplicava os conceitos psicanalíticos a tais observações, fornecendo, com isso, orientações práticas às professoras²³. Dessa maneira, Anna Freud associava medidas pedagógicas aos meios analíticos para conquistar a confiança da criança, de forma a facilitar sua participação no processo analítico, trabalhando, assim, pelo viés da transferência positiva obtida quando este (o processo analítico) se torna “indispensável para a criança” e obtém um “estado de dependência completa”²⁴. Ocupava o analista um lugar de autoridade, convencimento, compreensão e aliança com a criança.

Para Anna Freud, as crianças não desenvolveriam uma neurose de transferência e, nesse sentido, não teriam a condição fundamental para o tratamento analítico. Acreditava, ainda, que um método que equivalesse ao utilizado com adultos não deveria ser utilizado com crianças devido à fragilidade do ideal de ego infantil²⁵ e, também, que na medida em que o tratamento com adultos visava à suspensão do recalque, a análise com crianças deveria acontecer de maneira diferente, visto que, se as tendências pulsionais fossem liberadas do recalque, a criança iria buscar, diante disso, sua satisfação imediata. Portanto, caberia ao analista controlar e decidir o que seria aceito, rejeitado ou satisfeito, acabando assim por “exercer uma ação educativa”²⁶.

Havia no trabalho desenvolvido por Anna Freud um período de preparação – treinamento – para a análise, com duração de acordo com a condição originária da criança, onde, quanto mais distante esta estivesse da posição ideal, mais o tempo nesse estágio se prolongaria²⁷. Ou seja, vemos demonstrar-se aqui, um caráter moral sobrepondo-se à dimensão ética em uma escuta analítica. A criança estaria vinculada a um padrão ideal, como nos processos educativos desenvolvimentistas, facilitando, desse modo, sua readequação.

Catherine Millot, em seu livro *Freud Antipedagogo*, afirma que no lugar de uma pedagogia analítica o que é sustentado por Anna Freud é uma análise pedagógica, e que as próprias considerações desta psicanalista levam ao questionamento sobre o que haveria de analítico nos princípios que ela propõe. Pontua ainda a autora que, para Anna Freud, as

²³ COSTA, Teresinha. *Psicanálise com crianças*. Op. cit., p. 24.

²⁴ MILLOT, Catherine. *Freud Antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987, p. 135.

²⁵ KLEIN, Melanie. *A psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997, p. 20.

²⁶ MILLOT, Catherine. *Freud Antipedagogo*. Op. cit., p. 136.

²⁷ FREUD, Anna. *O tratamento psicanalítico de crianças*. Rio de Janeiro: Imago, 1971.

condições de entrada em análise do adulto deveria ser reproduzida artificialmente na criança através do que denomina de “adestramento para análise”, que se configura em um período preparatório onde o analista realizaria um esforço para que a criança passasse de uma atitude primitiva à atitude ideal do paciente adulto²⁸.

Na posição de analista, Anna Freud, ao descrever um caso clínico em seu livro *O tratamento psicanalítico de crianças*, diz que teve como primeira finalidade fazer-se interessante para as crianças. Esse *fazer-se interessante para a criança* poderia, digamos, ser pensado então como um trabalho de transferência. No entanto, na seqüência afirma que:

Além de constituir-me numa pessoa interessante e útil, eu me havia tornado alguém muitíssimo poderoso, sem cujo auxílio a criança não podia mais continuar. Desta forma fiz-me indispensável (...) a criança se achava, agora, em plena dependência e sob relação de transferência. Aguardava, porém, este momento para exigir dela, em contrapartida – não formalmente e de maneira nenhuma de um só golpe – uma enérgica e global cooperação.²⁹

Ou seja, o que poderia em um primeiro momento ser entendido como um trabalho transferencial (mesmo que de forma bem complicada), mostra-se em seguida como um movimento de coerção e imposição sobre a criança, como se a transferência pudesse ser pensada no nível de uma dependência e não de suas próprias manifestações na história do sujeito. Isto inviabiliza, de saída, que o inconsciente seja escutado.

Podemos identificar ainda nesse mesmo livro que Anna Freud se oferece como aliada, juntando-se à criança na crítica aos pais, onde luta secretamente contra o ambiente familiar e corteja as feições da criança de todas as maneiras possíveis. Além disso, em seus atendimentos exagerava a gravidade do sintoma e amedrontava o paciente, demarcando ainda mais sua imprescindibilidade. Ganhava a confiança da criança e se opunha aos indivíduos que se mostravam com a opinião de que poderiam não necessitar de sua ajuda.

Anna Freud desenvolve seu trabalho de forma sedutora e reacionária, impedindo a criança de fazer suas próprias construções e de, sobretudo, acessar o inconsciente, pois aqui se realiza uma atividade coercitiva e de remodelação da criança. Portanto, o trabalho não se dá com o material inconsciente, no sentido do trabalho a partir da palavra, onde se faz emergir o

²⁸ MILLOT, Catherine. *Freud Antipedagogo*. Op. cit., p. 134.

²⁹ FREUD, Anna. *O tratamento psicanalítico de crianças*. Op. cit., p. 29-30.

que é da estrutura do sintoma. O que acontece é um direcionamento de reiteração da criança enquanto correspondente das demandas sociais. É possível ver, ainda hoje, a reprodução de um discurso parecido com este diante dos atendimentos realizados com crianças.

Melanie Klein, referência central na psicanálise de crianças, participou da Sociedade Psicanalítica de Budapeste e teria sido influenciada a analisar crianças por seu analista Ferenczi. A partir do seu primeiro caso clínico, realizado com seu filho Erich, desenvolveu a tese de que é a vida fantasística que modela a realidade e, ao contrário de Anna Freud, acreditava que as crianças podiam desenvolver uma neurose de transferência análoga a das pessoas adultas, a partir da utilização de um método equivalente “que evite todas as medidas educacionais e que analise plenamente os impulsos negativos dirigidos ao analista”.³⁰ Nesse sentido, sua concepção e condução do tratamento se diferenciavam de Hermine von Hug-Hellmuth e Anna Freud e traria, em relação à elas, avanços à clínica psicanalítica com crianças.

Ao fundar a técnica da análise a partir das atividades lúdicas com as crianças, Melanie Klein considerava que o brincar poderia representar simbolicamente as ansiedades e fantasias da criança, tratando o brincar como expressão simbólica de seus conflitos inconscientes. A partir dessa abordagem, chegou ao inconsciente da criança seguindo a transferência e as ansiedades, descobrindo o mundo da fantasia inconsciente e das relações de objeto da criança³¹. O ponto fundamental do pensamento kleiniano estaria na prevalência da fantasia e dos objetos internos³² sobre as experiências desenvolvidas no contato com a realidade externa.

Esta psicanalista rompe com os critérios de adaptação e de educabilidade que orientavam o trabalho de Anna Freud. A questão de Melanie Klein é desenvolvida diante do estudo do vínculo entre mãe e filho, na relação dual, destacando a tensão destrutiva que acompanha a pulsão de amor³³. Vai insistir na noção de ambivalência, na presença da intenção agressiva em todo impulso de amor. Maud Mannoni esclarece que a noção de

³⁰ KLEIN, Melanie. *A psicanálise de crianças*. Op. cit., p. 20.

³¹ SEGAL, Hanna. *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

³² Esses objetos internos são tomados precocemente numa dicotomia de introjeções e projeções de experiências de amor e ódio vividos pela criança.

³³ KLEIN, Melanie e RIVIERE, Joan. *Amor, ódio e reparação: as emoções básicas do homem do ponto de vista psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago, 1970.

dualidade presente em Melanie Klein já teria sido introduzida por Abraham e Freud e que estes haveriam salientado a importância do jogo de oposição na noção de relação de objeto, ou seja, na equivalência paradoxal dos contrários: bom-mau, dar-receber, conservar-destruir. Estas seriam então, destaca Mannoni, as ideias que Melanie Klein retoma no seu estudo sobre o sentimento de culpabilidade na criança. Sobre isso pontua a autora:

É essa situação inconsciente, desconhecida da criança, que a impele, em certos estados de crise, a tentar reparar um desgosto imaginário que crê haver infligido à mãe. (...) Para Melanie Klein, a criança divide assim o mundo em “bons” e “maus” objetos. Fá-lo representar alternativamente um papel de proteção ou de agressão contra um perigo que situa às vezes nela mesma, às vezes fora dela³⁴.

Ainda nesta discussão, Mannoni destaca que Lacan procurou delimitar o alcance das ideias kleinianas na dialética dos bons e maus objetos que se traduziriam, para ele, na linguagem do desejo, onde a relaciona ao duplo discurso inconsciente de que fala Freud (discurso manifesto e discurso recalçado). O objeto mau kleiniano estaria situado, aqui, para Lacan, no campo do imaginário, entre os discursos manifesto e recalçado³⁵.

Lacan aponta, em seu seminário *Os escritos técnicos de Freud*, para um excesso de simbolismo e um fechamento imaginário de sentido no trabalho analítico de Melanie Klein. Maud Mannoni situa que, onde Melanie Klein simbolizava o mito edípico “enxertando” simbolizações no nível da inércia êtica do sujeito, seus alunos desenvolviam um sistema interpretativo que efetuava uma degradação do processo da fala e que faria desaparecer, no discurso sustentado pelo analista, um termo mediador. Escreve então Mannoni:

é de um lugar Outro que o sujeito tem que arrancar, portanto, uma fala própria, a fim de escapar da relação especular embusteira descrita por Melanie Klein quando ela fez do corpo da mãe a morada das projeções (pulsionais) da criança³⁶.

É importante pensarmos, aqui, na posição do analista no atendimento com crianças e no trabalho de interpretação desenvolvido por ele, considerando que esse fechamento imaginário indicado por Lacan e corroborado por Mannoni inviabiliza, na escuta

³⁴ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros*. Op.cit., p. 18.

³⁵ Idem.

³⁶ MANNONI, Maud. *Da paixão do ser à “loucura” de saber*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 18.

clínica, justamente a possibilidade do elemento simbólico em sua dimensão terceira, da produção significativa, da abertura de sentido. Nesse caminho, sobre a interpretação, Laéria Fontenele desenvolve:

A interpretação seria um instrumento de que disporia o psicanalista para abordar todos os meios pelos quais o inconsciente se mostra. (...) O psicanalista serve-se da interpretação unicamente para a consecução de seus objetivos terapêuticos: analisar o sintoma em seus componentes para, só assim, construir os meios de expressão de que fez uso para ganhar consistência. A interpretação não estaria comprometida com nenhum sentido prévio³⁷.

A maneira como Melanie Klein define a constituição psíquica do sujeito gera consequências na prática clínica, diferenciando-a da abordagem pedagógica. Isso porque, para ela, o campo em que atua o analista é o das fantasias inconscientes e não o de conduzir a criança nas identificações valorizadas pelo analista. No entanto, apesar de sua postura se diferenciar da pedagógica, sua teoria comporta elementos que indicam uma posição de mestria por parte do analista, a partir de um caráter imaginário que compromete a escuta clínica do analista.

Diante das teorizações kleinianas onde se enfatiza o mundo interno arcaico e sem limites do bebê com a mãe, Lacan vai afirmar que a estruturação do sujeito se dá em função de uma ausência e não de uma presença. Ou seja, que a questão do problema do objeto é a falta de objeto e que, nesse sentido, os analistas kleinianos confundiram *das Ding*, o objeto radicalmente perdido, origem da falta estruturante do sujeito, com a mãe³⁸. Sobre isso, esclarece-nos Costa:

Ao confundir o objeto materno com *das Ding*, os analistas kleinianos acabaram desembocando numa concepção desenvolvimentista e normativizante da subjetividade. Acreditaram que o objeto da pulsão é parcial em consequência da imaturidade do sujeito e que, com o passar do tempo, o sujeito adquirirá uma maturidade³⁹.

Marco Antônio Coutinho Jorge apresenta, em seu *Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan*, que toda elaboração freudiana da sexualidade tem como saída uma premissa que foi resgatada por Lacan e que indica que no cerne da sexualidade humana comparece uma

³⁷ FONTENELE, Laéria. *A interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 21.

³⁸ Cf. LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

³⁹ COSTA, Teresinha. *Édipo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010, p. 48.

falta de objeto. No desenvolvimento de Freud, nos lembra o autor, a respeito do conceito de pulsão, quando define os quatro elementos que a compõem, o objeto é delimitado como sendo indiferente, o que se mostra como uma forma de anunciar que todo e qualquer objeto pode ocupar o lugar de objeto da pulsão ⁴⁰.

Em *O conceito de objeto na teoria psicanalítica*, Diana Rabinovich assinala que esse enfoque kleiniano culmina numa fenomenologia do objeto imaginário, que oculta o caráter estrutural da perda do objeto e diz, ainda, que a teoria kleiniana do objeto permanece no âmbito do objeto narcísico. A tese de Klein resulta, assim, numa série de impasses “que levam a uma desapareção da originalidade conceitual do objeto perdido do desejo e da especificidade do conceito de desejo em Freud”⁴¹. Ao abordar a dialética presente na relação de objeto escreve Lacan:

Uma nostalgia liga o sujeito ao objeto perdido, através da qual se exerce todo o esforço da busca. Ela marca a redescoberta do signo de uma repetição impossível, já que, precisamente, este não é o mesmo objeto, não poderia sê-lo. A primazia dessa dialética coloca, no centro da relação sujeito-objeto, uma tensão fundamental, que faz com que o que é procurado não seja procurado da mesma forma que o que será encontrado. É através da busca de uma satisfação passada e ultrapassada que o novo objeto é procurado, e que é encontrado e apreendido noutra parte que não o ponto onde se o procura. Existe aí uma distância fundamental, introduzida pelo elemento essencialmente conflitual incluído em toda busca do objeto. Esta é a primeira forma sob a qual, em Freud, aparece a relação de objeto ⁴².

Portanto, demonstra Lacan que desde já, o objeto em Freud se apresenta como perdido, faltoso, como ausência e não como presença. Que a relação – e assim numa análise – não se estabelece por complementaridade ou dualidade, como em um espelho, mas como uma tensão dialética. Este ponto é de grande relevância, uma vez que, do ponto de vista da técnica, indica o que se estabelece na relação entre analista e analisando, ou melhor, de que maneira se deve operar, nessa relação, com a transferência.

No seminário *A ética da Psicanálise*, Lacan assinala que o objeto é, por sua natureza, um objeto reencontrado e tal indica, no só depois, sua condição de perda. Por isso,

⁴⁰ COUTINHO JORGE, Marco Antônio. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*, v.1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005, p. 52.

⁴¹ RABINOVICH, Diana S. *O conceito de objeto na teoria psicanalítica: suas incidências na direção da cura*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2009, p. 20.

⁴² LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4*. Op. cit., p. 13.

ele é um objeto reencontrado e somente através dos reencontros se faz possível saber que ele foi perdido. Lacan define aí, uma estrutura fundamental, que o permite articular que a Coisa em questão é suscetível, em sua estrutura, de ser representada pelo que ele chama de a Outra coisa. Ao que escreve “A Outra coisa é, essencialmente, a Coisa”⁴³. Assim, não se trata de situar o objeto, como fez Melanie Klein, enquanto a mãe, uma vez que a mãe é o objeto que vai ocupar de modo privilegiado, na vida de cada sujeito, o lugar do objeto faltoso. Trata-se de, justamente, por meio dos sucessivos reencontros, o objeto surgir sempre como algo que foi perdido, como Outra coisa.

Rabinovich diz que fica claro, na teoria kleiniana, que o grande ausente é o objeto do desejo enquanto tal, que é confundido com os significantes da demanda de amor e o objeto imaginário, sendo por isso que Lacan irá assinalar que Klein confundiu a estrutura da fantasia inconsciente com a da pulsão. “Este mal-entendido tem sua ocasião na própria clínica onde o objeto se apresenta frequentemente deste modo”. Assim, chama atenção para um desafio na clínica que residiria em determinar

como para além das vestes narcísicas, o objeto perdido do desejo pode se mostrar precisamente, na medida em que o circuito narcisista e o da demanda de amor tendem a obturar o vazio do objeto em sua articulação com o desejo inconsciente⁴⁴.

Um dos desdobramentos da definição lacaniana do *eu* é que o *eu* se constitui como objeto, tornando-se, dessa forma, a sede de todas as identificações imaginárias. Nesse sentido, uma clínica que se propõe ao reforçamento do *eu*, como sugerida por Melanie Klein, mantém apenas uma sustentação imaginária das relações, por se confundir o sujeito que fala com o *eu*⁴⁵. Sobre a relação imaginária, podemos acrescentar com Lacan em seu seminário *A relação de objeto*:

A relação imaginária, que é uma relação essencialmente alienada, interrompe, desacelera, inibe, inverte na maioria das vezes, desconhece profundamente a relação de palavra entre o sujeito e o

⁴³ LACAN, Jacques. *O seminário Livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 149.

⁴⁴ RABINOVICH, Diana S. *O conceito de objeto na teoria psicanalítica*. Op. cit., p. 80.

⁴⁵ COUTINHO JORGE, Marco Antônio e FERREIRA, Nadiá. *Lacan: o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Outro, o grande Outro, na medida em que este é um outro sujeito, um sujeito por excelência capaz de enganar⁴⁶.

Assim, enquanto Anna Freud parece se ater ao Eu da consciência, Melanie Klein ressalta o ego como instância psíquica. No entanto, ambas se encaminham para um reforçamento seja do Eu consciente seja do Eu-ego inconsciente. Claro que na primeira, a desconsideração pelo inconsciente fica evidente e prejudicial ao que se propõe qualquer atividade que tome o nome de psicanálise ou que se proponha ter essa perspectiva. A segunda legítima, na criança, a importância de se considerar os aspectos inconscientes, resgatando-os através das fantasias produzidas nas brincadeiras. No entanto, busca um reforçamento ideal de um ego fortalecido, privilegiando, como vimos, o que Lacan denominou de aspecto ou dimensão imaginária do sujeito.

O que temos com isso é o sujeito preso a uma relação a dois com o analista, onde não se leva em conta a noção de falta como norteadora do desejo e este mesmo subjugado à adequação de um comportamento que parece mais moralizante do que deseante. O objeto em Klein não falta, marca presença, é introjetado e projetado, tamponando imaginariamente o vazio constitutivo do sujeito.

Maud Mannoni, entendemos, segue, portanto, confrontando-se de maneira fundamental às concepções equivocadas presentes desde os aspectos que envolvem os elementos pedagogizantes numa análise até a posição de mestria que se abre a partir da noção de objeto como presença. Claro que tais posições incluem, também, aspectos políticos que discutiremos mais destacadamente no terceiro capítulo desta pesquisa e que são de grande importância por sua relação com a clínica e seus direcionamentos ainda nos dias de hoje. Os desenvolvimentos realizados por Lacan sedimentam as bases de onde partem as críticas de Maud Mannoni a essas analistas anteriores que trabalhavam através da pedagogia ou por uma via de mestria a partir de uma referência imaginária. Mannoni constrói suas proposições junto à teoria de Lacan, do que ele propôs como seu “retorno a Freud” e de sua ética do desejo. Desse modo, situaremos agora, no caminho do percurso de Maud Mannoni, em que consiste essa proposta de leitura da obra freudiana realizada por Lacan e sua ética do desejo, considerando sua importância para o desenvolvimento dos trabalhos desta psicanalista, assim como para toda uma época.

⁴⁶ LACAN Jacques. *O Seminário, livro 4*. Op.cit., p. 10.

1.2 Do “retorno a Freud” à ética do desejo

Desde sua formulação, no final do século XIX, o inconsciente impôs uma mudança radical na concepção que o homem possuía de si mesmo, posto que este não tinha o total domínio de seu psiquismo por ser um desconhecedor de seus desejos. É o que vemos, por exemplo, acontecer no ato de falar, quando, por vezes, se diz mais, ou mesmo outra coisa, em relação ao que se pretendia conscientemente dizer. Através dos tropeços da linguagem e dos jogos de palavras, encontra-se escondido um sentido outro. “Quem fala nem sempre sabe o que diz, ou, quando diz o que quer dizer, não sabe o que está falando.” Ou ainda, “quem fala, não sabe que está dizendo algo que tem a ver com a verdade, quando, no momento em que se atrapalha com as palavras, sem deixar de dizer, não diz o que quer”⁴⁷.

Assim, o inconsciente freudiano se manifesta concretamente através da linguagem, que vai constituir o campo específico da prática do psicanalista. No entanto, muitos analistas, sobretudo depois da morte de Freud, parecem ter ido buscar o inconsciente freudiano em outros lugares, distanciados até mesmo do que a linguagem permite de acesso ao inconsciente e sua verdade. Isso acaba por demarcar um certo tipo de lugar que o analista vai ocupar no atendimento clínico. Maud Mannoni, em seus trabalhos, busca resgatar o que, amparada no campo da linguagem, constitui na criança, a formação do sintoma e sua relação com o inconsciente. Ela resgata a importância da palavra que se atrela a um discurso coletivo, dos pais e da criança e que vai convocar o analista para uma posição de escuta que leve em conta essa relação parental atravessada por uma dimensão fantasmática e que, através da palavra, encontre o seu sentido.

Entre 1950 a 1964, período em que Lacan desenvolve seus seminários visando um retorno aos textos freudianos, Mannoni escreve artigos e realiza conferências, momento também em que é notada por Lacan que a propõe análise e estabelece com ela, como descreve a autora em sua autobiografia, “uma amizade baseada numa paixão comum: os pacientes”. A partir do suporte deste psicanalista, Mannoni escreve de um só lance seu primeiro livro *A criança retardada e a mãe*. Trata-se, define a autora, de um “relato de tentativas, erros,

⁴⁷ CESAROTTO, Oscar e LEITE, Marcio P. S. *Jacques Lacan: uma biografia intelectual*. São Paulo, Editora Iluminuras, 1993, p. 19.

avanços e descobertas que não devem grande coisa às posições teóricas tradicionais”⁴⁸. Este é uma importante característica que desde as primeiras obras marca seus trabalhos, onde insiste em questionar as práticas tradicionais de seu tempo a favor de uma escuta que se abra para o sujeito e não que o discrimine. Sobre a construção do livro escreve:

Lacan autorizou-me a articular uma experiência tateante: sem ele, nunca teria encontrado as palavras para dar testemunho. É a inabilidade que ele valoriza, permitindo-nos um questionamento fora de qualquer espaço de aparências. A palavra reinventada na cura se religa àquela que havia sido perdida, aquelas deixadas mortas atrás de mim”⁴⁹.

Neste livro, publicado em 1964, Mannoni põe em questão a debilidade mental e interroga como a criança e seus pais vivenciam a debilidade. Aponta que a cura não deve relacionar-se apenas com o sintoma apresentado pela criança, mas constituir-se a partir do discurso coletivo sobre a mesma. O que se deve ouvir, portanto, é de onde vem a demanda que se articula ao lugar da angústia que acompanha a criança tida como diferente das outras, pois será esta criança que, no seu sintoma, servirá, por vezes, para ocultar um drama familiar que está para além dela. Chama atenção para uma relação simbiótica que pode se estabelecer entre mãe e filho, onde o pai é excluído, sendo moldada aqui um certo tipo de mãe de uma criança “anormal”, onde uma doença, por mais orgânica que seja, pode assumir no outro uma função onde o investimento se dará como causador de uma “alienação suplementar” do doente. Ou seja, acarreta-se uma situação em que os pais, educadores, médicos, analistas e todos os que vão lidar com a criança, ao contrário de entendê-la como sujeito dotado de desejos próprios, integram-na como objeto de cuidados nos diversos sistemas de recuperação privando-a, assim, do direito à palavra. Define desse modo, a autora, que a primeira etapa do tratamento consiste em ajudar a criança a assumir a sua própria história, possibilitando-lhe ter acesso, em seguida, ao “Eu de uma palavra própria”. Posicionar-se, o analista, à escuta do discurso coletivo seria, então, estar atento ao que na doença da criança se relaciona com o que não vai bem no contexto familiar e também com o “não-dito” que constitui o sintoma⁵⁰.

⁴⁸ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Campinas, SP: Papirus, 1990, p. 38.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ MANNONI, Maud. *A criança retardada e a mãe*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988. _____. *Educação impossível*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. _____. *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit.

Assim, consideramos, a partir de Mannoni, que para além da situação de uma criança tida ou não como “anormal”, posto que estamos falando da posição das crianças diante dos pais e, por isso, de uma condição fantasmática que se faz presente em todas as relações entre pais e filhos – levando em conta tal condição como constitutiva, o que não quer dizer necessariamente tão nefasta – ao analista cabe, em seu lugar clínico, investigar as tramas dessa relação, no sentido de ouvir, em qualquer escuta com crianças, o emaranhado no qual se entrelaçam as tramas inconscientes que se compõe entre pais e filhos, ou seja, a partir dos operadores do Édipo. Temos, com isso, um elemento importante de diferenciação do trabalho de Mannoni sobre as analistas anteriores a ela, que colavam no sintoma da criança, seja por uma via fenomenológica do sintoma ou pela necessidade de adequar os filhos em resposta ao pedido dos pais. Colocavam-se, assim, estas analistas presas justamente no engodo da demanda sintomática, impossibilitando, dessa forma, o acesso ao inconsciente ou o descolamento de uma relação imaginária dual, caminho pelo qual o pai permanece fora, sem dar chances ao que a dimensão simbólica do terceiro termo viabiliza para o sujeito, como campo de possibilidades de construção de sentido.

A ruptura que entendemos aqui proposta por Maud Mannoni, se organiza, então, numa crítica necessária aos modos de operar com a escuta no atendimento com crianças. Isso, como vimos, se organiza desde uma história da psicanálise com crianças marcada pelo caráter pedagógico de suas pretensões, aos desvios teóricos que sedimentam uma clínica da relação dual, imaginária. A discussão conceitual sobre a noção de objeto na psicanálise, nos leva a ver que a falta da falta acaba por trazer – além do distanciamento ao rigor da proposta freudiana – , de forma mais incisiva, uma escuta do analista baseada em um ideal de ser, que se cola a um campo de dualidade que está por deixar de lado a dimensão do terceiro. O trabalho de Mannoni, além das críticas à pedagogia e a posição de mestria, discutidas anteriormente, desenvolve-se em um período político e conceitual do movimento psicanalítico no qual Lacan empreende sua reação diante dos destinos técnicos e teóricos dados à obra de Freud, propondo uma reformulação das proposições realizadas pelo criador da psicanálise e trazendo a linguagem como a grande portadora de uma materialidade que veio resgatar o traçado freudiano.

No caminho dessa reação, Mannoni se posiciona no sentido desse retorno às proposições freudianas realizados por Lacan e, junto com ele, desenvolve críticas severas aos desvios e equívocos perpetrados pelos psicanalistas pós-freudianos. Esta psicanalista, no

enredo lacaniano, busca retomar a verdade da palavra do sujeito, mais ainda da criança e do psicótico, como aqueles que deveriam ter um lugar, um estatuto de sujeito do inconsciente. Tal apontamento torna-se muito caro à escuta que promove a autora nos trabalhos desenvolvidos em sua trajetória na clínica psicanalítica. Dessa forma, retomar o ensino de Lacan e sua releitura da obra de Freud, abre caminhos para o entendimento do que foi a proposta de atuação de Mannoni em seus trabalhos, o que nos permite também acessar em que direção conceitual a mesma se encontra e que implicações isso vem a ter na posição que esta apresenta em seus atendimentos clínicos com crianças. Isso porque partimos da ideia de que a escuta clínica se relaciona com uma referência teórica que sustenta conceitualmente a posição e a direção de qualquer trabalho que se intitule psicanalítico. Sobre isso, reforça Lacan:

A teoria analítica e a prática, sempre se disse, não podem se dissociar uma da outra e, a partir do momento em que se concebe a experiência num certo sentido, é inevitável que se a conduza igualmente nesse sentido⁵¹.

Também como já foi referido, o trabalho de Lacan embasa conceitualmente as críticas e separações impostas por Maud Mannoni em relação às práticas desenvolvidas até então nos atendimentos clínicos com crianças – práticas estas arraigadas das influências pedagógicas ou da insistência de uma escuta marcada pela dimensão imaginária. A teoria de Lacan aponta, nesse sentido, para uma direção de leitura pela qual Mannoni se vê identificada e que em sua trajetória fez questão de utilizar e repassar, tendo sido a mesma uma grande divulgadora da obra deste psicanalista. A presença de Mannoni na Argentina, por exemplo, onde viveu na década de 1970, permitiu uma ampla circulação de importantes significantes referentes ao ensino de Jacques Lacan e que marcaram as suas contribuições à teoria psicanalítica, dentre eles: a *Demanda* da criança; o *Discurso* dos pais; o *Fantasma* materno; a *Lei* do pai; e a criança como *falo*⁵².

Além disso, a abordagem lacaniana parece confluir ao que já teria sido despertado antes, no percurso prático de Mannoni desde seus primeiros trabalhos, antes mesmo do encontro com Lacan. Poderíamos destacar, por exemplo, sua experiência quando jovem no

⁵¹ LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 4*. Op. cit., p. 11-12.

⁵² FENDRIK, Silvia. *Psicoanalistas de niños: la verdadera historia*. 4. Françoise Dolto y Maud Mannoni. Buenos Aires: Letra Viva, 2007.

contexto hospitalar durante o período da guerra e em psiquiatria, onde teve uma formação essencialmente prática.⁵³

É interessante, todavia, situarmos o contexto da releitura dos textos freudianos, no que se refere ao momento em que Lacan encontra uma real necessidade de intervir mediante as deturpações que se configuravam no movimento psicanalítico pós-freudiano. Os psicanalistas que fugiram do nazismo e refugiaram-se nos Estados Unidos reformularam a teoria freudiana, dando centralidade à noção de ego, que ganhou destaque como intermediário entre o mundo externo e interno, sendo colocado em um lugar privilegiado como “âmago da subjetividade”. O que parece acontecer aqui é uma leitura deturpada do conceito freudiano de ego, em relação a uma versão também chamada de *self*, que consistiria como o lugar da síntese ou o verdadeiro centro da personalidade. No entanto, o freudismo acabou por adequar-se a essa forma, onde:

As psicologias americanas – empirismo e comportamentalismo – nada queriam saber da “outra cena”. E o *establishment* exigiu que a prática analítica fosse um mecanismo de ajuste ao contexto social, na medida em que se considerava doença mental tudo o que não concordava ou não coincidia com ele⁵⁴.

Assim, essa psicanálise se apresentou, neste momento, como o modelo que disseminaram pelos outros lugares do mundo. No campo conceitual, a primeira tópica (Inconsciente, Pré-consciente e Consciente) foi substituída pela segunda tópica (Isso, Eu e Supereu), em que o ego passou a ser utilizado como o material psíquico de trabalho do psicanalista. Ocorre, neste ensejo, uma modificação na atuação clínica, onde a análise aconteceria já não mais em relação à confrontação do sujeito com seu desejo, mas para a contenção dos conflitos através da adaptação ao meio social. Temos, assim, a Psicologia do Ego⁵⁵, definida como uma aliança entre o ego do analista e a parte saudável ou sem conflitos do ego do analisando, sendo o objetivo buscado aqui a integração e o equilíbrio psíquicos e sociais do indivíduo.

Ao ser colocado um objetivo para a psicanálise, que seria assimilar os indivíduos ao meio, ideologizou-se seu fim, já que o sucesso desta empresa consistiria em levar os analisandos a se adaptar a um figurino

⁵³ MANNONI, Maud. *Educação impossível*. Op. cit.

⁵⁴ CESAROTTO, Oscar e LEITE, Marcio P. S. *Jacques Lacan*. Op.cit., p. 32.

⁵⁵ Sobre a Psicologia do Ego, trabalharemos de forma mais aprofundada no capítulo três referente à formação do psicanalista.

de pessoa adulta, bem-comportada, heterossexual e, de preferência, bem-sucedida na vida. Para isso, o analista colocando-se como ideal, utilizaria como recurso a interpretação exaustiva da transferência, que – tomando como parâmetro o que acontece *hic et nunc* – modelaria o ego do analisando até fazê-lo coincidir com o que se espera dele⁵⁶.

A Psicologia do Ego entra, pois, em consonância com as propostas educativas do trabalho clínico desenvolvido por Anna Freud. Mas antes mesmo do surgimento da ênfase no ego nos Estados Unidos, observa Mannoni, Karen Horney já tinha sugerido o objetivo terapêutico como uma adaptação do sujeito ao meio, noção esta que não estava alheia ao desenvolvimento de uma antropologia cultural conhecida como culturalismo. Assim, o interesse em adaptar a criança ao meio continuou sendo um dos critérios convocados em psicanálise com crianças, o que conduzia os analistas “ao risco de não poderem mais se interrogar sobre as defesas ‘sadias’ que uma criança encontra para se opor ao intolerável de uma situação que lhe é imposta”⁵⁷. No entanto, Heinz Hartmann, fundador da Psicologia do Ego, que se tornou o principal representante da ortodoxia freudiana ao lado de Anna Freud, sobrepôs suas formulações às inovações de Horney, onde o objetivo do desenvolvimento psíquico era, para ele, a adaptação à realidade que se tornava agora critério de saúde mental. Essa marca, recorrente desde os primórdios da psicanálise com crianças, é um dos principais pontos que precisamos nos confrontar hoje nos atendimentos realizados na clínica com a infância.

Lacan, a partir de 1950, realiza, então, uma retomada do campo freudiano. Neste período, inicia seus seminários com o intuito de voltar aos textos de Freud, onde nos dez primeiros anos de seus seminários desenvolve basicamente um trabalho de releitura da obra freudiana e, a partir de 1953, inicia a construção de seus conceitos “que serão os instrumentos com os quais irá dissecar a obra freudiana de modo inteiramente original”⁵⁸. Neste mesmo ano, Lacan, por conta da regulamentação da formação dos analistas, se demite da International Psychoanalytical Association (IPA) e funda a Sociedade Francesa de Psicanálise. Neste período dos anos 50 a psicanálise dominante era a então psicanálise americana. Diz-nos Lacan, ao referir-se ao projeto de retorno a Freud:

⁵⁶ CESAROTTO, Oscar e LEITE, Marcio P. S. *Jacques Lacan*. Op.cit., p. 33-34.

⁵⁷ MANNONI, Maud. *Um saber que não se sabe: a experiência analítica*. Campinas, SP: Papirus, 1989, p. 58.

⁵⁸ COUTINHO JORGE, Marco Antônio e FERREIRA, Nadiá. *Lacan, o grande freudiano*. Op.cit., p. 25.

Não é de um retorno do recalcado que se trata, para nós, mas de nos apoiarmos na antítese constituída pela fase percorrida desde a morte de Freud no movimento psicanalítico, para demonstrar o que a psicanálise não é e, junto com vocês, buscar o meio de recolocar em vigor aquilo que não cessou de sustentá-la em seu próprio desvio, ou seja, o sentido primeiro que Freud preservava nela por sua simples presença⁵⁹.

A Psicologia do Ego, como vimos, apontava como condição que o analisando se identificasse com o seu analista, com a parte saudável do seu ego, chegando-se, assim, ao fim da análise. No entanto, essa consistia numa proposta de tratamento voltada para o eixo da identificação. Com isso, Lacan vai dizer que a prática psicanalítica da Psicologia do Ego não é psicanálise, por essa não consistir objetivamente na proposta freudiana e, diria ainda, sobre isso, que “a psicanálise de Freud, cujo conteúdo revolucionário abarcava uma proposta de subversão do sujeito, foi deturpada pelos americanos”⁶⁰. É importante destacar que no trabalho de retorno aos escritos de Freud, Lacan elegeu abordar os conceitos de forma dispersa, pois defendia a articulação dos conceitos obedecendo a uma ordem de sentido e não necessariamente cronológica na obra freudiana. Introduce, assim, por essa via de leitura e interpretação, seus questionamentos diante das deturpações que ocorriam em relação aos escritos de Freud.

Preocupado com os direcionamentos e desvios que se davam em relação à obra freudiana, Lacan, como já foi explicitado, vai ressaltar que Anna Freud e Melanie Klein não levaram em conta a dimensão simbólica implicada na constituição do sujeito, reduzindo a direção do tratamento a uma relação imaginária, dual. Destaca algumas correntes da psicanálise que privilegiaram essa abordagem: a dos psicanalistas do eu e a dos psicanalistas da relação de objeto. Os psicanalistas do eu, com sua abordagem geneticista, representados por Anna Freud, colocavam-se no manejo da transferência como possuidores do saber, onde decidiam o que era melhor para a criança. Já Melanie Klein representava o que Lacan denominou de os analistas da relação de objeto, em que se destacavam os aspectos imaginários da fantasia e do inconsciente, fazendo a pessoa do analista parte disso, o que

⁵⁹ LACAN, Jacques. A coisa freudiana ou Sentido do retorno a Freud em psicanálise. In _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 404.

⁶⁰ LEITE, Márcio P. S. *A negação da falta: cinco seminários sobre Lacan para analistas kleinianos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1992, p. 43.

levaria a análise a uma ficção imaginária em que o final resultaria na identificação do sujeito com o analista⁶¹.

Dessa forma, a partir de Lacan, a relação privilegiada entre a mãe e a criança, que era tomada por grande parte dos analistas como central, toma uma nova direção, onde passa a ser considerado, entre a mãe e a criança, um terceiro elemento, o *falo*⁶². Assim, Lacan resgata a importância do pai para a psicanálise, na verdade da *função do pai*⁶³, que é uma função essencialmente simbólica, de encarnação da lei, representante da cultura, de função de corte na posição imaginária da mãe em relação ao filho. “A função paterna delinea uma conformação bastante particular do ensino de Lacan (...) ele a retirou de Freud e criticou sua ausência na teoria de Melanie Klein”⁶⁴. Seguindo a teorização lacaniana, Maud Mannoni aponta para uma outra posição na escuta da criança, pautada numa lógica fálica que situa o sujeito numa dimensão significativa da falta, considerando a linguagem como fundante do sujeito. Diferencia-se, então, das analistas anteriores, ao propor pensar a criança a partir de uma fantasmática parental que diz respeito à posição da criança como sintoma dos pais e que se constrói a partir dos operadores do Édipo e, ainda, da lógica fálica. Isso implica pensar a referência à falta – a partir da função paterna de corte – e a um Outro que sempre existirá no tratamento analítico, sendo a essa referência que devemos nos ater na escuta da criança. Escreve Mannoni:

Lacan, ao contrário, estudou a linguagem dentro da relação do sujeito com o significante. Ele desenvolveu uma lógica significativa que se articula na teoria do desejo: ao estudar o discurso inconsciente que duplica o discurso consciente, ele acentuou, por exemplo, o papel desempenhado pela alternância da presença e ausência no mundo da criança, e o fato de que o objeto é um objeto que falta. Nesta perspectiva o discurso só pode se articular porque existem brechas a serem preenchidas: ele está ligado à falta⁶⁵.

Freud afirmou o caráter psíquico do inconsciente e Lacan enunciou o inconsciente como discurso do Outro, estruturado como uma linguagem. Apesar de Freud não se referir

⁶¹ COSTA, Teresinha. *Psicanálise com crianças*. Op. cit.

⁶² Significante, que na teoria lacaniana, representa a falta, a falta na mãe, no Outro original. O falo não é uma coisa, não é um objeto, nem um órgão, mas o significante do desejo do Outro.

⁶³ Função muitas vezes confundida com a imagem do pai e que gera equívocos diante do que se sugere nos dias atuais como um declínio da função paterna.

⁶⁴ LEITE, Márcio P. S. *A negação da falta*. Op. cit., p. 49.

⁶⁵ MANNONI, Maud. *Um saber que não se sabe*. Op.cit., p. 54.

explicitamente ao campo da linguagem, esclarece Luciano Elia, todas as suas elaborações teóricas sobre o inconsciente, campo primordial da experiência psicanalítica do sujeito, o estruturam em sistemas de representação, de traços de memória, de signos de percepção, organizados na forma de condensação e deslocamento. Nesse sentido, essa teoria exigiria metodologicamente um sistema de articulação de elementos materiais simbólicos, ou seja, à linguagem.

O inconsciente freudiano exige, portanto, um suporte metodológico que o situe, no plano conceitual, em relação a dois estatutos: ele deve ser *material* (a psicanálise é um saber materialista) e, ao mesmo tempo, *simbólico* (a psicanálise não é uma biopsicologia). Ora, o campo de referência que oferece a um só tempo essas duas condições metodológicas é o da linguagem, sobretudo a partir de sua tomada como recorte de uma ciência moderna, a linguística⁶⁶.

Desse modo, Lacan se utilizou da linguística trabalhando a relação entre significante e significado e, a partir de Saussure, elabora as especificidades do entendimento do inconsciente estruturado como uma linguagem. Para Saussure, o signo linguístico é uma entidade de dupla face, sendo composta pelo significado (conceito) e o significante (imagem acústica), em que ambos, por não existirem um sem o outro, estão circunscritos em uma elipse, formando uma unidade. A significação emerge na relação entre os dois, tendo seu valor determinado dentro do sistema de signos, na relação entre estes. Lacan, ao se utilizar do algoritmo saussuriano, elimina a elipse e quebra a unidade do signo, onde a barra que separa o significado do significante não indica mais relação, e sim, separação. Ele inverte os termos (antes dispostos de forma ao significado estar em cima e o significante embaixo entre uma barra), ficando o significante na parte superior, acima da barra, representado por um *S* maiúsculo e o significado abaixo, representado por um *s* minúsculo⁶⁷.

Temos, dessa forma, que no algoritmo saussuriano se atinge a significação independentemente da posição do significante e do significado, importando apenas que eles estejam circunscritos, como dito, numa elipse. Por sua vez, o algoritmo lacaniano fixa o significante na parte superior da barra e tem seu grafo maiúsculo, pela predominância de sua presença na fala, pois quem fala, desliza de significante em significante, sem entender o que fala, numa condição alienada ao sentido do que diz. Não há, portanto, circunscrição elíptica,

⁶⁶ ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004, p. 37.

⁶⁷ LONGO, Leila. *Linguagem e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

uma vez que não há nenhuma relação entre significante e significado. O significado se alcança, aqui, através das formações do inconsciente. Delimita Márcio Leite:

A tese de Lacan é de que há uma primazia do significante e o significado é atribuído por um sujeito, dentro de uma possibilidade que decorre da inércia do inconsciente de significar alguma coisa. Foi nesse nível que Lacan retomou a descoberta freudiana⁶⁸.

Laéria Fontenele afirma que o que de fato Lacan pretendeu destacar como seu retorno a Freud foi a necessidade dos psicanalistas estarem atentos aos fundamentos, aos alicerces da disciplina freudiana, onde, partindo daí, poderiam continuar interrogando a experiência psicanalítica⁶⁹. Assim, Lacan se utiliza, como pontuamos, das contribuições da linguística (como também da lógica, da matemática e da topologia) para reformular a psicanálise e extrair dela o que há de fundamental no cerne da teoria freudiana. Ao abordar o retorno a Freud de Lacan, Maud Mannoni destaca que:

Segundo Lacan, o que Freud tenta definir como campo da experiência analítica é alguma coisa que torna este campo solidário da estrutura, na medida em que dominam aí os efeitos da linguagem. Em relação as estruturas da linguagem ordenam-se os efeitos com os quais lidamos quanto ao que constitui a consistência do que se chama uma neurose, e mesmo o que constitui a consistência de uma psicose ou de uma perversão. (...) A questão que Freud coloca através de uma linguagem, continua Lacan, é: o que verdadeiramente acontece com o sujeito, se tentamos definir o sujeito na sua dependência da linguagem? Aí esta a descoberta de Freud (...) é que a linguagem comporta os efeitos que vão bem mais longe do que se imagina de uma economia que carrega um outro peso que não somente o verbal.⁷⁰

Retomando as proposições de Lacan, Maud Mannoni, em consonância com seu ensino, aponta para uma posição ética como postulada por ele: uma ética centrada no desejo. Essa referência se torna fundamental na medida em que conflui com a trajetória da autora e permite um entendimento de sua posição em relação ao lugar do analista na direção do tratamento e mais especificamente na clínica com crianças. Mannoni chama atenção para uma ética da verdade que esteja atrelada ao desejo inconsciente do sujeito e não a uma relação moral com o ego do paciente (que estaria muito mais próximo da noção de adaptação, utilizada na prática clínica sob influência das referências pedagógicas, imaginárias e egóicas).

⁶⁸ LEITE, Márcio P. S. *A negação da falta*. Op.cit., p. 47.

⁶⁹ FONTELE, Laéria. *A interpretação*. Op. cit., p. 41.

⁷⁰ MANNONI, Maud. *Um saber que não se sabe*. Op. cit., p. 46.

Nesse sentido, essa ética da verdade apontada por Mannoni se relaciona diretamente com a ética do desejo em Lacan. Considerando então a noção sobre ética, fundamental a qualquer referência de trabalho psicanalítico, uma vez que se conforma nesse ponto a incidência de uma posição de escuta do sujeito, vale salientar o que aponta Teresinha Costa:

Freud introduziu uma revolução no terreno da ética, pois recusava a idéia de ética como “ordem universal”, assim como não acreditava em uma capacidade inata do homem para distinguir o bem do mal. Ao contrário da filosofia e da religião, a psicanálise não procura redigir preceitos básicos de como se orientar no pensamento ou de como agir diante de determinadas situações aflitivas. Sua proposta consiste em alcançar a verdade que subjaz, recalcada, no inconsciente, entendida como verdade do desejo imperioso e indestrutível. Ao levar em conta o desejo inconsciente, a psicanálise propõe uma ética que se formula em princípios que não são universais, e sim estritamente singulares⁷¹.

Esse aspecto de singularidade da ética da psicanálise também foi demarcado por Lacan, onde vemos comparecer, em seu ensino, uma preocupação crucial com a clínica e com a ética. Durante os anos 1959-60 desenvolve seu seminário *A ética da psicanálise* com o qual trabalha sobre a questão da ética, noção – a propósito – não encontrada conceitualmente em Freud.⁷² Assim, ao elaborar a incidência própria de uma ética do desejo na clínica psicanalítica, Lacan vai insistir em abordar o lugar do analista na direção do tratamento, sendo a referência desta concepção de ética da psicanálise que vemos atravessar as proposições de Maud Mannoni. Como já exposto anteriormente, neste seminário Lacan apresenta a noção de que o objeto é, por sua natureza, um objeto reencontrado. Isso remete a uma falta estrutural, onde:

É, portanto, em relação a esse *vazio*, cuja existência possibilita a criação, que Lacan se refere à ética da psicanálise. Em outras palavras, é em torno da Coisa, primeiro exterior para o sujeito, que se orienta todo o encaminhamento desejante⁷³.

Lacan, nesse sentido, chama atenção para o posicionamento de cada sujeito frente à incompletude do Outro. É, pois, nessa fissura – de onde irrompe o desejo do sujeito – que deverá face à falta do Outro se situar o sujeito diante do seu desejo. Para ele, enquanto a

⁷¹ COSTA, Teresinha. A pirâmide das heresias: a ética na clínica psicanalítica infantil. In COUTINHO JORGE (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006, p. 166.

⁷² COUTINHO JORGE, Marco Antonio e FERREIRA, Nadiá. *Lacan, o grande freudiano*. Op. cit., p. 57-58.

⁷³ COSTA, Teresinha. A pirâmide das heresias: a ética na clínica psicanalítica infantil. In COUTINHO JORGE, Marco Antonio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Op. cit., p. 169.

moral é definida a partir dos ideais do eu, a ética está implicada nas relações do sujeito com o desejo inconsciente. Lacan parte da ética de Aristóteles – definida enquanto ética das virtudes e do caráter, fundamentada na Razão e na concepção do homem como animal essencialmente racional – contrapondo a essa o que constituiria uma ética da psicanálise. Esta última, por pautar-se no inconsciente cuja verdade do desejo escapa ao sujeito, não pode ser sustentada em ideais de felicidade a partir de uma determinação da Razão. Assim, ao descentrar a ética do plano do ideal da felicidade encontrada na Razão, e delimitar sua centralidade no desejo inconsciente, Lacan aponta para uma concepção de ética que não responde à promessa de felicidade a serviço dos bens. Ocorre, assim, que a partir da impossibilidade de garantia da felicidade plena, o discurso psicanalítico toma, dessa forma, o desejo inconsciente como norteador de sua ética.

A ética da psicanálise, corroboram Coutinho Jorge e Ferreira, “não está centrada no Bem supremo da ética aristotélica, mas no bem dizer o sintoma”, ou seja, se dirige a “trazer o que é da ordem do sofrimento e da dor para o regime da palavra”⁷⁴. Desse modo, a originalidade da contribuição psicanalítica encontra-se justamente em assumir o desejo como referência ética central. Esta ética, portanto, não se confunde com uma ética dos costumes, uma redução historicamente determinada destinada à crítica da moral ao serviço do bem, porém, ao contrário, dirige-se a um comprometimento radical que implica a relação entre a ação e o desejo que a impulsiona. Nesse sentido, Lacan vai pensar a ética da psicanálise ressaltando a função desejo do analista como motor da análise, onde o analista e seu desejo têm função de causa e se apresentam no discurso⁷⁵ que é próprio à psicanálise: o do analista. Portanto, define Lacan: “se há uma ética da psicanálise (...) é na medida em que, de alguma maneira, por menos que seja, a análise fornece algo que se coloca como medida de nossa ação – ou simplesmente se pretende isso”⁷⁶

O desejo do analista, então, viabiliza a direção do tratamento a partir de um lugar de vazio, como suporte do objeto causa do desejo, em que o analisando dirige ao analista colocado nesta posição, o seu desejo. Assim, para Lacan, o lugar do analista é um lugar de semblante do objeto *a*, onde o analisando depositará, na figura do analista, o enigma que é o

⁷⁴ COUTINHO JORGE, Marco Antônio e FERREIRA, Nadiá P. *Lacan, o grande freudiano*. Op. cit., p. 58.

⁷⁵ Aqui faço referência aos quatro discursos desenvolvidos por Lacan, onde no discurso do analista se conforma a posição de escuta que viabiliza, no analisando, o acesso ao desejo.

⁷⁶ LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 7*. Op. cit., p. 374.

seu desejo. Do lugar de objeto *a*, o analista permitirá ser tomado como Outro possibilitando, nesse movimento, a aparição do próprio desejo que move o sujeito em análise. O analista, portanto, ocupará, na transferência, o lugar de *sujeito suposto saber*, onde deverá desse lugar, possibilitar que a demanda do sujeito se torne questionamento sobre o seu desejo. Nesse sentido, o desejo do analista se conforma como condição para uma ética do desejo, uma vez que, do lugar de vazio, o analista permite que o desejo em questão possa surgir. No entanto, o desejo do analista não é o desejo do Outro, mas ao contrário, deve apontar para a inconstância desse Outro. Portanto, vale demarcar que o desejo do analista não se refere ao desejo da pessoa do analista (pois não se trata do *ser do analista*, e sim de uma *função*), mas se relaciona com seu dever analítico, ou seja, ético⁷⁷.

Maud Mannoni, em *Da paixão do ser à loucura de saber*, articula o desejo do analista a uma “exigência de verdade” que estaria ligada a fala do analisando. O analista, a partir da posição de não saber deve levar em conta o que se enuncia no discurso do paciente e que ultrapassa qualquer teoria. O sintoma, esclarece a partir de Lacan, representa “o retorno da verdade como tal do recalcado na fenda do saber”. É então essa verdade que precisa ser considerada, independentemente da contestação teórica que venha dela existir. A possibilidade do analisando de dizer a verdade encontra-se presa ao desejo do analista e, portanto, “à sua maneira de orientar ou desviar a análise, ou mesmo de bloquear qualquer possibilidade de inversão dialética”⁷⁸. No livro *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, esclarece também a autora que:

Toda concepção do analista é, por conseguinte, desviada pela escolha teórica do início. Os critérios de seleção, como a própria perspectiva do analista, então em função do que, no começo, se encontra singularizado *no desejo do analista*. A seqüência do jogo depende do que o analisando vai fazer desse desejo⁷⁹.

Ao que se refere ainda, nesse sentido, a posição do analista, Mannoni delimita alguns riscos diante do trabalho do analista e alerta sobre o fato de

Que o analista queira, inversamente, instruir o paciente, e não mais acompanhá-lo, desloca então as dificuldades para o lado de uma

⁷⁷ LACAN, Jacques. *Escritos*. Op. cit. _____. *O Seminário, livro 11, os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Joegre Zahar Ed., 1998.

⁷⁸ MANNONI, Maud. *Da paixão do ser à “loucura” de saber*. Op. cit., p. 97.

⁷⁹ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 226.

relação de tipo professor-aluno, cujo suporte é o eu, ou seja, exatamente o que Lacan designou como tendo função de defesa e de recusa. Na verdade, o que a experiência analítica isola, em tal relação do sujeito com outro ele mesmo, é a dimensão do desconhecimento. Daí a importância, na situação analítica (...) de evitar entre o analista e o paciente (...) relações de autoridade e imponência, que só fazem bloquear qualquer possibilidade de “dizer a verdade”.⁸⁰

Como vimos, há nas analistas anteriores a Maud Mannoni, uma marca pedagógica e adaptativa, que coloca o analista numa posição de escuta a partir de um lugar de saber, de mestria, portanto, localizado no discurso do mestre. A criança perde em sua possibilidade de dar a palavra, de tomar as rédeas de sua situação e, mesmo, de responsabilizar-se pelo seu desejo. Essa posição de mestria resvala para um equívoco na condução do tratamento, na medida em que a situação imaginária que aqui se sustenta ressalta uma situação narcísica que supõe no analista um lugar de saber sobre a verdade do sujeito e que não leva em conta, portanto, a dimensão de uma lógica da falta necessária à assunção do desejo. As crianças, por ainda terem um desenvolvimento maturacional por se concluir, ficam mais suscetíveis a tal situação, sendo facilmente colocadas num lugar de impropriedade sobre um saber em relação ao seu desejo e a sua verdade. Assim, delimita Mannoni:

Cumpre-nos, contra tantas deformações e confusões, redescobrir o caráter específico da contribuição da análise, redescobri-lo sobretudo na condução de uma cura infantil. Em outras palavras, através de que atalho pode a análise chegar finalmente a separar-se da pedagogia (e de um escopo adaptativo) para restabelecer laços, através da riqueza de uma vida fantasmática, com domínio do Imaginário, tantas vezes esquecido em favor da adaptação à realidade?⁸¹

Essa, então, torna-se a tarefa ética do analista no trabalho psicanalítico e aqui, mais especificamente, no atendimento clínico com crianças. Nesses meandros, vale demarcar, sustentar uma ética da psicanálise implica uma postura avessa a qualquer ética das virtudes dirigida aos ideais sociais e suas tentativas de adequação. Maud Mannoni esclarece que a psicanálise que se baseia nos efeitos do significante na estrutura do desejo, converge para uma ética em que “o que se acha em jogo é da ordem de uma reformulação do ser, trata-se da relação do indivíduo para com a verdade”⁸². Assim, é necessário, possibilitar o acesso a

⁸⁰ Idem., p. 19.

⁸¹ MANNONI, Maud. *A teoria como ficção*. Freud, Groddeck, Winnicott, Lacan. Rio de Janeiro: Campus, 1982, p. 70.

⁸² MANNONI, Maud. O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise. Op. cit., p. 226.

verdade da palavra da criança, através de uma escuta que privilegie seu lugar de sujeito desejante, na direção de uma ética da psicanálise, portanto, de uma ética do desejo.

2 O LOUCO, A CRIANÇA E O ANALISTA

Por característica pessoal e política Maud Mannoni construiu sua obra menos pela via de uma sistematização conceitual e mais através de certos enfrentamentos, confrontos, polêmicas, debates que podem ser vistos como pontos de provocação cujos efeitos implicavam na ultrapassagem de determinados conservadorismos que, por vezes, envolviam também o movimento psicanalítico. Assim, tão decisivo quanto foi o confronto às demandas pedagogizantes da primeira psicanálise com crianças em prol de uma abordagem que preservasse a palavra da criança parece ter sido o embate às concepções psiquiátricas de sua época importante para entender suas propostas acerca do lugar do analista nesta clínica.

Psiquiatra de formação, Maud Mannoni tem com esse campo científico um forte diálogo que aparece repetidamente em seus trabalhos. Questões sobre a loucura, a segregação psiquiátrica, a instituição asilar, a antipsiquiatria e a psicanálise se entrelaçam, por vezes, ao longo de sua obra. A loucura atravessa de modo contundente seus escritos, assim como acontece em relação à criança. Tal aspecto parece-nos de grande relevância, pois este elemento de abordagem comum da autora – a loucura e a criança – aponta-nos para uma discussão necessária em torno do objeto de nossa pesquisa. Dois sujeitos insistentemente abordados por Mannoni em seus escritos e que parecem constituir objetos chaves de suas contribuições.

As questões sobre a loucura contempladas pela autora guardam um parentesco com as que envolvem as crianças que chegam à psicanálise, assim como o louco, a partir da demanda de um outro que as conduzem. É interessante pensar sobre de que modo os limites que o analista encontra com um paciente constituem os limites mesmos do analista, do que ele pode ou não suportar da prova em que foi envolvido por seu paciente. A loucura, para Mannoni, exerceria um verdadeiro efeito de interpelação sobre o analista:

O analista que se deixa interpelar pela loucura (...) aceita, na verdade, ser posto em questão no campo do seu próprio “inanalizado”. Esse ponto cego do analista é o viés por onde se faz nele a abertura do interesse terapêutico. Acontece também de um analista (como foi o caso de Freud com os adultos) receber de seu paciente um

esclarecimento sobre o que nele, analista, permanecerá até então a salvo de todo questionamento ou sobre o aspecto da “loucura” nele.⁸³

A escuta do analista, assim, deve dirigir-se a uma ética que dá lugar à palavra e que permite que todos possam posicionar-se como sujeitos de seu discurso. Isso se relaciona, também, com uma posição contrária a uma postura de exclusão e segregação impostas, muitas vezes, nas práticas institucionais, onde alguns analistas acabam por reproduzir muito mais uma lógica funcional em prol da normalidade, do que propriamente a abertura para a relação do sujeito com o que seria da ordem do desejo. Por esse motivo, o lugar do analista, acreditamos, deve ser pensado também nas relações políticas e institucionais em que a psicanálise se sedimenta e que compõem a posição de um analista.

Ocorre esclarecer que, no caminho da postura de confrontação com os modos pedagógicos influenciadores do trabalho psicanalítico com crianças criticados por Maud Mannoni, está a antipsiquiatria num mesmo movimento das situações de reclusão, desde as referentes às paredes das instituições asilares à lógica que perpassa esses muros segregatórios e que se repete na forma adaptativa e coercitiva presentes em determinadas formas clínicas. Queremos dizer com isso que o funcionamento da exclusão do sujeito comparece tanto na estrutura da organização psiquiátrica como na educacional e que isso chega também à clínica psicanalítica, quando o analista se coloca, em seu trabalho de escuta, numa posição inviabilizadora do acesso do sujeito a um saber sobre sua verdade, situando-se, o analista, na mesma posição de tais instituições, pois não vê o sujeito para além de um objeto de sua experiência e saber prévios.

Em relação à forma psiquiátrica, assim como a uma certa psicanálise, Maud Mannoni chama atenção para a noção da doença mental dirigir-se a critérios de adaptação social, onde a cura significaria “entrar no rol dos bem-pensantes”. A ordem não perturbada se constitui aqui como uma exigência da sociedade, onde os médicos – e, nesse sentido, também os psicanalistas que se movem nesta direção – atestam que um indivíduo deve ser considerado perigoso para ele próprio e para os outros, provocando seu isolamento do convívio social. “Do momento em que um indivíduo é reconhecido como louco, a sociedade, por intermédio do psiquiatra (e também do analista), fá-lo entrar na categoria dos doentes mentais, a fim de separar-se dele”⁸⁴.

A autora nos chama a atenção para o fato de que, “num determinado momento da história da psicanálise, os psicanalistas chegaram – a exemplo dos psiquiatras – a falar da

⁸³ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Campinas, SP: Papirus, 1990, p. 49.

⁸⁴ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1971, p. 23.

doença, mas não do doente”.⁸⁵ Nesse sentido, a escuta sobre a loucura parece ter se dado mais uma vez por uma via de mestria, onde o inconsciente é relegado, já que só através deste é possível operar numa escuta de fato psicanalítica que aponte para o sujeito uma construção com a verdade do seu sintoma e não uma resposta social exigida a um ou outro determinado campo do saber, seja médico ou psicanalítico.

Assim, discutiremos neste capítulo a posição do analista junto as instituições asilares, a ética de sua escuta, o caráter subversivo da psicanálise e a contradição dessa subversão quando a psicanálise se vê engendrada nos mecanismos administrativos institucionais. Tais elementos nos permitirão pensar numa dimensão política que envolve o lugar do analista e suas contribuições ao trabalho clínico com crianças. Sobre isso, torna-se interessante uma fala de Mannoni:

Notava eu que a psicanálise, longe de subverter a psiquiatria (nesse domínio preciso, os efeitos do imenso trabalho de Lacan continuava sendo letra morta), era recuperada pela psiquiatria como técnica de complementação. A psicanálise institucionalizada, em suas aplicações deformadoras que conhecemos, serve de aval à própria ordem institucional e participa, portanto, de sua conservação; daí a psicanálise trair sua vocação⁸⁶.

Por essa via, abordaremos um certo percurso institucional de Maud Mannoni e as influências que a marcaram nessa trajetória, discutindo, também, um ponto fundamental que compõe sua posição nas instituições: a antipsiquiatria. Além disso, trabalharemos os aspectos que envolvem a concepção desta autora sobre a loucura e a criança, buscando apresentar as relações e aproximações que podemos encontrar em tais apontamentos. A ideia é tentar compreender o que esses elementos tão insistentemente abordados por esta psicanalista trazem em comum e de que maneira tais aspectos, ao se repetirem, ganham uma importância fundamental para a leitura de sua obra. Isso convoca a duas perguntas: Por que a criança e o louco? Em quê a questão psiquiátrica e o lugar do analista se relacionam?

É, pois, por essa via que tentaremos construir nossa discussão em torno da ruptura que compreendemos como o embate travado por Mannoni com a psiquiatria e as instituições psiquiátricas, desenvolvendo, ainda neste capítulo, a questão da instituição e sua relação com o lugar do analista na clínica com crianças.

2.1 Uma trajetória institucional e a antipsiquiatria

⁸⁵ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros: o sintoma e a palavra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980, p. 15.

⁸⁶ MANNONI, Maud. *Educação impossível*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977, p. 13.

É expressiva na obra de Maud Mannoni sua participação na luta antimanicomial de seu tempo. De fato seus escritos são incisivos na denúncia do caráter nefasto de hospitais, manicômios, hospícios, como “instituições totais” no isolamento a que reduz os “loucos” de toda ordem. Por outro lado, Mannoni entende a necessidade de um lugar de refúgio funcionando como referência para a organização do sujeito. E isso cabe tanto ao que se refere às instituições de saúde propriamente ditas (hospitais e manicômios), mas também às instituições educacionais (escolas) para as quais direciona considerações semelhantes.

É interessante salientar que em sua trajetória a experiência parece ter precedido as formulações teóricas sobre a loucura ou, como disse no prefácio de *Educação impossível*, “Em Psiquiatria tive uma formação essencialmente prática e vivi quando jovem, uma experiência hospitalar privilegiada”. Relata ali que foi durante a Segunda Guerra Mundial, quando levava pacientes para fora do hospital para alojá-los em “locais desabitados”, que, “numa posição marginal”, se efetuou o seu “primeiro encontro com esses seres a que se dá o nome de anormais”⁸⁷. Vemos, assim, que o ensino universitário se deu, para Mannoni, depois de uma experiência prática, ainda desvinculada de certos campos de saber onde, em geral, corre-se o risco de tamponar o que advém do outro, posto que o saber pressupõe um a priori que por vezes já define o olhar e a escuta que se faz do sujeito. Essa vivência prévia parece marcar uma certa convocação para a escuta da experiência clínica tão presente nos trabalhos desta psicanalista, além da posição nos enfrentamentos que faria em relação às instituições psiquiátricas.

Ainda sobre o que concerne à experiência hospitalar de Maud Mannoni, é importante frisar a influência de Françoise Dolto, com quem trabalhou no hospital de Trousseau – lugar que foi um importante palco para sua formação – e com quem teve uma estreita relação. Passando por uma proximidade pessoal, que envolve desde a acolhida pela família Dolto em Paris até o casamento com Octave Mannoni, a referência de Dolto na vida de Mannoni se desdobra em colaborações importantes para as suas teorizações sobre a psicanálise e a prática clínica com crianças.⁸⁸

Françoise Dolto, colaboradora e amiga de Lacan por muito tempo, foi na França, uma psicanalista marcada pelas inovações que propôs à psicanálise infantil. Tinha como proposta situar a criança na estrutura desejante da família, onde aquela seria resultado de três

⁸⁷ Idem, p. 11. Há aqui uma clara referência à atitude dos nazistas diante daqueles considerados loucos e, nesse sentido, relaciona as posições políticas antinazistas de M. Mannoni ao que pensava sobre as estruturas administrativas das instituições.

⁸⁸ Cf. MANNONI, Maud. *O que falta a verdade a ser dita*. Op. cit.

desejos: o do pai, o da mãe e o do próprio sujeito. Assim, diante de sua posição teórica, aponta o sintoma da criança como sendo também o sintoma da estrutura familiar. Enfatizou a receptividade e a capacidade de escuta do analista, que deveria ficar atento à história na genealogia, ao censurado e aos não ditos. Dessa forma, convoca a ligação simbólica entre criança, mãe e pai e as palavras articuladas com essa história. O trabalho do analista iria consistir, sobretudo, em verbalizar para o paciente a verdade de seus desejos inconscientes.⁸⁹

Diferente de Melanie Klein, Dolto utilizou como técnica não o brincar, mas principalmente a fala, o desenho e a modelagem. Não interpretava realmente os desenhos, mas tentava fazer com que a criança falasse na análise, priorizando o trabalho associativo.⁹⁰ Resgatou, tal como Lacan, a palavra da criança no discurso analítico e a verdade do sujeito na dimensão desejante, no que nos parece ter exercido grande influência sobre Maud Mannoni.

No Hospital de Trousseau, onde as terapias eram conduzidas por Dolto na presença de médicos e de analistas em formação, Maud Mannoni se viu marcada por uma abordagem da doença mental que a despertou para interrogações sobre os efeitos de um certo discurso (o do paciente e o do analista). Isso se dava na medida em que percebia o incômodo que causava em alguns analistas o que propunha sua supervisora clínica e entende que, ao dizer a verdade do paciente, esta tocava no que havia de ponto cego em cada um.⁹¹

Mannoni afirma que Dolto articulava suas hipóteses teóricas “à concepção da imagem do corpo, de uma imagem arcaica, em que a perda rouba do sujeito ‘a continuidade de seu ser’ a ponto de ele querer morrer”.⁹² Esta imagem inconsciente do corpo é uma noção central na obra de Dolto, que atendia à sua preocupação de apreender as primeiras representações psíquicas do *infans*⁹³, visto que, para ela, o *infans* desde o início seria dotado de uma atividade representativa. Em sua prática, não aplicava conceitos preestabelecidos e tratava a criança como pessoa responsável e autônoma. Isso lhe fazia atentar para as diferentes posições da criança nos momentos de tensão conflitual em que se encontrava. Diz ainda Mannoni que o que guiava Dolto era sua interrogação sobre o desejo, distinguindo-se, assim, de uma psicanálise centrada na adaptação e na manipulação dos valores de um sujeito. Tais aspectos exerceram influência na construção teórica de Maud Mannoni e de sua escuta clínica com crianças. Em sua autobiografia *O que falta a verdade para ser dita*, diz sobre Dolto:

⁸⁹ COSTA, Teresinha. *Psicanálise com crianças*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

⁹⁰ Idem.

⁹¹ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit.

⁹² Idem, p. 30-31.

⁹³ Aquele que ainda não fala.

Se, como educadora, eu a sinto, antes como perigosa, no nível dos efeitos de uma psicanálise “selvagem”, como analista, eu lhe devo o ter me introduzido na análise e transformado todas as minhas certezas quanto à debilidade mental e ao retardamento. É a ela que devo o ter começado mais tarde análises julgadas desesperadas⁹⁴.

A problematização de Maud Mannoni sobre as instituições hospitalares e educacionais, bem como a escuta da criança e da psicose, se faz, portanto, numa referência a Dolto e suas conceitualizações. Apesar de conduzir-se em sua trajetória mais efetivamente na direção de Lacan, as interrogações às que Dolto chama atenção são citadas e lembradas por Mannoni ao longo de sua obra, integrando-se, nesse sentido, às suas proposições.

Em seu livro *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, Maud Mannoni já no prefácio esclarece que a antipsiquiatria – movimento sobretudo de oposição ao monopólio do saber médico que se apresentava naquele momento – colocava em discussão o estatuto outorgado à loucura pela sociedade, posicionando-se contra a concepção conservadora que existia na base da criação das instituições “alienantes” e provocando os alicerces em que se fundamentavam a prática e o poder da classe médica⁹⁵. Em *Educação impossível*, afirma que:

O mérito da antipsiquiatria está em ter-se insurgido contra toda ideia de uma administração da “loucura”, deixando assim o campo livre à diversificação de experiências sem outro propósito que não seja escapar a toda planificação⁹⁶.

A partir das contribuições da psicanálise articulavam-se, diante das discussões antipsiquiátricas dessa época, algumas questões que envolviam um ponto de vista teórico e prático da psiquiatria. Por exemplo, sobre a atividade do psicanalista, apontava-se que esta prática não fazia do saber o monopólio do analista que deveria, ao contrário, estar atento à verdade que se depreende do discurso psicótico. Assim, sobre a intervenção e sua relação com a linguagem, escreve Mannoni:

A intervenção, em nome de um saber instituído, das medidas intempestivas de “cuidados” não pode senão esmagar aquilo que pede para falar na própria linguagem da loucura e coagular um delírio, alienando no mais alto grau o indivíduo⁹⁷.

Muitos antipsiquiatras foram influenciados pela psicanálise, apesar de não serem psicanalistas. Tinham como proposta modificar radicalmente a atitude do médico diante do doente mental. A ideia era proporcionar o surgimento de um discurso onde o saber pudesse ser interrogado em um novo contexto, separado dos preconceitos científicos. A loucura seria,

⁹⁴ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit., p. 26.

⁹⁵ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op.cit.

⁹⁶ MANNONI, Maud. *Educação impossível*. Op. cit., p. 15.

⁹⁷ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op.cit., p. 12.

através desse movimento, apreendida de maneira diferente, onde o psiquiatra reconduziria a relação do louco com o saber e a verdade. As experiências antipsiquiátricas, por exemplo, de Laing e Cooper na Inglaterra deviam muito à experiência analítica, de onde buscavam reproduzir uma escuta que sustentasse o discurso do paciente sem a tentação da intervenção, além do apoio que encontravam na teoria psicanalítica para a justificação teórica de sua prática. Assim, esclarece Mannoni, um acordo e cooperação eram possíveis entre as atitudes antipsiquiátricas e as pesquisas analíticas, o que seria, todavia, impossível entre os usos psiquiátricos tradicionais e o modo de proceder analítico⁹⁸.

Nesse sentido, a aposta antipsiquiátrica de Maud Mannoni se apoiava no que o saber psicanalítico poderia proporcionar ao campo médico, ao mesmo tempo em que fazia interrogar entre os psicanalistas uma conduta que, muitas vezes, se aproximava mais das práticas tradicionais da psiquiatria – somadas aos trabalhos institucionais onde não se previa uma escuta do sujeito – do que para um espaço em que se abrisse para a verdade sob a qual se desvela a loucura na palavra do sujeito e que estaria, portanto, na direção de uma escuta analítica.

Existia, naquele momento (e podemos dizer que ainda hoje), uma lógica de cuidados que mascaravam a experiência proporcionada pela loucura e que acabava por amarrar o sujeito numa condição de objeto. Mannoni procurava abordar em seus escritos não tanto a natureza ou as causas da loucura, mas a maneira pela qual esta era apreendida no contexto social. Sobre esta relação de cuidados apontava a autora:

O risco de objetivação (isto é, o risco para o paciente de ser tratado como um objeto) não está ligado à *condição* objetiva do “doente”; a objetivação pode ser considerada como um *processus* que se desenvolve no interior da relação entre o “doente” e a Sociedade que delega ao médico cura e tutela em referência ao “doente”⁹⁹.

A antipsiquiatria contestava a obrigação dos cuidados atrelados a uma norma de adaptação que pesava sobre os doentes mentais e que podia aprisioná-los numa outra forma de sistema repressivo. Mannoni chama atenção para o perigo de se dar às conclusões médicas o caráter de uma sentença a qual não se pode apelar e onde se prende o sujeito no pretexto dos cuidados, transformando-se a cobertura médica no papel policial pedido pela sociedade que busca, com isso, uma certa proteção frente à loucura. Assim, “a dimensão política do

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem, p. 237.

problema dos distúrbios mentais se encontra, muito frequentemente, obstruída ou negada pela intensificação desses programas de ‘cuidados’”¹⁰⁰.

Situando-se em um projeto político, a antipsiquiatria buscava justamente desmistificar o papel que a sociedade exigia que fosse desempenhado pelo psiquiatra, alcançando dessa forma o fundamento ideológico do saber psiquiátrico. Isso se referia ao “bom fundamento da vocação social” da psiquiatria da época, vocação esta a que os próprios psicanalistas nem sempre se recusavam. Sobre a antipsiquiatria desenvolve ainda:

A antipsiquiatria fez a escolha de defender o louco contra a sociedade. A antipsiquiatria procura criar os locais de acolhida para a loucura, locais concebidos a um só tempo, como refúgio contra uma sociedade opressiva e como um desafio em relação a estruturas médico-administrativas que desconhecem a verdade e o poder de contestação que se desprendem do discurso da loucura. Uma verdade alienada escapa ao psiquiatra, desde que tenha por única perspectiva a cura da loucura. A antipsiquiatria, se convida a uma contestação radical de todas as instituições psiquiátricas, pretende-se, antes de mais nada e primacialmente, apresentar como o lugar de onde a doença mental poderá ser interrogada, segundo critérios diferentes dos que se tomam de empréstimo a uma ideologia ou a concepções científicas¹⁰¹.

A autora entende que o problema apontado pela doença mental como provocação intolerável aos homens seria na antipsiquiatria a base em que se deveria fundamentar qualquer pesquisa relacionada à loucura. Ora, é justamente esse ponto que ganha importância ainda maior para nós, na medida em que situa mais aproximadamente a relação entre o que, da perspectiva do diálogo com a psiquiatria tão presente na obra de Mannoni (e que comparece sobretudo na proposta da antipsiquiatria), pode colaborar para a reflexão sobre o lugar do analista na clínica com crianças. A base apontada como necessária a qualquer pesquisa relacionada à loucura é essa mesma necessária ao analista, que precisa dar conta do que na ordem do intolerável da loucura e também da criança, atinge sua escuta.

No entanto, é preciso ainda relacionar o que na loucura, no sentido da posição em que o louco é colocado, se aproxima estruturalmente da criança, no seu processo constitutivo considerando também a posição em que inicialmente (ou continuamente) esta é colocada por seus pais, esteja ela no campo da neurose ou da psicose. O louco encontra-se preso numa condição pela qual a criança passou (no caso da neurose) e que esteve por um momento situada e investida. O que podemos ver é que, tanto o sintoma – na sua relação com o fantasma – como as manifestações psicóticas – em seu aprisionamento imaginário –,

¹⁰⁰ Idem, p. 179.

¹⁰¹ Idem, p. 180.

remontam a esse período inicial, de uma posição de objeto, de objeto do desejo do Outro. Assim, é necessário adentrar nestas questões e desenvolver os aspectos que envolvem as concepções de Maud Mannoni sobre a loucura e a criança.

2.2 A loucura e a criança

Maud Mannoni, em seu livro *A criança retardada e a mãe*, denuncia a amplitude de uma segregação que atingiu um grande número de crianças e interroga uma certa forma de saber objetivado que deixa na sombra tudo o que no psiquiatra (e no pedagogo) se subtrai aos efeitos produzidos nele pela presença da loucura.¹⁰² A relação fantasmática se faz, aqui, de maneira definidora na permanência de uma posição na qual a criança fica aprisionada, desde um lugar marcado a partir dos pais ao lugar instituído pelo psiquiatra (e também pelo pedagogo).

A criança “doente”, nos diz Mannoni, não se limita ao seu lugar no contexto do mito familiar; a criança “doente” entra também nas dimensões formais do mito social do seu tempo. No plano social é estabelecido um acordo com o adulto onde o rótulo de louco equivale a uma condenação da qual não se pode mais sair, sendo o confinamento e a segregação em que é mantido o “doente” perpetuador de um equívoco impeditivo de sua cura¹⁰³. As crianças nomeadas como loucas aprisionam-se então duplamente numa dimensão objetual que impede a emergência de um sujeito que possa dispor de sua palavra, de seu desejo. Esse aprisionamento parece uma marca comum nas posições da criança (mesmo no campo da neurose) e do louco, uma vez que ambos necessitam, de uma forma mais direta, dos cuidados e da tutela do Outro diante de suas ações e escolhas, permanecendo mais facilmente numa posição de objeto. Isso significa que as possibilidades em relação ao que é do campo do desejo ficam mais restritas por estarem atreladas ao imperativo do Outro, seja pela fragilidade maturacional na criança, seja pela fragilidade do eu em sua constituição no psicótico¹⁰⁴.

Para Lacan, diz Mannoni, o problema que a criança tem de enfrentar e o problema em que o psicótico se afundou se colocam de uma alguma maneira na relação da criança com a palavra dos pais. Resgatando o que está no cerne das interrogações de Lacan, ou seja, ao que se refere às relações do sujeito com a linguagem, Mannoni retoma a noção de que o simbólico

¹⁰² MANNONI, Maud. *A criança retardada e a mãe*. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

¹⁰³ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros*. Op.cit.

¹⁰⁴ É importante lembrar que partimos da referência psicanalítica, na qual se trabalha com categorias clínicas: neurose, psicose e perversão. A loucura é aqui denominada teoricamente como psicose, estando esses dois termos – loucura e psicose – em equivalência.

preexiste ao sujeito. Dessa forma, a criança tem seu lugar no discurso dos pais antes mesmo do seu nascimento, sendo falada e nomeada ao passo dos cuidados básicos nela empreendidos. Sobre os efeitos desses cuidados, compreende a autora:

Algo na posição dos pais em relação à “doença” de seus filhos deve poder ser tocada, antes que o sintoma da criança, cristalizando-se, venha obstruir definitivamente a questão aberta ao nível dos pais (e que remete a tudo que, na sua própria problemática edipiana, permaneceu dentro do não-simbolizável)¹⁰⁵.

Antes de avançarmos nesse ponto, que traz também uma interrogação sobre o lugar da loucura no discurso dos pais, é importante pensar sobre como se define a posição do sujeito em seu processo constitutivo. De onde partiria a semelhança da posição da criança com a posição do louco? Em que tal relação contribui para pensarmos o lugar do analista na clínica? Retomaremos estas questões. Porém, antes trataremos dos desenvolvimentos conceituais que envolvem o processo de constituição do sujeito. Se falamos de sujeito em psicanálise devemos então, inicialmente, esclarecer como se opera e sobre que lógica este processo constitutivo se ampara.

A criança é, sobretudo e primeiramente, um objeto falado, significado a partir de um Outro que deseja por ela. É, nesse sentido, um objeto do Outro, do seu desejo. Definir esse ponto de ultrapassagem nos interessa na medida em que possibilita balizar o que qualifica a condição da criança, uma vez que é a partir dessa condição que se conformam as questões relativas a uma psicanálise com crianças, já que a pergunta sobre a viabilidade de analisar uma criança não se faz mais necessária¹⁰⁶.

Freud, em seu *Projeto para uma psicologia científica*¹⁰⁷, apresenta a ideia da experiência de satisfação como sendo o que determina a primeira inscrição fundante do aparelho psíquico. O desamparo inicial, no qual se encontra o bebê, necessita de uma assistência para sua sobrevivência, onde se faz, através do grito, apelo ao Outro, amenizando a tensão presente no organismo. Nesse sentido, o que se configura é uma inscrição na linguagem, onde se converte o que é da ordem da necessidade em demandas. Por essa via o Outro introduz não apenas o alimento, mas também a palavra. A função do grito torna-se, assim, fundamental, pois não apenas solicita os cuidados necessários à sobrevivência, mas opera fazendo laço, enodamento com a linguagem. O grito vai, portanto, funcionar como a entrada do sujeito na linguagem, sendo a mãe aquela que sustentará o corpo do bebê ao

¹⁰⁵ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op.cit., p. 184.

¹⁰⁶ FERREIRA, Tânia. *A escrita da clínica: psicanálise com crianças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

¹⁰⁷ FREUD, Sigmund. *Projeto para uma psicologia científica* (1895). In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. I.

traduzir seu apelo em significantes. Dessa forma, a mãe, ocupando o lugar de Outro, entra com sua dimensão simbólica, dando sentido às demandas do bebê.

A criança possui, assim, primeiramente, uma posição particular junto à mãe, onde busca identificar-se com o que supõe ser o objeto do desejo materno. Esta identificação se realiza a partir da relação de imediação com a mãe, pelos primeiros cuidados e a satisfação das necessidades. Desse modo, as proximidades dessas trocas colocam a criança na situação de fazer-se objeto do que é suposto faltar à mãe. Este objeto que falta é o falo estando assim, a criança, diante da problemática fálica em sua relação com a mãe, ao querer constituir-se ela mesma como falo materno¹⁰⁸.

No entanto, a referência à lei simbólica do pai, quando não inscrita pela via de um significante que venha operar uma função de corte na relação fusional entre a mãe e o bebê, acaba por comprometer a relação do sujeito com o campo do simbólico, da cultura. Isso é o que caracteriza a condição do psicótico que permanece como objeto no desejo materno, como um falo suposto. Muitas crianças encontram-se fortemente convocadas a manterem essa posição objetal, assim como o “louco” que a ela “pertence”. Essa semelhança aproxima uma condição clínica que, como vimos, diz respeito a uma suposição de que neles, não há um saber sobre si mesmos. Essa desautorização suprime a escuta do analista e o acesso a verdade do inconsciente.

Ao pontuar que o psicótico, da mesma forma que a criança, é levado para o analista por seus familiares, Mannoni abre um campo para que se possa pensar, em consequência disso, que não se pode abstrair a história que se carrega junto de cada sujeito. “Quando a ‘doença’ irrompe, é de fato um drama que se desvela, um não-dito que se põe a falar na violência do sintoma”¹⁰⁹. Diante dos conflitos apresentados pelo sujeito, é preciso que este seja “autorizado a viver” por seus pais, o que implica, em casos graves, ajudá-los a ultrapassar sua angústia, para que se possa se expor ao “risco de viver”. A chegada ao tratamento pela via de um outro demarca uma particularidade no atendimento de crianças e psicóticos que vai tornar necessário, ao analista, um ressituar-se no trabalho transferencial diante da clínica clássica com o adulto neurótico. Existe, aqui, uma transferência a ser manejada também com os pais ou familiares daqueles que vem para uma análise, uma vez que é de tais parentes, em geral, de onde se parte a demanda para os atendimentos com crianças e psicóticos.

¹⁰⁸ DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

¹⁰⁹ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op.cit., p. 63.

Ao discutir alguns modelos de abordagem em terapias familiares, Mannoni critica a política de saúde mental na França que se relacionava com problemas éticos ligados a certos tipos de cuidados inspirados em métodos que levavam à domesticação. Nos anos 1960, havia uma onda de testes utilizados pelas escolas antes do pré-primário, onde se supunha poder avaliar desde o berçário o comportamento do bebê. Por essa via, aos analistas chegava “toda uma ‘patologia’ escolar para ser ‘tratada’, ‘reeducada’ ou ‘abandonada’ a si mesma, segundo os desafios econômicos e a ideologia do momento...” Com isso, os comportamentalistas anglo-saxões extraíam o material advindo dos discursos do paciente e dos pais (em se tratando de um psicótico ou de uma criança) para uma via adaptativa à norma. No entanto, existia uma outra utilização possível do discurso familiar apontada por Mannoni como aquela que visaria a um desvelamento catártico. Dessa forma, a autora esclarece que não situa sua posição como a de um terapeuta familiar, mas como de um analista a serviço do paciente trazido por sua família à consulta. Em suas palavras:

O que me interessa (a exemplo de Freud, quando do encontro com Katharina a 2 mil metros de altitude) é chegar a captar, por um atalho, o núcleo da questão através de um desvelamento cujo efeito, eu repito, revela-se catártico. Parece-me importante não esquecer a que ponto os primórdios da análise tinham um caráter pragmático. Foi num segundo tempo que as hipóteses teóricas surgiram, com efeitos que repercutiram na prática. Mas a intervenção analítica evidentemente não consiste na explicação de um complexo (Édipo ou de castração). É na resolução de um drama revivido na transferência que se encontra, em contrapartida, a chave de algumas “curas”¹¹⁰.

Na análise de crianças o analista é constantemente confrontado com uma situação transferencial que engloba os pais. Desse modo, ouvir suas angústias não seria, portanto, fazer um terapia familiar, mas atentar-se aos significantes que constituem o fantasma que atravessa a narrativa do sujeito, a história que o constituiu. Sobre um caso clínico de uma criança débil, em que a mãe fala: “Muito antes que os médicos me dissessem, eu já *sabia* que ele seria anormal”, Mannoni adverte que “esta mãe, é preciso fazê-la falar de si mesma e do seu sofrimento, suportar a sua angústia, para que o filho seja menos impregnado por ela”¹¹¹. Ainda nesse caminho, diante da pergunta “O psicanalista de crianças deve ou não ocupar-se dos pais?” com a qual inicia um tópico de um capítulo do seu livro *A criança retardada e a mãe*, a autora desenvolve:

Ao receber a mensagem dos pais, não se está fazendo a psicoterapia deles. É colocando-se ao nível do tratamento da criança que esta

¹¹⁰ Idem, p. 69.

¹¹¹ MANNONI, Maud. *A criança retardada e a mãe*. Op. cit., p. 34.

mensagem não deve escapar ao analista, especialmente nos casos em que filhos e pais formam um só corpo¹¹².

O que discutia a autora aqui era uma questão – essa de o psicanalista ocupar-se ou não de crianças – que dividia na época os meios psicanalíticos em que se tinha como proposta evitar “a irrupção ansiosa dos pais na análise”. Ora, colocado desta forma o que o problema fazia aparecer era a dificuldade do analista diante desses pais que operariam como “testemunhas de acusação”. No entanto, defende Mannoni, mandá-los para outro lugar acabaria o problema do analista, mas não do paciente. Dessa forma, entende que no diálogo analítico os pais estão sempre presentes se soubermos reconhecê-los através do discurso do sujeito. Acredita que a questão de saber se eles têm ou não de aparecer na cena analítica comparece como um falso problema, uma vez que eles sempre irromperão. O aparecimento real dos pais se aceita pelo psicanalista permite, no discurso do sujeito, o desaparecimento de uma palavra alienante, já que por vezes acaba por ser dos pais a palavra que intervém no lugar do sujeito. “Se negligenciamos a demanda dos pais, especialmente nos casos dos débeis e dos psicóticos, comprometemos, no plano técnico, a verdadeira marcha do tratamento, que ficará sempre a um nível superficial, artificial”¹¹³.

Em *A criança, sua “doença” e os outros*, a partir da discussão de alguns casos clínicos, Maud Mannoni aponta que existe em análise de crianças diferentes transferências desde a do analista, a dos pais e a da criança. Retoma que a criança doente pertence a um mal-estar coletivo, sendo sua doença suporte para a angústia dos pais, onde “tocando no sintoma da criança, arriscamo-nos a fazer emergir brutalmente o que nesse sintoma servia para alimentar ou, ao contrário, a diluir a ansiedade do adulto”¹¹⁴. Nesse mesmo sentido apresenta que a doença orgânica grave numa criança comparece como marca nos pais em função da própria história deles, sendo isso que aparece na relação transferencial. Ainda nesse caminho, sobre a relação com o inconsciente dos pais, descreve:

É no inconsciente dos pais que, muitas vezes, é preciso procurar o inconsciente da criança, para poder fazer com eles um trabalho determinado que torne possível o tratamento da criança. Isso equivale a criar uma situação em que finalmente seja concebível que a Verdade escondida por trás dos sintomas seja assumida pelo sujeito. Esta verdade tão difícil de se atingir nos pais, às vezes confirma “segredos” que o filho não quer trair, com medo de sentir-se em risco de perdição. (...) E é talvez diante dessa possibilidade de repercussões em cadeia que o analista se protege, declarando curada uma criança adaptada,

¹¹² Idem, p. 63.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros*. Op.cit., p. 73.

mas que não chegou, no seu discurso, ao domínio do *eu*, na medida em que sua verdade ainda permanece alienada na verdade dos pais¹¹⁵.

Mannoni, ao tratar da relação entre sintoma e palavra, desenvolve que a situação do indivíduo no sintoma pode ser compreendida como o “efeito de um desconhecimento num certo tipo de relação com o Outro”. Isso destaca a importância de o analista situar o que no discurso do seu paciente está direcionado ao outro (imaginário) ou ao Outro (lugar da palavra), pois “desconhecendo-o, expomo-nos a graves equívocos”. Assim, considera a autora:

Como analistas nós nos encontramos em face de uma história familiar. A evolução da cura é, em parte, função da maneira pela qual certa situação é apreendida por nós. A criança, que se nos traz, não está só, ocupa no fantasma de cada um dos pais um lugar determinado. (...) A criança não pode ser isolada artificialmente de um certo contexto familiar, é-nos preciso no começo contar com os pais, sua resistência e a nossa. É porque estamos implicados na situação, nós e a nossa história pessoal, que podemos encontrar um sentido para a mensagem da criança, mas que ao mesmo tempo somos levados a resistir a ela¹¹⁶.

Em sua obra *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, Mannoni esclarece que não se pode isolar o sintoma da criança enferma nem diante de seu próprio discurso, nem frente ao discurso que o constituiu, em essencial o discurso dos pais. O discurso da criança acaba por preencher no discurso familiar “o vácuo que aí cria uma verdade que não é dita”. Nesse sentido, o sintoma ganha a função de proteção contra o saber da verdade em questão. No desejo de tratar o sintoma, “é a criança que rejeitamos”. Essas constatações, chama atenção Mannoni, valem também para a análise de adultos e, em particular, para o enfoque das psicoses (onde são, no entanto, sistematicamente desconhecidas). Sobre a forma como se dá esse velamento na psicose, pontua:

Na relação ao psicótico, tem-se a tendência a esquecer um ponto essencial: é diante de um apelo ao qual o indivíduo não pode mais responder que ele faz aparecer uma abundância de modos de ser que suporta uma certa linguagem como tal¹¹⁷.

Mannoni adverte que uma criança psicótica (e ressalta que isso serve para qualquer criança) necessita em primeira instância e acima de tudo, viver onde seja possível o acesso à fantasia e à criação. Um lugar que nomeie o sentido do tempo, que abra espaço para a tradição oral, através das histórias, dos mitos, dos contos e que possibilite que a criança

¹¹⁵ MANNONI, Maud. *A criança retardada e a mãe*. Op. cit., p. 36.

¹¹⁶ MANNONI, Maud. *A criança, sua “doença” e os outros*. Op. cit., p. 64.

¹¹⁷ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 195.

descubra “o prazer de ter mãos que criam”, pela via de um corpo de ofícios artesanais, seja pela pintura, escultura etc.¹¹⁸ Nesse sentido, amparada em Lacan, assevera sobre a linguagem:

Lacan estuda (...) a linguagem na relação do indivíduo com o significante. Retira uma lógica do significante que se articula na teoria do desejo: ao estudar o discurso inconsciente que faz a duplicação do discurso consciente, dá ênfase ao papel que é levada a desempenhar a alternância da presença e da ausência, no mundo da criança. O objeto que a criança é levada a descobrir é um objeto que falta, um objeto ausente¹¹⁹.

A questão da falta comparece, pois, como ponto fundamental em relação à posição de objeto ocupado pelo louco e pela criança, de um preenchimento a que ambos são convocados a realizar. A criança, no entanto, tem como vimos a possibilidade, a princípio, de escapar dessa condição de ser devorada pela mãe e de não tornar-se, desse modo, refém do grande Outro gozador. Mas isso vai depender desse lugar em que a criança foi colocada e que também se deixou colocar. Esse lugar de gozo supostamente complementar encaminha o indivíduo para uma estruturação psicótica, traçada, assim, em seus desígnios particulares. Não nos cabe aqui o julgamento dessa saída, mas a necessária escuta, no lugar do analista, para os fantasmas que compõe o caminho pelo qual se dirigiu a criança ou o louco em face daqueles que, por eles, buscaram o tratamento psicanalítico. Nesse sentido, pontua sobre a diferença na posição do analista à do psiquiatra:

Ao contrário do psiquiatra, o analista não identifica um distúrbio para se desembaraçar do sujeito com uma classificação nosográfica. Serve-se da expressão de uma “dificuldade de viver” para incitar o sujeito a se situar em relação ao que ele quer, através de uma exigência de verdade¹²⁰.

2.3 As instituições e o lugar do analista

Maud Mannoni nos ajuda a pensar que, assim como a criança, os “loucos” também são apartados de uma fala própria e desenvolve importantes questionamentos diante dos processos de institucionalização e de exclusão dos “loucos” (psicóticos e débeis). Nesse sentido, afirma que:

Através das crianças excluídas e das Instituições que deveriam ter sido criadas para conter sua exclusão, recoloca-se o problema das

¹¹⁸ MANNONI, Maud. *Um saber que não se sabe*. Op. cit., p. 72-73.

¹¹⁹ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 191.

¹²⁰ MANNONI, Maud. *A teoria como ficção*: Freud, Groddeck, Winnicott, Lacan. Rio de Janeiro: Campus, 1982, p. 73.

estruturas que uma Sociedade cria com suas Instituições e também o problema de uma ética.¹²¹

Nesse sentido, diante dos questionamentos acerca das estruturas manicomiais parece se repetir na constituição dos centros de tratamento as mesmas opções conservadoras, onde o problema é que “o que está em jogo é a *mentalidade coletiva* em face da loucura”.¹²² Assim, sob o pretexto da assistência se recebem nas instituições indiscriminadamente todos os pretendidos incuráveis passando a instituição a ser um depósito onde a sociedade joga os deserdados.¹²³

Dessa forma, não basta contestar a atitude defensiva de uma sociedade que exclui demasiado facilmente a criança ou o adulto “anormal”. É preciso analisar a atitude inversa, nascida do desconhecimento dessa defesa¹²⁴. Nesse ponto o analista pode se ver preso na posição de reproduzir um discurso de normalização que corre o risco de comparecer na sua escuta, no seu lugar de analista, porque se trata de uma lógica instaurada a qual o analista pertence socialmente e que pode se estender, dessa forma, à sua posição na clínica. Isso tem a ver com uma ética – que não necessariamente vai corresponder à ética do desejo na psicanálise – que ultrapassa o fazer clínico propriamente. Relaciona-se com uma lógica social, a qual se pode ou não desejar responder. E o perigo está nessa resposta se querer fazer no espaço de escuta do analista que não está ali isento do que o compõe em sua posição ética e política diante das questões que envolvem a cultura e o seu tempo.

A obra de Mannoni é bastante marcada pelas discussões em relação aos problemas institucionais, sobretudo no que diz respeito ao imaginário perpetrado pelas instituições, o poder e o constrangimento do desejo (incluindo as instituições psicanalíticas), e ao tratamento que se dava às crianças com quadros de psicose, autismo e debilidade tanto nas escolas como nos hospitais psiquiátricos. Fendrik diz que, movida pelo desejo de romper com os modos “esclerosados” das instituições (incluindo as psicanalíticas) e com os estereótipos teóricos, Maud Mannoni almeja saber fazer da e com a psicanálise uma prática viva e transformadora, sem por isso perder as referências sem as quais se correria o risco de tornar-se uma psicoterapia humanitária.

¹²¹ MANNONI, Maud. *Um saber que não se sabe*. Op. cit., p. 77.

¹²² MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op.cit., p. 14.

¹²³ Idem. Da mesma forma, numa equivalência, podemos pensar a situação clínica com as crianças hoje, onde as demandas institucionais diversas – família, escola, hospitais – depositam e dirigem as crianças aos consultórios psicoterapêuticos em prol de uma regulação, de uma adaptação normativa da criança frente às necessidades que o capital engendra em nossa cultura.

¹²⁴ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit.

Difícilmente alguien menos apasionado, menos polémico, más condescendiente, hubiera podido sostener esta apuesta imposible. Apuesta de tratamiento y también de enseñanza y de transmisión que ha dejado marcas fundantes y fundamentales en el enfoque psicoanalítico de los niños “diferentes”¹²⁵.

Ao referir-se sobre o trabalho clínico do psicanalista, Mannoni questiona a possibilidade deste exercício poder inscrever-se em um sistema médico-administrativo que participa de uma alienação social e, ainda, em que se psicoterapiza crianças em cadeia, onde os pais estão em geral colocados à margem. Alerta-nos que:

O quadro em que a psicanálise é levada a desenvolver-se compromete, na maior parte do tempo, as condições necessárias à sua própria existência. Isso se mostra ainda mais sensível no domínio das psicoses da criança. Porquanto a criança é objeto de um monopólio de “cuidados” que, no plano dos fatos, exclui a psicanálise, uma vez que esta última não é tolerada senão como servidão a um sistema que aliena. Desde que uma sociedade sonha em ordenar uma organização de “cuidados”, fundamenta ela essa organização num sistema de proteção que é, antes de mais nada, uma rejeição da loucura. De uma maneira paradoxal, “a ordem que cuida” promove também a “violência” em nome da adaptação.¹²⁶

Desse modo, o psicanalista, ao atuar numa prática institucional, deve estar atento aos perigos de reproduzir essa violência promovida em nome de uma ordem adaptativa. Esta convocação social, que parte das demandas institucionais, distancia o analista de uma relação em que a verdade e o saber psicanalíticos possam atuar mesmo fora de um campo propriamente clínico. O que se buscaria assim, institucionalmente, seria a possibilidade de dialogar com a referência psicanalítica sem se perder nas exigências reprodutoras de um poder socialmente alienante e que se faz representar na lógica dos cuidados.

Essa mesma lógica dos cuidados, é interessante destacar, pode comparecer também no lugar do analista na clínica com crianças, na medida em que este é convocado institucionalmente, seja pela família, escola ou hospital, a responder socialmente a uma demanda adaptativa, o que levaria o analista a reproduzir essa violência em nome de uma ordem que o afasta da escuta do sujeito do inconsciente, portanto, da escuta do sujeito da psicanálise. Esse engodo institucional se daria tanto num campo de atuação como no outro, já que se trata de uma posição de escuta que está atrelada, de forma semelhante, às demandas institucionais. Neste ensejo, denuncia Mannoni:

¹²⁵ FENDRIK, Silvia. *Psicoanalistas de niños: la verdadera historia*. 4. Françoise Dolto y Maud Mannoni. Buenos Aires: Letra Viva, 2007, p. 84.

¹²⁶ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 244-245.

Os analistas em suas instituições foram muito frequentemente cúmplices de uma certa ordem estabelecida. Fascinados pelo domínio de um saber, eles se atiraram de corpo e alma na teoria pura, por vezes em detrimento do paciente, preocuparam-se muito com o prestígio e fecharam-se num papel. Não souberam reinventar-se e reinventar a análise no campo social¹²⁷.

Em sua autobiografia, Maud Mannoni relata uma experiência numa instituição educacional sobre a qual aponta “a inutilidade da existência na instituição de uma equipe de analistas ‘especialistas em psicose’ se esta permanece afastada da própria vida da instituição”. O que a autora levanta, nesse momento, é um problema que percorre as atividades institucionais que envolvem o trabalho do psicanalista, pois convoca uma posição que não deve estar simplesmente atrelada a uma especialidade – por exemplo, da psicose – ou distanciada dos encaixos que caracterizam a vida numa instituição. O que percebe Mannoni na experiência institucional citada é que a instalação de uma equipe, ao invés de ajudar, acaba por servir primeiramente para acentuar o sentimento de isolamento dos educadores, além de ocultar o mal-estar na instituição, onde “os educadores se sentem, com as crianças, prisioneiros das estruturas extremamente hierarquizadas implantadas”¹²⁸.

A autora introduz ao longo de seus trabalhos a noção de *instituição estourada*. O “estouro da instituição” consistiria na instauração de uma dialética que representaria uma abertura a partir de dentro da instituição a um mundo exterior, criando “brechas de todos os gêneros”, possibilitando que loucos (ou crianças) possam gozar de um lugar de recolhimento, um retiro, ao mesmo tempo em que preservar uma vida fora da instituição. Ou seja, Maud Mannoni pensa ao mesmo tempo numa crítica radical às instituições, mas se recusa a cair no engodo perverso de uma situação em que *tudo pode*, fechando os olhos para as demandas de tantos sujeitos excluídos em nossa sociedade por ter um lugar para viver. Conforma-se, nesse sentido, uma proposta em favor de um lugar que exista como uma instituição instrumentalizada, mas que, ao mesmo tempo, se preserve do perigo de se tornar totalitária em suas características. Mannoni parece, então, ter procurado englobar na noção que define como “instituição estourada” a crítica ao “peso da rotina administrativa (...) que tende a criar uma situação que torna impossível toda dialética”, como escreve Caciana Linhares Pereira:

A noção de “instituição estourada” formulada por Mannoni responde a uma tentativa de teorizar sobre as instituições de uma perspectiva crítica. A leitura geral é a de que toda estrutura institucional, por sua natureza e objetivos, se organiza sob uma contradição fundamental: tendo por função a *conservação* de um bem para fins de *reprodução*

¹²⁷ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op.cit., p. 105.

¹²⁸ Idem, p. 41.

de uma tradição, o peso da rotina administrativa tende a impossibilitar toda dialética. A instituição se defende, assim, “dos efeitos de toda palavra livre” (MANNONI, 1981, P. 75), que é lançada ao refugio e só pode retornar – emergir – como violência.¹²⁹

O “estouro da instituição” é entendido como o desvendamento da função que uma criança ocupa frente aos outros. Instaura-se aqui uma dialética a partir de um objeto de amor ausente, ou seja, a partir dos rompimentos realizados no discurso coletivo que, mantido na instituição, congela-se em um ritual adaptado à situação sintomática criada entre seus participantes. “A criança rotulada de ‘louca’ não está disposta a abandonar facilmente o *status* da loucura. Ela tem necessidade de ser ou ter um louco para sentir-se bem”¹³⁰. A noção de instituição estourada procura aproveitar-se de tudo o que de *insólito* possa surgir, portanto de tudo o que é da ordem do inesperado, do fantástico. Desse modo, no lugar de oferecer permanência, a estrutura da instituição vai ofertar, numa base de permanência, aberturas para o exterior. Constrói-se, assim, um lugar de recolhimento que, no entanto, dialoga com uma parte de fora, com um externo, através de um trabalho ou projeto para além da instituição. “Mediante essa oscilação de um lugar ao outro, poderá emergir um sujeito que se interroge sobre o que quer”¹³¹.

A noção de instituição estourada formulada por Maud Mannoni nos leva a um questionamento: como pensar numa instituição que, por definição, é um lugar de rotina administrativa, mas que seja ao mesmo tempo um espaço de abertura à palavra livre, “fora do peso das convenções e interdições sociais”¹³²? Esse questionamento parece-nos atrelado à questão de o que fazer com loucos e crianças excluídas que, para a sociedade, são vistos como um perigo a ser combatido, marginalizado, quando todo o trabalho da análise busca, pelo contrário, garantir-lhes a liberdade da palavra? Parece que Mannoni pensa na instituição estourada como esse espaço de refúgio de sujeitos sob a condição de tutela que, a despeito de sua “loucura” ou do perigo (real ou imaginário) que venham a representar para a sociedade, ainda assim devem, de um ponto de vista ético, ter preservados sua liberdade de dizer e agir.

O que mais parece ter se aproximado de uma experiência correspondente à noção de instituição estourada foi a Escola Experimental Bonneuil sur-Marne, onde Mannoni trabalhou por volta de trinta anos de sua vida. Em setembro de 1969, nos conta Mannoni em

¹²⁹ PEREIRA, Caciana Linhares. *Psicoses na infância e escolarização: uma pesquisa colaborativa na rede regular de ensino*. Tese de doutorado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012, p. 20.

¹³⁰ MANNONI, Maud. *Educação impossível*. Op. cit., p. 100.

¹³¹ Idem, p. 80.

¹³² Idem, p. 76.

O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise, seria fundado um Centro de Estudos e de Pesquisas Pedagógicas e Psicanalíticas com a missão de criar uma escola experimental direcionada a crianças em dificuldade numa perspectiva não-segregativa. Assim surgiu a Escola de Bonneuil. A equipe que ali trabalhava era composta de três pessoas em regime de tempo integral e de treze estagiários, na maioria psicólogos da Sorbonne. A proposta era que a instituição funcionasse como instrumento terapêutico.

A ideia de Bonneuil aventava para a existência de um lugar dito de anti-psiquiatria, onde as crianças reaprenderiam a viver “antes de serem esmagadas por uma exigência de adaptação”. Esclarece Mannoni a respeito da perspectiva norteadora do funcionamento da Escola de Bonneuil:

Se fazemos nossa uma atitude antipsiquiátrica, nem por isto fazemos nossa a teoria que a subentende. Nossas referências teóricas são referências estruturais. É em torno de certas *leis* (proibição de parasitagem e proibição do incesto) que a ordem humana, isto é, uma *ordem simbólica*, encontra razões para instaurar-se, e que a criança apanhada nesta máquina significante vem encontrar uma *palavra pessoal* e situar-se diferentemente em relação ao seu desejo e ao desejo do Outro¹³³.

Adolescentes e crianças sob o signo da loucura eram então acolhidos numa perspectiva em que a criação pudesse ser explorada a fim de possibilitar a emergência de um sujeito. Buscava-se um distanciamento das práticas institucionais segregativas e adaptativas da época, possuindo este lugar, características bem particulares em sua proposta de trabalho. Sobre o contexto de seu surgimento, pontua Pereira:

A experiência de Bonneuil acontece em um momento histórico em que crianças e adolescentes psicóticos não eram recebidos pelo sistema regular de ensino. Mannoni cria um lugar com a proposta de responder a uma lógica diferente das instituições psiquiátricas¹³⁴.

A instituição é significada por Mannoni e seu grupo como um trabalho que é instituído pelas próprias crianças que se tornariam, junto com os adultos, “os guardiões das regras” que elaborariam para que a vida em comum, naquele lugar, fosse possível. Existia, para isso, um Conselho de cooperativa eleito pelas crianças, que continha um programa do dia e a eleição de responsáveis pelas diversas atividades que aconteciam. Buscava-se, através das reuniões dos Conselhos, introduzir numa articulação simbólica tudo que se cristalizava como queixas e reivindicações próprias à ordem imaginária. Nesse movimento, esbarrava-se com o inconsciente do grupo, com o inconsciente individual e com tudo o que isso representa de

¹³³ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 250.

¹³⁴ Idem.

pressão por parte de um supereu ameaçador e devastador, onde “é essa lei inconsciente do grupo que estrutura o que nós instituímos”¹³⁵. Ainda em relação ao que surge da ordem imaginária, esclarece que assim como a criança reconhece na mãe a palavra do pai, o que deve ser mostrado publicamente numa instituição é tudo o que irrompe através das conversações de tipo dual. O que deve ser mostrado é o que se refere à lei de existência do grupo. Nesse sentido, as reuniões servem para colocar em cena aquilo que se desprende como exigências formuladas no interior do grupo.

Em seu livro *Educação impossível*, Mannoni mostra a utilização da alternância que faziam as crianças e adolescentes das estadas entre Bonneuil e a província para buscar uma possibilidade de fazer aparecer na ausência uma Outra cena. Apresenta, também, como a tolerância à separação variava, em sua duração, de uma criança para outra. Existe uma duração de ausência em que a criança pode se mostrar criativa. Esse tempo corresponde ao que ela guarda em si como imagem parental viva. Se essa duração é ultrapassada, a criança retoma seus estereótipos ou somatiza. Tem-se, então, na preocupação com o que acontece com o paciente, a presença da dimensão analítica¹³⁶.

Bonneuil foi concebida como uma proposta que tinha a preocupação de apresentar o funcionamento de uma instituição concebida com o fim de escapar a uma duplicação da alienação. Mannoni diz que o mito da norma, o peso dos preconceitos científicos, acabam por desempenhar o papel de uma forma de alienação social, não apenas em relação aos que são denominados “doentes”, mas também para os atendentes e para os pais. Desse modo, a autora enfatiza que devemos manifestar preocupação em analisar as razões pelas quais se permanece por vezes surdo à mensagem do outro, desvencilhando-se, assim, da verdade desta mensagem pela exclusão do sujeito. O problema da segregação, aponta ainda, não é um problema apenas político, uma vez que existe em cada um de nós um lugar para a rejeição da loucura, isto é, para a recusa de nossa própria repressão¹³⁷.

Amparada, então, na noção que constrói de instituição estourada, Mannoni tenta no espaço de Bonneuil, introduzir um lugar em que haja uma possibilidade dialética para aqueles que chegam marcados por uma condição de “louco” ou “doente”. A respeito deste efeito, argumenta:

La noción de institución destruida introducida en Bonneuil (los niños nos habían indicado el camino a seguir), definió un campo posible

¹³⁵ Idem, p. 251.

¹³⁶ MANNONI, Maud. *Educação impossível*. Op. cit.

¹³⁷ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 257.

para una intervención analítica. Esta noción apunta a proteger al paciente contra el peligro de la institucionalización de su “enfermedad”, peligro propio de nuestra época. Bonneuil puede compararse a un “escenario” abierto a otros lugares, en un contexto donde la institución acepta, en un momento dado, que el niño la vomite. Debido a que la institución acepta su propia muerte, se crea para el paciente una posibilidad de retomar en otra parte un deseo por su cuenta. Allí se le da al sujeto la oportunidad de comenzar otro discurso¹³⁸.

Enfim, ao que parece, a Escola de Bonneuil foi para Mannoni um espaço de experiência prática onde esta psicanalista pôde vivenciar situações reais em que sua noção de instituição estourada seria posta a prova. Para alcançar o desiderato de uma instituição que servisse, ao mesmo tempo, como lugar de refúgio e um espaço não-segregativo, os que participavam do cotidiano da Bonneuil deparavam-se com experiências que chegavam mesmo a desafiar o papel da própria escola como instituição. Nesse sentido, no intuito de preservar os sujeitos do “perigo da institucionalização de sua ‘enfermidade’”, a instituição estourada haveria de permitir sua própria negação como uma possibilidade, o que a diferenciava fundamentalmente das instituições totalitárias (hospícios, manicômios, prisões etc.) e a tornava aberta a funcionar segundo critérios sempre novos quando a institucionalização de uma rotina passava a ameaçar a liberdade de ser e viver.

Era, portanto, a Escola de Bonneuil mais um espaço de experiências que de aplicação de um plano de tratamento que tivesse por base alguma teoria ou ideologia. Nesse sentido, ao ser perguntada por um jornalista sobre “no que Bonneuil é um lugar de aplicação da teoria freudiana?”, Mannoni responderia:

A pergunta me chocou: um lugar institucional não deve servir à aplicação de uma teoria ou uma ideologia. Neste caso são sempre os pacientes que pagam o pato. Não se pode utilizar um paciente para demonstrar a certeza de uma doutrina.¹³⁹

O primado da clínica aparece, portanto, enquanto prioridade tanto na concepção de instituição estourada quanto na prática buscada por Maud Mannoni no cotidiano de trabalho da Escola de Bonneuil. Assim, no decorrer de sua trajetória, Mannoni concentra seus esforços na direção de uma busca da palavra perdida, da verdade e do estatuto de sujeito. Buscou em suas atividades instaurar o lugar da dúvida, lugar este que permitisse o questionamento sobre os modos de funcionamento das instituições que recebiam as crianças e os “loucos” de toda ordem. Estes – a criança e o louco –, retirados de sua possibilidade de dizer sobre si mesmos, acabam encurralados numa armadilha aprisionante da posição de

¹³⁸ MANNONI, Maud. *El síntoma y el saber*. Barcelona: Gedisa, 2001, p. 21.

¹³⁹ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit., p. 109.

objeto. Nesse sentido, Mannoni operou mais uma ruptura ao combater no, funcionamento institucional, práticas degradantes e redutoras do sujeito, desde a atuação médico-psiquiátrica à atividade do psicanalista – muitas vezes, como vimos, alienada à lógica institucional, portanto distanciada de uma ética da psicanálise.

3 A FORMAÇÃO DO ANALISTA E O SABER QUE NÃO SE SABE

Os aspectos que envolvem a formação do analista dão a direção de sua escuta. Sendo assim, se pergunta Maud Mannoni em *Da paixão do ser à “loucura” de saber*, “o que no curso do trajeto de um analisando faz dele um analista?”¹⁴⁰ Ou, como se questionaria em outra de suas obras, “como alguém se torna analista?”¹⁴¹. Ao abordar os aspectos que compõem a formação do analista, Mannoni adentra uma discussão com a Instituição – marca insistente em seus trabalhos. Repensar os modelos de formação e a relação com as Instituições psicanalíticas é, em vista disso, tomado por ela como um dever ético.

Mais uma vez, num caminho de ruptura, esta autora encontra uma forma de dizer sobre a importância da experiência na psicanálise em contraposição ao que seria uma *teoria por si mesma*, teoria esta que levaria a um vazio conceitual afastado dos propósitos propriamente psicanalíticos. Nas discussões sobre a Instituição, aponta para os rituais que são instalados no lugar da dúvida e para a instauração de uma concepção autoritária que se faz devido ao funcionamento hierarquizado presente nas instituições de formação. O que se destaca para nós são as críticas empreendidas por Mannoni às concepções de formação existentes em sua época – modelos que, em alguns casos, ainda se perpetuam nos dias de hoje. A ruptura com essas concepções comporta, desse modo, o questionamento sobre os formatos das Instituições de psicanálise que se propõem a formar analistas, bem como à transmissão e ao ensino da psicanálise.

As críticas de Mannoni, no conjunto de suas principais obras, dirigem-se principalmente a IPA (Associação Internacional de Psicanálise) com seu formalismo burocrático, a Psicologia do Ego com suas características pedagógicas e ao Lacanismo com sua ortodoxia intelectualista. Esses modelos de formação marcaram a trajetória desta psicanalista e a levou a tecer questionamentos de grande importância para o seu próprio fazer

¹⁴⁰ MANNONI, Maud. *Da paixão do ser a “loucura” de saber*: Freud, os anglo-saxões e Lacan. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989, p. 7.

¹⁴¹ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade a ser dita*. Campinas: Papirus, 1990, p. 9-23.

clínico, sendo por isso uma chave de leitura fundamental de seus trabalhos e ainda um importante aspecto para pensarmos o lugar do analista na clínica com crianças. Inclusive porque, para ela, não se separava a formação de um analista de crianças da formação de um analista de adultos. Mannoni não considerava a clínica de crianças como uma especialidade ou doutrina institucionalizada e, juntamente com o sentido dado por Lacan, não fazia diferenças entre crianças e adultos, considerando que, do ponto de vista psicanalítico, a escuta se promove em direção ao sujeito e não a um indivíduo em uma fase ou outra do desenvolvimento. Sobre isso, entendia que:

Em particular, a formação de “psicanalistas de crianças”, cada vez mais estranhos a qualquer prática de análise de adultos, não orienta senão raramente as curas em torno do sintoma “criança”, sem que se tenha esclarecido o lugar ocupado pela criança na problemática do casal parental. Psicanálise e reeducação vêm, assim, perpetuar uma aberração que se situa fora do nível da criança. *Ocupando-se unicamente da criança, a gente a rejeita como sujeito*¹⁴².

O perigo de separar clínica de crianças da clínica psicanalítica em geral comparece na questão da formação do analista se temos como lógica norteadora em uma Instituição de psicanálise, por exemplo, noções pedagógicas, um padrão hierarquizado ou a ortodoxia cega. Nesse sentido, tais modelos resultam, com efeito, na formação de analistas que descartam o inconsciente de seu campo de trabalho e, conseqüentemente, se afastam de uma clínica propriamente psicanalítica. Ora, a prática da análise com crianças tende a cair mais facilmente nessas armadilhas – incluindo a de obliterar o sujeito em prol de um indivíduo do desenvolvimento – pela peculiaridade de seu trabalho acontecer entre um adulto e uma criança. Essa relação apresenta, por si só, uma hierarquia e disposição de saber prévio de um sobre o outro, o que poderia gerar na falta de uma ética do desejo que norteie a escuta empreendida, uma posição, como vimos no primeiro capítulo, de mestria ou mesmo educativa por parte do analista.

Retomando uma premissa já presente em Freud, Maud Mannoni ressalta que a formação de um analista encontra-se em sua própria análise. É necessário pensar o quê, no percurso da análise de um analista, o atravessa enquanto ética de escuta e trabalho do inconsciente. É, pois, primeiramente pela via da própria experiência da análise, na posição de analisando, que se forma um analista. Mannoni ressalta a importância de um lugar onde o analista possa, da posição de analisando, produzir o “não-dominável” e onde o sintoma possa também ser questionado. É que o saber, diz ela, nasce de uma verdade desconcertante,

¹⁴² MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971, p.243.

verdade que surge onde não se espera, portanto, do próprio campo inconsciente¹⁴³. Considerando, pois, no âmbito da formação do analista as relações entre a análise, a prática do analista e a teoria, é interessante apontar que:

As questões que surgem para o analista, no curso de sua prática, não podem ser reduzidas a simples questões de habilidade técnica. A opção teórica tem sempre um efeito sobre a posição mesma do analista na cura assim como sobre suas relações com o paciente. São os obstáculos surgidos na cura que deveriam permitir ao analista o seu próprio requestionamento¹⁴⁴.

Ou seja, a prática do analista deve estar aberta ao que da ordem do imprevisível encontra-se presente na análise, viabilizando seu requestionamento, ao passo em que se arvora em sua análise pessoal, aos efeitos do que lhe escapa em sua prática. A teoria funciona aqui como um retorno dialético onde a construção se dá no movimento do que falta à teoria e à prática, e que irá contribuir para ambas.

Assim, ao nos depararmos com a obra de Maud Mannoni inferimos que da prática analítica com crianças somos conduzidos à discussão sobre a formação do analista, uma vez que suas questões incidem diretamente no “fazer” analítico e, portanto, no lugar do analista na clínica. Retomar esse trajeto de questionamentos ao longo de sua obra permite-nos definir por quais caminhos éticos esta autora pensa a formação e, nesse sentido, o lugar do analista na direção do tratamento. Desse modo abordaremos neste capítulo os principais questionamentos feitos por Mannoni a respeito da formação do analista, tomando como eixos de análise a questão do rompimento institucional da autora com os quadros da IPA (considerando o que ela objetava da concepção dessa instituição sobre a formação), a polêmica teórica que travou com a teoria da Psicologia do Ego (em seu incurso pelo problema da adequação do eu) e, por fim, o surgimento de uma nova ortodoxia (o lacanismo) no âmbito do próprio movimento lacaniano ao qual pertencia, da qual fez questão de se afastar sem, no entanto, desfazer suas concordâncias com Lacan.

3.1 IPA: rompimento institucional e a formação do analista

¹⁴³ MANNONI, Maud. *Paixão do ser à “loucura” de saber*. Op. cit.

¹⁴⁴ MANNONI, Maud. *A teoria como ficção: Freud, Groddeck, Winnicott, Lacan*. Rio de Janeiro: Campus, 1982, p. 38

Maud Mannoni por repetidas vezes aborda com críticas o modelo institucional que a IPA assumiria em sua época no que diz respeito à formação do analista. Sustentando que aquela instituição havia se distanciado dos propósitos fundamentais traçados por Freud na época de sua criação, rejeitava seu caráter de rigidez excessiva em ver a formação do analista como um ideal a ser alcançado, deixando em segundo plano os aspectos, segundo ela mais importantes, da escuta do analista. Do que disse em sua obra a respeito do transcurso de rompimento com a IPA, podemos depreender diversas facetas sobre a questão de *o que faz um analista*. É importante, nesse sentido, retomar brevemente o processo pelo qual a IPA se conformou na época de Mannoni como um modelo institucional rígido de formação de analistas para que, em seguida, passemos a discutir o conteúdo das críticas desta psicanalista.

Nas origens do movimento psicanalítico, a partir de 1907, a formação analítica consistia na leitura das obras freudianas e na troca de ideias com o próprio Freud (por correspondências ou conversas), sendo um analista reconhecido como tal tanto por sua prática da psicanálise como pelas contribuições teóricas oferecidas. Essa etapa da formação, esclarece Millot, foi apropriadamente denominada por Balint de “período de instrução”. Não havia, portanto, nesses primeiros anos, muita formalidade na formação dos novos analistas, sendo a autorização do próprio Freud (que se baseava no acompanhamento pessoal das trajetórias dos “candidatos”) o aspecto mais importante para se considerar um indivíduo como pertencente legítimo dos quadros da psicanálise. Naturalmente, sentiu-se logo a necessidade de se buscar meios mais formais a balizar a formação analítica. Os primeiros esforços que visaram uma regulamentação da formação seriam propostos no Congresso de Nuremberg (1910), por parte de Ferenczi, de Freud e de outros membros da então criada IPA. Anos depois, quando do Congresso de Budapeste, em 1918, seria aprovada a proposta de que todo analista deveria, para assim ser considerado, passar por

um processo próprio de análise, mas o surgimento de um Instituto de formação nos quadros da IPA só ocorreria de fato em 1920, em Berlim, por iniciativa de Karl Abraham e Max Eitingon. Tudo isso parece ser coerente com um momento inicial do movimento psicanalítico, quando havia poucos analistas além de Freud com percurso suficientemente consolidado nos meandros teóricos e práticos da psicanálise para formar um número crescente de interessados¹⁴⁵.

No ato de sua criação, em 1910, a IPA representava para Freud a tentativa de preservar o rigor da psicanálise e evitar possíveis desvios teóricos num contexto de expansão da psicanálise. Isso se daria através do ensino da prática da análise. O que acontecia é que a própria expansão do movimento psicanalítico – trazendo em si o perigo da vulgarização – tornava necessária a construção de uma forma de organização para a transmissão e o ensino da psicanálise. Com isso delimitou-se a separação entre análise terapêutica – correspondente ao processo terapêutico de um leigo – e análise didática – esta referente ao percurso de tratamento do candidato a analista¹⁴⁶.

A partir de 1930, o sistema de formação no Instituto de Berlim tornou-se mais rígido, constituindo-se condições explícitas para reger a admissão de candidatos, além da exigência de certas qualidades pessoais como maturidade da personalidade, firmeza de caráter e atributos psicológicos. Nessa direção, o Instituto de Berlim passou a servir como modelo para as normas institucionais, tendo como princípio que a formação psicanalítica não poderia ser deixada a cargo da iniciativa de indivíduos. As sociedades psicanalíticas se tornavam, por essa via, responsáveis pelo candidato em formação, o que gerava como consequência a

¹⁴⁵ FREUD, Sigmund. A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XIV. MILLOT, Catherine. Sobre a história da formação dos analistas. In. COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

¹⁴⁶ FREUD, Sigmund. A história do movimento psicanalítico, Artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Op. cit.

desautorização da prática da psicanálise de modo independente, sem que antes o candidato tivesse sido admitido como membro da IPA¹⁴⁷.

Esse processo de progressiva formalização da formação de psicanalistas no interior da IPA reforçou, com o passar do tempo, uma tendência a restringir certas condutas consideradas desviantes por parte das novas gerações de psicanalistas, na medida em que consolidava certos parâmetros (inclusive moralistas) de um ideal de analista a ser alcançado pela formação. O que, no início, seria visto por Freud como um papel positivo da IPA de regular um real perigo de vulgarização do saber psicanalítico acabou por se constituir em um processo de controle estreito a respeito da conduta pessoal dos novos candidatos a analistas. A formação analítica terminaria por se confundir com a noção de aquisição de saberes prévios, empreendida por indivíduos de conduta sisuda, para que o universo de associados não fosse invadido por elementos “perigosos” à condução da análise.

No entanto, Freud já considerava em *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912) que o analista, a despeito dos saberes acumulados em seu processo de formação, nunca deveria deixar de lado uma certa “escuta flutuante” no atendimento de analisandos, consistindo “em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma ‘atenção uniformemente suspensa’ (...) em face de tudo o que se escuta”¹⁴⁸. Isso significa que, contraditoriamente ao curso geral que a IPA tomava, a própria teoria psicanalítica impunha limites aos excessos de formalismos no ensino da psicanálise. É provável que muitos psicanalistas tenham oposto resistências a essa condução hegemônica da Associação, mas o prestígio assumido por determinadas figuras-chaves terminaria por fazer prevalecer um modelo institucional rígido de formação da IPA.

¹⁴⁷ MILLOT, Catherine. Sobre a história da formação dos analistas. In. COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Op. cit.

¹⁴⁸ FREUD, Sigmund. *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 2006, vol. XII, p. 125.

Elisabeth Roudinesco e Michel Plon, no verbete “International Psychoanalytical Association (IPA)” do *Dicionário de Psicanálise*, corroboram com a interpretação aqui apresentada ao periodizar a história da IPA numa primeira fase (de 1910 a 1925), quando “ela foi apenas um organismo de coordenação dos diferentes grupos locais que gozavam de grande autonomia no que concerne à formação dos psicanalistas”, ao que sucedeu uma segunda fase (de 1925 a 1933), quando “mudou radicalmente de feição”, criando a obrigatoriedade da análise didática e da supervisão.

A partir daí, transformou-se numa organização centralizada, dotada de regras de formação e admissão que visavam normatizar as análises e afastar da formação os analistas “selvagens” ou transgressores, considerados psicóticos demais, gurus demais ou feiticeiros demais para terem o direito de clinicar. Foram igualmente proibidas todas as práticas ditas “incestuosas”: proibição de o analista analisar os membros de sua família e os de uma mesma família, e proibição de manter relações sexuais com pacientes, qualquer que fosse sua forma. Note-se que, através de uma decisão tomada no seio do Comitê Secreto em dezembro de 1921, o acesso à profissão de psicanalista foi definitivamente recusado aos homossexuais. Essa regra nunca foi abolida¹⁴⁹.

É nesse contexto que Maud Mannoni inicia sua formação e prática clínica. Em 1948 ela é eleita oficialmente como membro titular da IPA pela Sociedade Belga de Psicanálise. Seu tempo de formação é, assim, aquele que Roudinesco e Plon chamariam de terceira fase da história da IPA, marcada por sucessivas cisões ocasionadas pela emergência de “grandes correntes de um freudismo que já não tinha nada a ver com o classicismo vienense”. 1953 seria outro ano marcante, pois ocorreria então a criação da Sociedade Francesa de Psicanálise, fundada por D. Lagache, J. Lacan, F. Dolto e J. Bouttonier, à qual Mannoni adere. No período entre 1933 e 1965, diriam ainda Roudinesco e Plon, a IPA perderia o status de “única potência institucional do freudismo no mundo”.¹⁵⁰

Bastante interessante sobre esse período de sua vida são as declarações de Mannoni em sua autobiografia *O que falta a verdade para ser dita*. Ali conta sobre sua

¹⁴⁹ Cf. verbete *International Psychoanalytical Association (IPA)* em ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 384-387.

¹⁵⁰ Idem.

escola de formação em Bruxelas como estando num contexto “fora da norma”, pois não fazia parte ainda dos quadros da IPA. Recordava com carinho e orgulho “a *desordem* e a humildade dos mestres que estão na origem de minha ‘formação’ original”. Sempre valorizando certa marginalidade como aspecto positivo da formação dos psicanalistas belgas dos “heróicos anos 40”, chegou a dizer que “a chancela de analista da Internacional me é indiferente”.¹⁵¹

Sobre o processo institucional da IPA sintetizou Maud Mannoni em *Da paixão do ser à “loucura” de saber*:

De início, a reunião das quartas-feiras fora pretendida por Freud como um recurso a um lugar terceiro, um lugar onde o analista elaborasse um pensamento através do erro, um espaço analítico onde aquele que falava na presença dos colegas o fazia desde o lugar do analisando. Mas esse campo de elaboração se tornaria, em seguida, um lugar de rivalidades onde o que se buscava era o discurso conforme, enquanto a invenção adormecia. Uma verdade que era buscada veio assim substituir-se, pouco a pouco, uma verdade revelada¹⁵².

Portanto, a rejeição desta psicanalista ao modelo institucional de formação de analistas sustentado pela IPA de seu tempo passava por uma contraposição que Mannoni fazia questão de frisar aos anos iniciais do movimento psicanalítico quando, durante as chamadas “reuniões das quartas-feiras”, na casa de Freud em Viena, os analistas cuidavam de sua formação de modo bastante experimental, trocando ideias, avaliando casos, numa relação sem hierarquias e em que os analistas acabavam ocupando certo “lugar do analisando”. Em outra passagem, falaria desse período como um tempo em que predominava um “certo amor pela verdade”, verdade essa definida através da discussão, num espaço que o “analista elaborasse um pensamento através do erro”. Para a autora, a instauração do Instituto de Berlin em 1920 substituiria essa prática de formação baseada no livre debate por um ensino eminentemente professoral, em que os novos analistas seriam

¹⁵¹ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade a ser dita*. Campinas, SP: Papirus, 1990, p. 21-23.

¹⁵² MANNONI, Maud. *Da paixão do ser à “loucura” de saber*. Op.cit., p. 119.

considerados principalmente como um “aluno”, receptor de saberes fechados, de “uma verdade revelada”. Portanto, Maud Mannoni via nisso tudo o perigo de a ortodoxia substituir a criatividade na formação do analista.

Com o analisando dando assim lugar ao professor, surgiu o desejo de ser “reconhecido” pelos pares, donde a demanda de uma “garantia” institucional quanto à qualidade do ensino dispensado: a preocupação com a ortodoxia, a partir daí, suplantaria imperceptivelmente o desejo de invenção. Esse selo solicitado à Instituição seria vulgarizado em 1920, quando da criação do Instituto de Berlim. A formação dos analistas, concebida como tripartida (análise didática, supervisão e ensino), recebeu, a partir dessa data, uma consagração oficial. De maneira um tanto paradoxal, essa regulamentação da formação e do ensino da psicanálise inauguraria – ou reforçaria – o que, nos dias atuais, chamaríamos de um “fechamento do inconsciente”. Às interrogações e à busca sucedeu-se uma era de militantismo pedagógico onde o que se transmitia era um saber constituído¹⁵³.

Tratava-se, dessa forma, de tentar resgatar no âmbito da formação analítica esta constante “busca” e essas “interrogações” que fazem do trabalho do analista uma escuta aberta à dimensão do equívoco, já que o inconsciente se apresenta exatamente na falha, nas hiências. Maud Mannoni parece a todo o momento preocupada em sustentar, também no que toca os aspectos institucionais da formação analítica, uma coerência com a lógica do inconsciente.

Mannoni dimensiona que a formação analítica encontrava-se centrada não tanto sobre a identificação do candidato ao “paciente”, mas preferencialmente sobre as tarefas a cumprir na perspectiva fantasiosa de tornar-se psicanalista, em que se esquece até onde é o analisando que faz a sua análise. O que se mostra, nesse sentido, é uma ênfase na única vertente do analista que se supõe “fazer” um analista, numa tradição completamente “clerical”. Nessa perspectiva, “o analista não é mais o ‘indivíduo que se supõe saber’, é o que sabe pelo ‘bem’ do seu paciente, de um paciente que tem o estatuto de aluno”, situado numa relação puramente imaginária¹⁵⁴.

Adverte ainda que na história do movimento analítico os analisandos, ao fim de uma análise, transformaram-se com demasiada frequência em discípulos mais do que em

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 211.

analistas. Isso implica pensar uma posição na escuta do analista que tem como direção uma formação sustentada na reprodução de um ideal e não propriamente nas aberturas que o trabalho com o inconsciente proporciona, já que esta abertura se dá por meio dos deslocamentos inconscientes e não de um modelo a seguir. É nesse sentido que nos parece relevante pensar o lugar do analista na clínica com crianças, considerando que sua formação deve estar atrelada ao que se produz na análise pessoal enquanto trabalho do inconsciente, e não na repetição de um modelo de analista que atende crianças.

Em relação ao processo institucional de sua época, Maud Mannoni dimensiona a existência de uma crise institucional que ela denominaria no nível das análises didáticas e das supervisões que haviam perdido, a seu ver, a atração subversiva que tinham no começo do século, período onde a análise tinha por efeito marginalizar aqueles que nela se engajavam. Alerta em *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise* que os analistas, na fascinação pelos trâmites institucionais, perderam de vista a origem da experiência freudiana, experiência na qual Freud ocupou primordialmente e antes, a posição de “doente”, estando, desse modo, num certo lugar de analisando¹⁵⁵. Essa posição de “doente” diz respeito ao encontro que Freud realizava com suas próprias questões, diante das produções e impasses que o seu inconsciente lhe revelava.

Ao se referir à relação transferencial – o que vale também para a Instituição –, Mannoni delimita que o sujeito está à procura de um mestre para iniciá-lo na sabedoria ou para viabilizá-lo o acesso à dimensão das relações humanas. Os conflitos transferenciais, descreve, podem acontecer na interação das defesas narcísicas que envolvem o analista e seu paciente. O analista pode sentir-se gratificado por um analisando que venha a satisfazer seu narcisismo de “prestador de cuidados”. No entanto, é apenas no só - depois que o analista pode situar-se no jogo de engodos instaurado e entender o que comparece como obstáculo na transferência. Este tipo de dificuldade, pontua, pode ser encontrado nas chamadas análises de

¹⁵⁵ Idem.

formação, onde as pretensões de carreira do candidato na Instituição acabam por interferir complicadamente no que deve ser vivido numa análise¹⁵⁶

Essa noção, podemos lembrar, se aproxima da lógica dos programas de cuidados à que os loucos, como dissemos no segundo capítulo, eram submetidos na proposta psiquiátrica contestada por Maud Mannoni. O que se buscava através da antipsiquiatria era contestar o fundamento ideológico do saber psiquiátrico, assim como se faz necessário, acreditamos, romper com o fundamento ideológico que rege a prática do analista ao amparar-se na noção de ideal que responde justamente à ideia de um saber pelo “bem” do outro, onde o analista conseguiria chegar a um ponto em que estaria supostamente “pronto”. Nas críticas que realizou intensamente ao modelo imposto pela IPA à formação do analista e ao que se construiu em relação às instituições didáticas que propunham um modelo de analista baseado num ideal de ser, Mannoni afirmou a necessidade de

Uma redefinição do que se entende por *formação* (*Ausbildungsanalyse*), que não deve ser confundida com a noção de modelo. Trata-se de, idealmente, desvincular o conceito de formação de qualquer identificação com o analista e de qualquer supereu institucional¹⁵⁷.

O que se deve privilegiar ao longo de toda uma vida analítica, ressalta a autora, é a noção de *formação*, a ser situada em contraste com qualquer conceito, como dito, de *modelo*. Isso implica, portanto, que a Instituição analítica deve evitar oferecer certezas em lugar das interrogações a serem colocadas pelos próprios membros analistas e analisandos. Destaca, ainda, que se Freud avaliava que a melhor preparação à profissão de analista consistia em que o interessado se submetesse, ele próprio, à análise, isso estaria longe de transformar esta verdade em dogma. Em *A teoria como ficção* Mannoni, referindo-se a relação entre a instituição e a análise, escreve:

¹⁵⁶ MANNONI, Maud. *Da paixão do ser à “loucura” de saber*. Op. cit.

¹⁵⁷ Idem, p. 34-35.

O perigo das instituições, em matéria de análise, é ter como efeito o enrijecimento da teoria que se transforma num corpo doutrinário imutável que só permite aos alunos uma pura reprodução. Se não há mais lugar para o imprevisto entre o analisando e o analista, não há mais possibilidade de análise, no sentido de que não há mais lugar para nada que seja da ordem do processo primário. Numa situação em que tudo está previsto antecipadamente, o analista não corre o risco de se encontrar ultrapassado nas referências teóricas que são suas. A teoria, nesse momento, serve-lhe de defesa ou de abrigo: ele espera dela a aplicação prática, exatamente como na medicina¹⁵⁸.

3.2 Sobre a Psicologia do Ego: uma “maquinaria” teórica

Após percorrer as críticas e ruptura empreendidas por Maud Mannoni em relação a IPA e a rigidez de seu modelo institucional temos nas discussões que ela realiza sobre a Psicologia do Ego¹⁵⁹ mais uma forma de entendimento sobre suas concepções acerca da formação do analista, onde iremos considerar os graves desvios teóricos dessa corrente da psicologia americana e suas consequências para a escuta do analista.

Maud Mannoni, em seu livro *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*, destaca que em 1937 o princípio de realidade foi descrito por Freud em termos de *processus* secundário e que foi transformado pelos analistas americanos em conceito de adaptação, sendo por eles elaborado uma teoria relativa ao eu autônomo. Desse modo, os partidários da Psicologia do Ego reduziram o princípio do prazer, ou seja, o processo primário, em um conjunto de forças instintivas, quase biológicas e ainda fizeram do princípio de realidade, um princípio de adaptação à realidade. Assim, os analistas americanos substituíram a adaptação como fim ao princípio de realidade freudiano e introduziram como agente desta adaptação um eu autônomo, noção inclusive encontrada em Freud, mas onde esqueceram

¹⁵⁸ MANNONI, Maud. *A teoria como ficção*. Op. cit., p.24.

¹⁵⁹ Escolhemos para *Ego Psychology*, no âmbito desse trabalho, a tradução Psicologia do Ego. Devido às diversas divergências de tradução utilizaremos como correspondentes os termos “psicologia do ego” e “psicologia do eu” preservando nas citações as expressões tais como aparecem nas fontes.

de considerar que, para este, o eu figura também na ordem imaginária, por exemplo, como objeto do narcisismo. Sobre essa dimensão imaginária da Psicologia do Ego, observa

Mannoni:

O campo da *ego psychology* é o da realidade, de uma realidade ingênua (a “boa” realidade é a exterior). Essa psicanálise, longe de delimitar o indivíduo onde não está, e de onde pode justamente sair uma palavra verdadeira, encurrala-o aí onde se apresenta, isto é, ao nível único do registro imaginário. O indivíduo, ao abrigo por trás das defesas de seu *eu forte*, aprende a se desconhecer mais um pouco. O conforto adquirido no seu ser é pago com o preço de uma duplicação de desconhecimento.¹⁶⁰

Como vimos no primeiro capítulo, os psicanalistas que fugiram do nazismo e refugiaram-se nos Estados Unidos reformularam a teoria freudiana e deram centralidade a noção de ego, situando-o como “âmago da subjetividade”. Deturparam, desse modo, o conceito freudiano de ego, em relação a uma versão também chamada de *self*, que consistia no lugar da síntese ou no verdadeiro centro da personalidade. A primeira tópica (Inconsciente, Pré-consciente e Consciente) foi substituída pela segunda (Isso, Eu e Supereu), onde o ego passou a ser utilizado como o material psíquico de trabalho do psicanalista. A prática clínica, então, sofre uma modificação e a análise passa a funcionar em relação à contenção dos conflitos através da adaptação ao meio e não mais diante da confrontação do sujeito com seu desejo. A Psicologia do Ego é assim definida como uma aliança entre o ego do analista e a parte saudável ou sem conflitos do ego do analisando, cujo objetivo está na integração e no equilíbrio psíquico e social do indivíduo¹⁶¹.

A corrente da Psicologia do Ego surgiu a partir de 1939 no interior da IPA, sendo todavia fortemente criticada pelos renovadores do freudismo. Em relação à teoria de Freud, é relevante destacar algumas distorções promovidas pela Psicologia do Ego. Freud afirmou a primazia do inconsciente sobre o consciente e causou uma mudança no campo de estudo das pulsões com a introdução do conceito de pulsão de morte. Diante disso, os adeptos da psicologia do ego, na contramão do que Freud havia realizado, autonomizaram o eu que controlaria suas pulsões primitivas, adquirindo sua independência diante da realidade externa. O que acontece é que esta autonomia mantém-se relativa, onde do lado das pulsões o eu vai buscar uma garantia contra a prisão do meio ambiente e pelo lado do ambiente, conclama tais garantias contra as exigências do mesmo. A adaptação do eu, então, diante da pressão do mesmo e

¹⁶⁰ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 221.

¹⁶¹ CESAROTTO, Oscar e LEITE, Marcio P. S. *Jacques Lacan: uma biografia intelectual*. São Paulo, SP: Editora Iluminuras, 1993.

da realidade, chega a um meio termo para assegurar o equilíbrio necessário à expansão da vida humana. Nesse sentido, a identificação deixa de ser um processo inconsciente tornando-se uma imitação de comportamento, uma vez que o eu funciona ajustando-se para conquistar sua autonomia.

Ainda em relação às distorções na teoria freudiana, a teoria da sexualidade também é prejudicada, onde a libido colocada na sublimação define uma dessexualização das pulsões agressivas. Com isso, quanto mais o eu é forte, mais reforça seu *quantum* de energia neutralizada e, em contra partida, quanto mais o eu é fraco, menos funciona a neutralização. Desse modo, a Psicologia do Ego contorna a pulsão de morte e centra o inconsciente no pré-consciente. O conceito de transferência é outro que também passa por alterações, pois aqui o analista ocupa o lugar do eu forte a quem o analisando almejará parecer de forma a alcançar a autonomia do eu. E, ainda, no que diz respeito à técnica, privilegia-se a análise das resistências ao invés da interpretação dos conteúdos inconscientes tendo a Psicologia do Ego, por essa razão, como referido no primeiro capítulo, ligação com o anafreudismo¹⁶².

Lembra-nos, Maud Mannoni, que Freud não se satisfaz em fazer do ego uma função de adaptação, mostrando num outro movimento um ego dado como miragem, como imagem de identificações passadas, que não iria coincidir em absoluto com o ego controlador das pulsões. O estudo *Sobre o narcisismo* (1914) operou como um golpe na teoria dos instintos, obrigando os analistas a uma grande revisão teórica. Até esse momento, o ego era utilizado como substituto da razão. A possibilidade então de que o ego fosse também miragem e agente de loucura acabou por gerar entre os analistas da época grandes resistências¹⁶³. *O ego e o id* (1923), texto posterior ao estudo do narcisismo, acabou por encaixar-se melhor à análise dos candidatos a analista da segunda geração, considerados pessoas “normais” e que surgiram no caminho da oficialização do ensino da psicanálise. Mannoni afirma que tal proposição teve consequências. Referindo-se a um tratado de psiquiatria norte-americano para uso de psiquiatras, analistas e estudantes de medicina, retira de lá que não apenas os desenvolvimentos realizados por Freud após 1920 estariam relacionados aos trabalhos feitos pela escola americana sobre o ego, mas também que a modificação efetuada por Freud nesse período atuou como precursora do movimento culturalista. Assim, a “perturbadora” realização freudiana de 1914 teria sido anulada dez anos depois e substituída por uma suposta segunda revolução freudiana. Diante disso, a autora

¹⁶² Cf. verbete *Ego Psychology (psicologia do eu)* em ROUDINESCO, Elisabeth e PLON, Michel. *Dicionário de psicanálise*. Op. cit., p. 169-171.

¹⁶³ MANNONI, Maud. *A teoria como ficção*. Op. cit.

indaga se a teoria analítica, como revista por Freud na segunda tópica, não corria o risco de ter como consequência um deslize que colocaria o analista na ilusão de obter soluções “geniais” diante dos problemas apresentados por seus pacientes e complementa a respeito da dimensão teórica que:

A teoria, reduzida a uma “maquinaria”, funciona então de maneira louca. Ao fascinar com o objeto científico (a teoria como totalidade) o analista perde de vista o efeito de ruptura introduzido por Freud, de início, na teoria (em sua “nova maneira de postular os problemas”). Ora, a análise nasceu das incidências, para a prática, de uma ruptura na teoria (isto é, em relação à ciência da época): é um ponto histórico que não se deve esquecer¹⁶⁴.

Maud Mannoni então, em contrapartida aos destinos atribuídos à psicanálise a partir dos desenvolvimentos da Psicologia do Ego, situa a direção de uma cura não em torno do eixo do eu autônomo, ou seja numa dimensão de engodo imaginário, mas em torno do estatuto de um indivíduo dividido como apontado por Freud e depois por Lacan. Para o analisando o acesso à verdade está vinculado ao desejo do analista que, por sua vez, é preso a uma história coletiva inseparável do campo do inconsciente.

A partir do retorno empreendido por Lacan à obra de Freud, foi possível delimitar, mais claramente, a experiência da análise como uma “travessia interminável”, como um “atravessamento de fronteiras tópicas” com o intuito de levar o eu a experimentar a sobredeterminação das forças pulsionais, de forma a promover uma experiência dialética da vida psíquica, diferentemente das então vertentes pós-freudianas que visavam controlar as forças pulsionais¹⁶⁵.

No seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan alerta para a condição de que o inconsciente é um conceito esquecido pelos pós-freudianos, por estes acharem que a primeira tópica fora substituída pela segunda tópica. O que Lacan identifica na verdade é que, ao escrever em 1920 *Mais além do princípio do prazer*, Freud queria justamente chamar atenção dos analistas para o afastamento que, nesse momento, se dava em relação ao inconsciente¹⁶⁶. Ao destacar uma recusa que se fazia do conceito, Lacan apresenta quatro conceitos como fundamentais da psicanálise: inconsciente, repetição, transferência e pulsão, que estavam, a seu ver, relegados pelos pós-freudianos. Sobre o conceito de pulsão, houve um apagamento diante da noção antipsicanalítica de instinto, palavra que tinha sido

¹⁶⁴ Idem, p.35-36.

¹⁶⁵ AZEVEDO, Ana Vicentini. Análise leiga: mais, ainda. In. COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Op. cit., p. 72.

¹⁶⁶ COUTINHO JORGE, Marco Antônio e FERREIRA, Nadiá. *Lacan, o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

traduzida pelos teóricos da língua inglesa, no lugar do *Trieb* de Freud. Diante disso, demarca Marco Antônio Coutinho Jorge:

Lacan foi o primeiro psicanalista a chamar atenção para esse desvio grave, através do qual a concepção freudiana da sexualidade e do aparelho psíquico (construídos em torno da falta de objeto) perde sua legitimidade¹⁶⁷.

Mannoni em sua obra *A teoria como ficção*, retoma a experiência da psicanálise norte-americana (que tem como principal representante a Psicologia do Ego) e esclarece que a psicanálise foi neste país reconhecida pela psiquiatria em um movimento contrário à análise leiga (confiada a não médicos). O que aconteceu aqui foi que a psiquiatria passou a controlar a análise no campo teórico e clínico, devido à formação analítica estar sob a tutela dos psiquiatras. A psicanálise, então, passa a prioritariamente formar “superpsiquiatras” que atuam mais precisamente nas tarefas administrativas. A autora, diante dos diversos fatores comprometedores das diretrizes da psicologia americana, sintetiza:

A psicanálise, longe de ter levado a peste para os Estados Unidos, encontrou ali seu lugar, de início, entre seitas religiosas ou educativas e foi, depois, apesar da oposição de Freud, fagocitada pelas estruturas médico universitárias. Isso influiu na maneira pela qual foram solucionados o problema do recrutamento dos analistas, o da formação e também o da pesquisa. A prática, por sua vez, foi pervertida e abastardada pelas próprias condições do sistema hospitalar, transformando os pacientes em “casos” da medicina. A invenção, na acolhida dos psicóticos, dos autistas, e também dos drogados, fez-se fora dos círculos oficiais. E não será ocioso constatar que a substituição de Bettelheim em seu hospital por um médico-diretor representou o fim dos autistas: já não se espera mais nada; eles são psiquiatrizados¹⁶⁸.

A pergunta feita pelos didatas da IPA “será possível defender ao mesmo tempo a doutrina analítica e a estabilidade da instituição analítica?” demonstra, segundo Mannoni, a tentativa de unir dois momentos do movimento psicanalítico: um início quando os analistas giravam em torno de questões teóricas, ao que se sucedeu outro momento – de maior institucionalização – quando as posições tomadas e as cisões voltam-se para uma maior preocupação com o ensino. A isso corresponderia a substituição da pergunta, comum entre os primeiros analistas, “o que é a psicanálise?” pela questão, feita principalmente pelos membros da IPA em sua segunda fase, “o que deve ser ensinado?” Dessa forma, “a preocupação passou a ser a da uniformidade de programas entre as diferentes sociedades, pelo menos nos Estados

¹⁶⁷ Idem, p.28.

¹⁶⁸ MANNONI, Maud. *A teoria como ficção*. Op. cit., p. 52.

Unidos”¹⁶⁹. Ela defende, assim, que é a serviço de uma adaptação “à realidade nacional” e de um “ideal não-freudiano” que a Psicologia do Ego se coloca.

Em *Da paixão do ser à “loucura” de saber*, Maud Mannoni defende que só será possível manter no analista uma abertura para o inconsciente se ao longo do tempo este souber conservar o acesso à criança e à loucura que existem nele. Portanto, no modelo médico-psiquiátrico presente na psicanálise americana se descarta a dimensão do que ultrapassa o analista no domínio da razão, ou seja, do próprio alcance do inconsciente, uma vez que há na lógica médica uma rotulação e aprisionamento do sujeito no sintoma, o que limita, assim, o olhar e a escuta do analista. Amparada, pois, em Lacan, acrescenta:

Em toda compreensão do outro, de fato, é também um vestígio de nós mesmos que encontramos. Foi justamente essa a razão por que pareceu necessário a Lacan providenciar, nas estruturas institucionais que recebem analistas, um lugar onde se desse a estes a possibilidade de falar entre si sobre a análise, a saber, sobre a parcela de impossível (e de insustentável) presente em toda análise, um lugar onde se pudesse também interrogar os riscos da formação (supervisão, etc.)¹⁷⁰.

Sobre o modelo de formação presente no Instituto Psicanalítico de Nova York, Maud Mannoni adverte que o objetivo desta formação não continha mais “a pesquisa de uma relação para com o verdadeiro, através de um discurso sintomático mantido com o analista”. O que havia era um investimento onde a perspectiva principal do candidato a analista era sua entrada no “seio da comunidade dos analistas”. Dessa forma “na didática é o lugar do *aluno* que importa (de fato) ocupar; de um aluno já freqüentemente fascinado pela imagem do *patrão* analista, o que um dia será chamado, à sua vez, a desempenhar”¹⁷¹.

É necessário, portanto, diante dos modelos de formação, repensar as formas de se conceber o percurso que faz um analista. Se a interrogação pragmatista sobre o ensino se sobrepõe ao questionamento do que constitui e forma um analista, a psicanálise se distancia de sua proposta essencial de escuta do inconsciente, este fadado ao imprevisto, ao erro e ao imprevisível. É, nesse sentido, como disse Freud, no só depois que é possível acessar o inconsciente e não através de um saber prévio e domesticado. Neste ensejo, considera ainda Mannoni:

Foi por ter sabido dar destaque à impotência do médico e ao valor de seus próprios pacientes (aos quais cabia o papel principal na análise) é que Freud pode arrancar a análise ao olhar médico e às práticas

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰ MANNONI, Maud. *Da paixão do ser à “loucura” de saber*. Op. cit., p. 8.

¹⁷¹ MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Op. cit., p. 215-216.

psiquiátricas. Rompeu com o modo de pensar científico de sua época ao construir um instrumento de análise e não um instrumento de conhecimento do objeto. A partir daí, a ênfase recaiu não sobre o saber, mas sobre a veracidade do dizer¹⁷².

Assim, os parâmetros médico-psiquiátricos na formação dos analistas conduzem a uma concepção de formação biologizante e limitada. As críticas de Maud Mannoni no âmbito de seu trabalho mais uma vez se dirigem aos efeitos de fechamento do inconsciente e, portanto, corroboram com sua convocação para a escuta do sujeito e para a atenção a experiência da análise, em detrimento de uma teorização que corra o risco de se perder na burocratização de sua forma.

3.3 Lacanismo: uma nova ortodoxia

Solitária e voluntariamente marginal no domínio da psicanálise, permaneci ligada ao que Lacan produziu de melhor.

Maud Mannoni

A aproximação entre Maud Mannoni e Jacques Lacan parece com a resultante de uma afinidade eletiva. Por mais que Mannoni tenha sempre considerado Lacan como uma grande referência para si, nunca se pensou como sua discípula. As aproximações entre ambos parecem falar antes de uma concordância a respeito da psicanálise do que de uma adesão. Isso significa que Mannoni, se concorda com os aspectos gerais da teoria de Lacan, não se comporta como sua discípula.

Maud Mannoni, cuja produção escrita concentra-se num período tardio de seu percurso, comenta em sua autobiografia *O que falta a verdade para ser dita* sobre os seminários dos anos 50 de Lacan: diz que ali encontrou “apoio teórico a partir do qual dar

¹⁷² MANNONI, Maud. *A teoria como ficção*. Op. cit., p. 19.

conta de uma longa experiência clínica”¹⁷³. Nesse sentido, indica que mais uma vez em sua trajetória a prática precede a teoria. Nesse momento, em que “a elaboração teórica se exerce então através da escrita”, esta psicanalista se interessará pelas questões de formação analítica, participando mais ativamente das análises ditas didáticas e suas supervisões.

Mas seu encontro com Lacan não se daria apenas por uma via teórica. Ocorreria também uma espécie de identificação a determinadas posturas de questionamento e enfrentamento dos padrões enrijecidos no qual a psicanálise se encontrava nesse momento. Lacan exercerá um papel importante na vida pessoal e profissional de Mannoni, em que “uma relação passional se estabelece entre nós”. Além de ter sido seu analista, Lacan foi para ela um importante apoiador intelectual, e ainda incentivador. Sobre isso, chegou a dizer: “se Lacan me permite ser um nome e escrever, é bem porque ele recusa que eu me dissolva no anonimato de um grupo (sabendo, ademais que a ‘frataria’ não me aceita)”. Aqueles primeiros anos de contato são para a autora os mais produtivos na escrita e levam, como ela mesma diz, a marca de um pedido de Lacan¹⁷⁴. Uma amizade fiel não impede Mannoni de demarcar sua disposição de independência, onde afirma que, “de certa maneira, oponho-me a ele”. Relata em seguida que:

Não chego a “descolar” de um pedido de “reconhecimento” no plano de uma participação da realidade institucional onde desejo, entre outras coisas, que um lugar seja dado à psicanálise de crianças. Lacan tem comigo uma paciência infinita e dá provas de uma generosidade total. Entretanto, nossas relações seguem fundadas sobre um mal-entendido, ignorante que sou dos “trunfos”. O percurso analítico tem de fato como suporte uma transferência de amor passional. Eu devo a ele o ter sido ajudada a defender idéias e críticas, na solidão, sob meu único nome. Em relação à Escola Freudiana,

¹⁷³ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op.cit., p. 111.

¹⁷⁴ No ano de 1963 Mannoni faz uma intervenção em uma assembléia em que se tratava da exclusão de Lacan. Após isso, Lacan a telefona às três horas da manhã para agradecê-la, tendo sido por um amigo em comum que ele soubera do acontecido. Emocionado, promete-lhe todos os seus seminários “por toda a vida”... Lacan pede que Mannoni faça análise com ele. É então à marca desse pedido que ela faz referência. Ver MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op.cit., p. 113-114.

tenho acesso aos “títulos”, mas sou afastada de toda responsabilidade administrativa, por temer que faça tudo explodir¹⁷⁵.

Entre 1950 a 1964, Mannoni escreve artigos e faz conferências, participando também das discussões e cisões relativas às instituições de psicanálise. Quando da cisão de 1953 que teve como consequência a criação da Sociedade Francesa de Psicanálise por J. Lacan, F. Dolto e D. Lagache, esclarece que “é de uma forma de ‘dogmatismo religioso’” que Lacan, numa primeira fase, arranca a psicanálise, através de um trabalho que procurava retirar a psicanálise de uma “medicalização empobrecedora”. Dez anos depois mais uma cisão se daria, resultando na Escola Freudiana de Paris (1963) que “se funda com os que estão de acordo em continuar, à margem, um trabalho de desmistificação das ideologias existentes”. Lacan (que nesse momento, juntamente com Dolto, é excluído da IPA) vai discutir a questão da formação do analista de uma maneira original, onde desfaz qualquer tipo de hierarquia e realiza grupos de trabalho (cartéis) que possam propor uma “interrogação analítica”. “Espera, com isso, manter vivo, fora de competição, o desejo de pesquisa, um desejo que possa transcender a pura necessidade de curar”¹⁷⁶. Sobre isso esclarece Marco Antônio Coutinho Jorge:

Lacan de modo algum rompeu com a tradição clássica no que diz respeito à formação do psicanalista – o que se poderia concluir em uma abordagem superficial –, mas antes introduziu em cada um de seus aspectos elementos de questionamento radical dessa mesma tradição¹⁷⁷.

Lacan, ao fundar a Escola Freudiana de Paris propõe então um outro tipo de formação de analista e de transmissão da psicanálise diferentemente do modelo vigente dentro da IPA nessa época. Ressalta, em sua Escola, a necessidade de o analista transitar por outras áreas do saber, porém, não faz disso condição necessária para entrada na instituição. A pauta na EFP era contrária a da IPA no que se refere à relevância dada aos fundamentos da

¹⁷⁵ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit., p. 114.

¹⁷⁶ MANNONI, Maud. *A teoria como ficção*. Op. cit., p. 56-57.

¹⁷⁷ COUTINHO JORGE, Marco Antônio. Lacan e a estrutura da formação psicanalítica. In. COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Op. cit., p. 85-86.

psicanálise na formação e na transmissão. Além disso, a distinção feita pela IPA entre análise terapêutica e análise didática deixa de existir, assim como a sua formação hierárquica. No lugar da hierarquia, se constitui o *gradus*, “a gradação dos tempos no percurso de cada analista no que concerne ao saber e de sua posição *vis-à-vis* a transmissão”¹⁷⁸. Seu ensino visava precisamente produzir *efeitos de formação*, onde depois das contribuições de Lacan preponderou entre os psicanalistas mais efetivamente a noção de *formação permanente* – intimamente ligada à ideia de *efeitos de formação* – mantendo, dessa forma, um caráter de renovação contínua¹⁷⁹. Sobre a relação de Lacan com o sistema de formação da IPA, ainda desenvolve Coutinho Jorge:

Lacan recusa com veemência o sistema de formação em vigor na IPA, porque a burocratização dessa formação, reduzida ao âmbito de uma formação universitária, perdera o rigor de alguma forma ético que lhe deveria ser inerente. De fato, nessa degradação do rigor em rigidez, o discurso psicanalítico foi deslocado pelo discurso universitário, isto é, o agenciamento do real em jogo no discurso psicanalítico foi substituído pelo agenciamento do saber no discurso universitário¹⁸⁰.

Coutinho Jorge aponta que há um ensino que se passa no próprio âmbito da experiência psicanalítica, sendo este um dos fatores que levaram Lacan, quando se opôs à falsa divisão da experiência psicanalítica entre análise *didática* e análise *terapêutica*, a afirmar que “toda análise é didática”, ainda que *só-depois* ela revele ter sido didática, nunca antecipadamente. A experiência psicanalítica, pois, apresenta uma dimensão de aprendizado do sujeito em relação ao que se atualiza do inconsciente na transferência. Junto a isso, a questão de Lacan apresenta duas dimensões do ensino e prioriza a produção que se refere à experiência analítica e, ainda, indaga sobre a possibilidade de esse ensino adquirir, em seu próprio contexto, uma continuidade do ensino teórico¹⁸¹. A necessidade da atenção à experiência analítica fora, como temos visto, insistentemente apontada por Mannoni, para quem essa experiência parece ter sido perdida ou deixada de lado por muitos analistas nas diversas correntes. Sobre a formação proposta por Lacan, complementa Ana Vicentini Azevedo:

Na formação proposta por Lacan, a análise não é uma pedagogia do inconsciente, decorrendo daí a abolição da análise didática. Toda análise visa conduzir o sujeito à posição de analista. Isso implica dizer

¹⁷⁸ AZEVEDO, Ana Vicentini. Análise leiga: mais, ainda. In. COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Op. cit., p. 74.

¹⁷⁹ COUTINHO JORGE, Marco Antônio. Lacan e a estrutura da formação psicanalítica. In. COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Op. cit., p. 86.

¹⁸⁰ Idem, p.87.

¹⁸¹ Idem, p. 87-88.

que essa formação deve efetivar a disjunção entre saber e verdade, ausente na formação universitária, e que tem na filosofia sua equivalência mais emblemática. Curiosamente é desse campo que Lacan extrai um epítome da posição do analista (...): a verdadeira sabedoria só pode residir na assunção da ignorância, ou seja, na assunção de um saber acerca de um não-saber radical¹⁸².

Nada disso, no entanto, impediu que surgisse entre os próprios analistas mais próximos a Jacques Lacan, uma forma de saber que viria substituir a verdade. Nesse campo lacaniano progressivamente foi se formando uma tendência que utilizaria os argumentos de Lacan como argumento de autoridade e que assumiria, dessa forma, um status de verdade. Se configurou, assim, um esvaziamento do efeito militante e antidogmático que consistia na atuação e proposta psicanalítica de sua obra.

Lacan, quando propõe efetuar uma separação entre saber e verdade na formação aponta, justamente, para uma negativa em relação ao primado da teoria como se faz no campo universitário. O saber psicanalítico seria produzido, portanto, a partir de uma verdade que advém da experiência clínica, exatamente na direção do que busca resgatar Mannoni. O não saber radical se liga diretamente às proposições desta psicanalista que faz uso dessa dimensão da ignorância como referência fundamental para a escuta e o trabalho do analista. É, portanto, ante um “não-saber” que se pode aventar qualquer tipo de formalização ou compreensão – que se passa no só-depois à experiência analítica – da psicanálise. Seria necessário, nesse sentido, primeiramente ouvir a palavra para que se torne possível retirar o paciente, como teria dito Lacan “à coisificação de que foi objeto”¹⁸³. Nada disso, porém, impediria a emergência de um certo reajuste do saber psicanalítico entendido como um *savoir-faire* constituído. Sobre isso relata Mannoni em sua autobiografia *O que falta a verdade para ser dita*, referindo-se ao ano de 1968:

Quando, 20 anos mais tarde, tento retomar essa questão da formação junto do mestre ignorante, recebo dos universitários e dos analistas uma recusa. Pois, na Universidade, depois de muito tempo tudo “se reajusta” de forma tradicional: *a prática, dizem-me, só deve vir na aplicação da teoria*. O caminho inverso que foi o meu durante esses anos de guerra, não tem mais de ser interrogado – é ao esquecimento que me convidam¹⁸⁴.

Maud Mannoni se depara com um movimento pelo qual a teoria de Lacan estava sendo levada por seus seguidores nos moldes de uma burocratização que não permitira

¹⁸² AZEVEDO, Ana Vicentini. Análise leiga: mais, ainda. In. COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Op. cit., p.74.

¹⁸³ MANNONI, Maud. A teoria como ficção. Op. cit., p. 45.

¹⁸⁴ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit., p. 22-23.

questionar os ditos do “mestre”. O trabalho de Lacan, antes produzido numa negação fundamental, via-se levado a uma positivação da teoria perdendo, desse modo, seu efeito negativo. Assim, aqueles que de seu ensino se utilizavam, ao não “poderem” questionar sua teoria, afastavam-se do caráter de crítica. Mannoni retoma, assim, uma discussão sobre os excessos e perigos de uma nova ortodoxia que parecia surgir. O que então percebe a autora é um distanciamento em relação à proposta de formação do analista que Lacan havia desenvolvido e uma exacerbação da teoria em detrimento da clínica. Dessa maneira, uma cultura lacaniana chegaria a constituir, com o tempo, uma nova ortodoxia, que funcionaria de maneira diferente, mas com elementos similares ao modelo imposto pela IPA. O que parece ter acontecido foi que a contestação da sobrevalorização antes existente em relação ao modelo médico psiquiátrico na psicanálise levou depois a uma supervalorização teórica na cátedra universitária. Isso era o lacanismo ganhando forma, tendo como seu principal representante Jacques Allan Miller. Esse é o período de uma nova dissolução, referente à Escola Freudiana de Paris, e da fundação da Causa Freudiana em 1981. Em relação à dissolução que acontecia, escreveu Mannoni numa carta a M. Safouan ou C. Melman (a autora perdera a referência):

Se a Escola Freudiana desembocou num fracasso (ou numa monstruosidade), foi por não permitir que circulasse uma palavra. O aparelho político instalado impunha um certo silêncio. O terrorismo praticado com todo analista que se afastasse de uma conformidade (esterelizante em seus efeitos) fez o resto. Freud e Lacan devem (com outros) permanecer como referentes. O professor é o paciente. Precisamos de uma nova Escola de Psicanálise, preocupada em promover a pesquisa, capaz de evitar um proselitismo religioso, garantia do dogma. Se queremos uma Associação com credibilidade, não podemos fabricar (por simonia) analistas aos milhares¹⁸⁵.

O que faz Mannoni, então, é sustentar uma certa crítica ao lacanismo que se

operava numa “crise ligada aos excessos de teorização” e que reproduzia, a seu ver, as mesmas dificuldades que Lacan teria encontrado no início de seu ensino nos anos 1940-50. Prendiam-se aos aspectos formais da teoria e esqueciam-se da experiência clínica, do percurso analista e analisando como a verdadeira fonte do trabalho e do desenvolvimento conceitual na psicanálise¹⁸⁶. Além disso, a conformação universitária que se instaurava no seio do movimento lacaniano reproduzia uma incoerência diante das críticas já realizadas

¹⁸⁵ MANNONI, Maud. A autora situa em sua autobiografia *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit., p. 165-66

¹⁸⁶ MANNONI, Maud. *Um saber que não se sabe*. Campinas, SP: Papyrus, 1989., p. 43.

anteriormente por Lacan em relação aos efeitos nefastos dessa aproximação excessiva com o discurso universitário. Declara Mannoni a respeito desse período, quando ela – e alguns poucos – viam-se confrontados aos excessos de teorização:

Nós nos chocamos então contra o muro dos matemas, de que os “herdeiros” fazem uma arma política destinada a banir qualquer contradição possível. Ali onde, em Lacan, a dimensão surrealista do jogo permanece inclusa em suas inovações, seus sucessores vão substituir o dogma e espalhar o terror do “Lacan não-conforme”, de um Lacan que não teria sido revestido da sigla milleriana – e isso ainda em vida do Mestre, fragilizado pela doença alguns anos antes de sua morte¹⁸⁷.

Em meio à crise enfrentada na Escola Freudiana, na abertura de seu livro *De um impossível a outro*, Maud Mannoni faz uma crítica aos modos de funcionamento que influenciaram a posição do analista na análise, sobretudo diante do atendimento com crianças e psicóticos, que eram vistos como desviantes quando ensaiavam apresentar, a partir de suas experiências, “referenciais que lhe fossem próprios”. Essa postura rígida levaria a um problema em relação à produção do saber psicanalítico, uma vez que não haveria espaço, aqui, para o acesso ao que é da ordem da “defasagem” ante a experiência analítica. Nesse mesmo ensejo, encontra-se comprometida a condução da análise, que viria a operar sob a lógica de uma modulação do inconsciente. Assim, em relação ao trabalho com o inconsciente:

A paixão pela retórica e o fascínio pela ciência inclinaram a análise para o dogmatismo e conduziram os analistas a sonharem com uma forma de domínio do inconsciente, num contexto em que a transmissão integral da experiência analítica seria feita sob a forma de axiomas e matemas, assim reduzindo o hiato que separava a língua do paciente da do analista (...) A busca de uma unicidade no discurso teórico teve como corolário um esforço que reduzia a preocupação do analista à pesquisa de um sujeito fixado de uma vez por todas (em razão de sua estrutura) numa banda de Moebius (...) Da psicose, da neurose ou da perversão buscava-se a “fórmula axiomática”¹⁸⁸.

A crítica empreendida pela autora sinaliza, então, para um fechamento que marca, por vezes, podemos pensar, o trabalho analítico com crianças que, de forma

¹⁸⁷ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit., p. 115.

¹⁸⁸ MANNONI, Maud. *De um impossível a outro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982., p. 5.

semelhante, não cabe exatamente numa “fórmula axiomática”. Esta atividade clínica é marcada por uma imprevisibilidade que inclui de cara o trabalho transferencial com outros que participarão de certa forma do trabalho analítico. A análise, nos diz ainda Mannoni, é uma prática e como tal portadora de contradições. Por isso é necessário estarmos abertos ao que da experiência produz sentido e saber ao campo psicanalítico. Didier-Weill, em relação a dissolução da Escola Freudiana de Paris, questiona-se:

Não é significativo que, da mesma forma que na época em que Lacan, quando de sua excomunhão em 1964, foi chamado de herético ou desviante, tenhamos visto aparecer, no seio da Escola Freudiana de Paris, no momento de sua dissolução, um grupo de analistas que, situando-se como novos inquisidores, erigiram uma espécie de tribunal, batizado pelas circunstâncias, de grupo “Delenda”, e que tinha por função lançar o anátema sobre um certo número de alunos de Lacan? O que me parece significativo aí, sintomático, é haver no ensino de Lacan algo que não pode impedir que se ressuscite a presença do inquisidor. Em minha perspectiva, pouco importa que esse inquisidor seja a IPA ou o tribunal Delenda: a primeira localiza o herético em nome da ortodoxia freudiana; o segundo faz isso em nome da ortodoxia lacaniana. Nessa repetição, acredito estar em jogo o fato de ela parecer não poder deixar de se produzir, ao ser induzida por um trauma, como nos mostrou Freud¹⁸⁹.

O que se demonstra nesse percurso de dissidências e críticas empreendidas por Maud Mannoni é a constituição de um *modelo* que se enrijece tal como aquele ao qual Lacan tão necessária e veementemente realizou suas críticas em tempos pregressos, como vimos, da história do movimento psicanalítico. A posição desta psicanalista não é de romper com Lacan, mas de ruptura com o lacanismo e os efeitos universitários que se geraram em torno da formação do analista e, conseqüentemente, na escuta e lugar do analista na clínica (e mais especificamente, para nós, na clínica com crianças). Mannoni explica, nesse sentido, sua posição em relação ao ensino de Lacan:

Uma certa orientação lacaniana (a da Escola da Causa) chegou a esvaziar a história, particularmente na psicanálise com crianças. Não são as referências estruturais dos anos 50 que estou criticando. Nessa época, deixava-se um lugar aos mitos, à história. Minha crítica diz respeito ao lacanismo posterior a 1970. Com o matema, reintroduziu-se um saber positivo (no mais puro estilo psiquiátrico) e houve um

¹⁸⁹ DIDIER-WEILL, Alain. A questão da formação do psicanalista para Lacan. In. COUTINHO JORGE, Marco Antônio (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Op. cit., p. 27.

distanciamento da análise das modificações dialéticas próprias do desenrolar do tratamento¹⁹⁰.

Diante das sucessivas cisões e dissoluções nas escolas de psicanálise, esta psicanalista parece querer distanciar-se de certo conservadorismo inerente às tomadas de posição e confrontos das instituições psicanalíticas que, se até certo ponto, pode ser positivo ao manter importantes legados das proposições freudianas, por outro lado, comporta o perigo de uma estase de um pensamento cada vez mais fechado em torno de determinados postulados. Expressou, em sua autobiografia, uma compreensão de conjunto sobre essas dissidências:

A idealização narcísica tem, por efeito de grupo, nas associações de analistas, uma forma de comunhão onde, observou Lacan, é só no ódio que os indivíduos se comunicam entre si. Talvez resida nisso, pois, o segredo das cisões em cadeia nas associações de psicanálise do mundo inteiro.

Entre 1970 e 1981, define Maud Mannoni que se constituiu, para ela e Octave Mannoni, um período de refluxo, em que a instituição analítica já não mais lhes dizia respeito. Escreveria nesse sentido: “Aliás, acreditamos que há certa desonra em nos confundirmos com o *bando...*”¹⁹¹. Em uma carta que escreve no início desse período à Lacan, a autora faz referência ao risco que de se chegar a construção de *um delírio*, quando a teoria deixa de ser situada com relação à clínica (“a verdadeira”) e, ao final da carta, escreve ainda que a Escola de Lacan estaria a caminho de se transformar em um museu de cera¹⁹². Sobre a posição de Lacan e seus discípulos, considerava também que:

Después de 1970, los discípulos de Lacan acentuaron la formalización de una manera que no dejaba más lugar al juego y al sueño. La posición de Lacan siempre fue más flexible que la de sus alumnos: “Todos saben, le gusta decir, que soy alegre, pilluelo, ¡me divierto!”. Cuando Chomsky propuso a Lacan una teoría lingüística conforme al espíritu de las ecuaciones newtonianas, Lacan repondió: “Soy poeta”. Los alumnos de Lacan son los que transformaron la matematización em un proyecto para seguir al pie de la letra. Em Lacan había um lugar para la astucia de los poetas¹⁹³.

Mannoni entende que há na busca freudiana, tal como foi reinterrogada por Lacan, uma espécie de visão ascética que, transposta para a análise de formação, aproxima-se de uma *paixão do ser*, de uma “*loucura*” de saber, e que vai remeter a uma ética da verdade, uma ética que deve ser constituída incessantemente e que nunca é adquirida de uma vez por todas.

¹⁹⁰ MANNONI, Maud. *Da paixão do ser à “loucura” de saber*. Op. cit., p. 76.

¹⁹¹ MANNONI, Maud. *O que falta a verdade para ser dita*. Op. cit., p. 116.

¹⁹² Idem, p. 159-160.

¹⁹³ MANNONI, Maud. *El sintoma y el saber*. Barcelona: Editorial Gedisa, 2001, p.47

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática clínica com crianças, assim como qualquer prática da psicanálise, lança-nos sempre questionamentos sobre o nosso fazer analítico. Em minha experiência clínica e em meu trajeto de analista em formação me coloquei por vezes inúmeras questões à respeito deste lugar, em especial no atendimento clínico com crianças. Talvez até aqui eu ainda guardasse um certa crença de que haveria uma diferença fundamental entre a escuta de adultos (da qual também me ocupo na clínica) e a de crianças. Acredito, depois desse percurso de pesquisa, que essa diferença estaria ligada a uma delimitação promovida justamente pelo caráter pedagógico e desenvolvimentista a que somos seduzidos a reproduzir no trabalho analítico com crianças. A relação com as instituições educacionais e de saúde compunha também os meus questionamentos diante do atendimento clínico com crianças, além da presença dos pais e, portanto, dessas transferências todas a serem trabalhadas. Ao chegarem as crianças ao consultório a partir dessas demandas diversas, tornava a me questionar sobre esse lugar do analista. Daí me veio a necessidade de conceber o caminho de formação de um analista – que é o meu próprio caminho de formação – através, talvez, da ilusão de alcançar previamente, pela via do saber, em que consiste propriamente esse caminho do fazer psicanalítico. Ora, ao final dessa trajetória de pesquisa e, como não poderia ser diferente, no só-depois de uma experiência, consegui após esse percurso – que inclui além da pesquisa teórica, minha análise e a prática clínica – delinear melhor essas questões que, vejo agora, não por acaso se relacionam com as escolhas de leitura neste trabalho.

A obra de Maud Mannoni bem se adéqua às interrogações que me ocupava. Isso se deve às proposições com as quais me depararei nas primeiras leituras que realizei de seus escritos. Ali já se encontravam as características de uma autora que, se não se apresentava como sistemática em relação à teorização da psicanálise, guardava, por outro lado, o rigor de uma posição incansável na luta pela palavra do sujeito. Da criança ao “louco”, e chegando ainda aos analistas, Mannoni apontava recorrentemente para a necessidade de nos atermos à escuta do sujeito diante da experiência clínica. Essa convocação situou-se em contextos onde existiram no movimento psicanalítico uma certa desistência do inconsciente em nome de um reforçamento do eu e das relações adaptativas, às quais a psicanálise por vezes se via engendrada.

Nos diversos assuntos que abordou, Mannoni travou muitas vezes discussões polêmicas suscitadas pela prática da clínica com crianças e “loucos”, como também pelas situações de conflitos e dissidências no movimento psicanalítico. Esta autora, tivemos a oportunidade de ver, não é um tipo de psicanalista preocupada em constituir uma teorização sistemática da psicanálise e isso tem uma razão de ser: ela milita pelo primado da escuta na psicanálise como principal elemento presente no trabalho do psicanalista, privilegiando, desse modo, a experiência. Daí a importância da dimensão da ética do desejo apontada por ela em consonância com o que denomina como ética da verdade.

Em nosso trabalho procuramos perceber e elaborar uma leitura dos textos de Mannoni sem no entanto pretender exatamente sistematizá-los, limitando-nos a um primeiro exercício de estudo. Abordamos, nesse sentido, sua obra a partir de rupturas que entendemos estarem presentes ao longo da trajetória desta analista, e que norteavam seu esforço de escrita, privilegiando as posições de embate que se relacionavam com uma compreensão sobre o lugar do analista na clínica com crianças.

No primeiro capítulo, fomos das noções pedagógicas que marcaram os primórdios da psicanálise com crianças à discussão do conceito de objeto na psicanálise. Seguimos, portanto, um caminho de diferenciação, que passava pelas primeiras analistas de criança – Hermine von Hug-Hellmuth e Anna Freud, de um lado, e Melanie Klein, de outro – às quais se contrapunha Maud Mannoni. Encontramos nas primeiras psicanalistas de crianças uma prática analítica atrelada aos aspectos pedagógicos e suas exigências, quando esta clínica adquiria uma característica adaptativa e corretiva da criança. Com as produções de Melanie Klein, em particular, a clínica com crianças apresentou novas possibilidades, onde a consideração pelo inconsciente e a fantasia na criança ganharam um lugar. No entanto, as proposições kleinianas voltadas para o mundo interno arcaico e sem limites do bebê com a mãe, em muitos aspectos permaneciam presas ao que Jacques Lacan denominaria de uma dimensão imaginária do trabalho analítico, em que se deixava de levar em conta a noção de falta. Entramos neste ponto na discussão do conceito de objeto na psicanálise, uma vez que os analistas kleinianos, ao conceber a ideia de uma presença – e não de uma ausência – do objeto na estruturação do sujeito, confundiram *das Ding*, o objeto radicalmente perdido, origem da falta estruturante do sujeito, com a mãe. Essa noção de falta ganha importância já que é a partir dela que Maud Mannoni fundamenta a lógica de suas proposições e, nesse sentido, de suas intervenções clínicas. Discorreremos em seguida sobre o que consistiu a proposta de “retorno a Freud” realizada por Lacan, uma vez que Mannoni constrói suas proposições junto

à teoria de Lacan e ao que ele propôs como uma ética do desejo. As teorizações lacanianas, além de fazerem parte do contexto de atuação dos trabalhos de Mannoni, sedimentaram as bases de onde partiram as críticas empreendidas por ela às práticas analíticas com crianças até então existentes e ainda deram sua direção ética de escuta. O que encontramos é uma ética que tem como referência central o desejo, onde o analista tem função de causa e opera a partir do que Lacan denominou como desejo do analista.

No segundo capítulo abordamos os elementos de crítica empreendidos por Maud Mannoni em relação às instituições psiquiátricas e ao lugar do analista nessas instituições de isolamento que reduziam a loucura à condição única de patologia, cujos efeitos tornavam-se devastadores àqueles que eram de sua palavra destituídos. Para isso, adentramos a trajetória de trabalho institucional realizado por Mannoni, desde a influência exercida por Françoise Dolto até o movimento da antipsiquiatria do qual participou. Essa experiência leva a autora a colocar em questão os modelos ideológicos que sustentam a loucura e que reproduzem uma lógica segregativa que exclui o louco da possibilidade de ocupar um lugar de sujeito com sua fala própria. Diante destes questionamentos, procuramos compreender as aproximações entre a condição do louco e da criança, uma vez que ambos situam-se numa posição em que a demanda do outro se faz fortemente presente, sendo por essa via que chegam aos atendimentos clínicos. A posição de objeto que tanto o louco quanto a criança, por vezes, tendem a ocupar, sinalizam para uma problemática ética diante da prática do analista que é, muitas vezes, convocado a reproduzir a opção deste lugar. Chegamos assim a discussão sobre o lugar do analista nas instituições, sejam educacionais ou psiquiátricas. As características de isolamento que acompanham essas instituições orientam o trabalho desenvolvido pelos profissionais nelas presentes. Desse modo, Mannoni sustentava que ao analista cabe o cuidado de não se emaranhar nos ditames administrativos, distanciando-se da proposta de escuta que deve acompanhar qualquer prática com a referência psicanalítica.

E, por fim, no terceiro capítulo, demos lugar às discussões sobre a formação do analista levantadas por Maud Mannoni. Na primeira, referente a IPA, tratamos dos questionamentos em relação à burocratização do percurso de formação do analista que baseava-se num modelo, num ideal a ser seguido. Isso gerou consequências graves, resultando na conformação de analistas fundamentada numa prática moralista e rígida da psicanálise. Abordamos, em seguida, a Psicologia do Ego e suas distorções teóricas – outra temática recorrente na obra de Mannoni – que trouxeram sérios equívocos diante da condução do tratamento, uma vez que levavam a uma escuta voltada para o ego e distante da dimensão do

inconsciente. A adaptação, também sob este campo de saber, teve um lugar central. Assim, a prática clínica sofreu uma modificação e a análise passou a funcionar em relação à contenção dos conflitos através da adaptação ao meio e não mais diante da confrontação do sujeito com seu desejo. Por último, discutimos a concepção de formação do analista do lacanismo e a emergência do que Mannoni chamaria de uma “nova ortodoxia”. Esta autora percebia no lacanismo a constituição de um modelo enrijecido de formação de natureza correspondente ao que antes teria sido criticado pelo próprio Lacan na história do movimento psicanalítico. Se configuravam ali excessos de teorização que só serviam para abrigar o analista de um questionamento ante seu próprio fazer clínico. Nesse sentido, pudemos observar que a posição de Mannoni não foi de rompimento com Lacan, mas de ruptura com o lacanismo e a natureza universitária que se constituía em torno da formação do analista.

Após esse percurso de trabalho, encontramos em diversos pontos da obra de Maud Mannoni questionamentos éticos e políticos, através da contestação recorrente sobre uma dimensão de apagamento do sujeito. Primeiro se constatou nas influências pedagógicas a exigência de um padrão de comportamento da criança em torno de uma ideal, de uma adaptação. A lógica do cuidado pelo bem aparece como complementadora dos parâmetros que afastam e inviabilizam a escuta do sujeito do inconsciente, além de colocar em questão o lugar do analista que estaria aqui numa posição anti-analítica. Esses foram os referenciais que constituíram inicialmente a prática da análise com crianças e, com isso, seriam fortemente influenciadores da clínica psicanalítica com crianças.

Em seguida encontramos nas críticas empreendidas por Maud Mannoni às instituições psiquiátricas aspectos semelhantes aos encontrados na relação entre a pedagogização do saber psicanalítico e o lugar da criança. Recaiá aos “loucos” a exigência de um padrão de comportamento que os adaptasse as convenções sociais gerando, em nome do bem cuidar, o isolamento destes e assim um efeito de apagamento do sujeito, que já não teria outra possibilidade que não a de uma colagem ao signo da loucura, lugar único que lhes era concedido. Por último, diante dos questionamentos que envolvem a formação do analista, foram apresentadas concepções de formação, onde comparecia o perigo da reprodução também de uma lógica de cuidados, em que se tinha como base o analista ideal. Aqui, mais uma vez, os efeitos de apagamento do sujeito se fazem presentes, na medida em que ganha forma na escuta analítica a referência de um modelo instituído. Há, nesse sentido, a suposição de um ideal de saber pronto e prévio. Desse modo, se o analista se “prepara” para chegar ao “ponto”, será nessa direção que conduzirá sua escuta clínica fazendo deste um pedido também

ao analisando. O que ocorre então é, também aqui, uma aproximação com a noção que sugerimos de um padrão de comportamento que o candidato a analista será levado à seguir.

Ora, o que buscava Maud Mannoni o tempo todo em seus escritos – e, claro, em sua prática – era demarcar o lugar do sujeito e a atenção à sua escuta, privilegiando para isso a experiência clínica e o trabalho com o inconsciente. Procurava resgatar a verdade através da palavra, meio pelo qual Freud delimitou a prática da psicanálise. Não por acaso esta psicanalista se voltou tão insistentemente às crianças, aos “loucos” e mais tarde aos analistas. Em todos eles se instaurava a tendência de uma uniformização que, como todo efeito de massa, suprime o sujeito e aparta o lugar da palavra. Seja através do adulto diante de uma criança, seja pela patologia e sua definição da loucura, seja por uma doutrina teórica que forma o psicanalista, o que vemos é um fala dada pelo outro a partir de saberes prévios que desautorizam o saber e a verdade do sujeito. Em todos os casos o risco da palavra perdida e do inconsciente relegado é grande e, possivelmente, desastroso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CESAROTTO, Oscar e LEITE, Marcio P. S. *Jacques Lacan: uma biografia intelectual*. São Paulo: Editora Iluminuras, 1993.

COSTA, Teresinha. *Psicanálise com crianças*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

_____. *Édipo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*, v.1: as bases conceituais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. (org.). *Lacan e a formação do psicanalista*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006.

COUTINHO JORGE, Marco Antônio e FERREIRA, Nadiá. *Lacan, o grande freudiano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

DOR, Joël. *Introdução à leitura de Lacan: o inconsciente estruturado como linguagem*. Porto Alegre: Artes Médica, 1989.

ELIA, Luciano. *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

FENDRIK, Silvia. *Psicoanalistas de ninõs: la verdadera historia*. 4. Françoise Dolto y Maud Mannoni. Buenos Aires: Letra Viva, 2007.

FERREIRA, Tânia. *A escrita da clínica: psicanálise com crianças*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FLESLER, Alba. *A psicanálise de crianças e o lugar dos pais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

FREUD, Anna. *O tratamento psicanalítico de crianças*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1971.

FREUD, Sigmund. Projeto para uma psicologia científica. In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. I.

_____. Estudos sobre histeria. In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. II.

_____. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade. In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. VII.

_____. Escritores Criativos e Devaneios. In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. IX.

_____. Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. X.

_____. A dinâmica da transferência. In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. XII.

_____. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos. In _____. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*: Edição Standard Brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 1996. vol. XIV.

FONTENELE, Laéria Bezerra. *A interpretação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

KLEIN, Melanie e RIVIERE, Joan. *Amor, ódio e reparação: as emoções básicas do homem do ponto de vista psicanalítico*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1970.

KLEIN, Melanie. *A psicanálise de crianças*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1997.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

_____. *O Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. *O seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

_____. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

_____. *O seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

_____. *O Seminário, livro 11, os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Joegre Zahar Ed., 1998.

- _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- LEITE, Marcio Peter de Souza. *A negação da falta: cinco seminários sobre Lacan para analistas kleinianos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- LONGO, Leila. *Linguagem e psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MANNONI, Maud. *O psiquiatra, seu “louco” e a psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971.
- _____. *Educação impossível*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1977.
- _____. *A criança, sua “doença” e os outros: o sintoma e a palavra*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.
- _____. *De um impossível a outro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- _____. *A teoria como ficção: Freud, Groddeck, Winnicott, Lacan*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- _____. *A criança retardada e a mãe*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- _____. *Um saber que não se sabe: a experiência analítica*. Campinas, SP: Papyrus Editora, 1989.
- _____. *Da paixão do ser à “loucura” de saber: Freud, os anglo-saxões e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.
- _____. *O que falta à verdade para ser dita*. Campinas: Papyrus, 1990.
- _____. *El síntoma y el saber*. Barcelona: Gedisa editorial, 2001.
- MILLOT, Catherine. *Freud Antipedagogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.
- PEREIRA, Caciana Linhares. *Psicoses na infância e escolarização: uma pesquisa colaborativa na rede regular de ensino*. Tese de doutorado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2012.
- RABINOVICH, Diana. *O conceito de objeto na teoria psicanalítica: suas incidências na direção da cura*. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2009.
- ROUDINESCO, Elisabeth. *Jacques Lacan: esboço de uma vida, história de um sistema de pensamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Em defesa da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- _____. *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ROUDINESCO, E. e PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- SAYRES, Janet. *Mães da psicanálise: Helene Deutsch, Karen Horney, Anna Freud e Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- SEGAL, Hanna. *Introdução à obra de Melanie Klein*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1975.

SIQUIER, M. L. e SALZBERG, B. A difícil articulação entre pais e filhos na psicanálise com Crianças. In. _____. *O lugar dos pais na análise com crianças*. São Paulo: Editora Escuta, 1994.